

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES**  
**Programa de Pós-graduação em Administração Mestrado**

**EDER EVARISTO DE PAULA**

**PERCEPÇÕES SOBRE A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL: uma análise comparativa entre escolas regulares e escolas  
especiais**

Belo Horizonte

2025

**EDER EVARISTO DE PAULA**

**PERCEPÇÕES SOBRE A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL: uma análise comparativa entre escolas regulares e escolas  
especiais**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

**Orientador:** Prof. Dr. Hudson Fernandes Amaral

**Área de concentração:** Organização e Estratégia

**Linha de pesquisa:** Estratégia, Inovação e Competitividade

Belo Horizonte

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário  
Bruno Tamiatt de Almeida CRB6 3082

P324p	<p>Paula, Eder Evaristo de.</p> <p>Percepções sobre a inserção profissional de alunos com deficiência visual: uma análise comparativa entre escolas regulares e escolas especiais. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2024. 155 p.</p> <p>Orientador: Dr. Hudson Fernandes Amaral Dissertação (mestrado). Centro Universitário Unihorizontes. Programa de Pós-graduação em Administração.</p> <p>1. Inclusão - Deficiência visual - Políticas públicas - Educação básica - Mercado de trabalho I. Eder Evaristo de Paula II. Centro Universitário Unihorizontes – Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título.</p> <p>CDD: 658.71</p>
-------	--

## FOLHA DE APROVAÇÃO

 unihorizontes

### MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Organização e Estratégia

MESTRANDO(A): **EDER EVARISTO DE PAULA**

Matrícula: 241487881

LINHA DE PESQUISA: **Relações de Poder e Dinâmica das Organizações.**

ORIENTADOR (A): **Prof. Dr. HUDSON FERNANDES AMARAL.**

TÍTULO: **"PERCEPÇÕES SOBRE A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:**

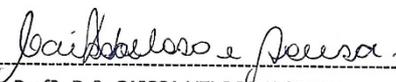
**Uma Análise Comparativa entre Escolas Regulares e Escolas Especiais".**

DATA: 27/11/2023

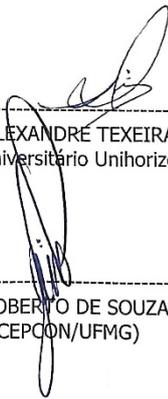
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. HUDSON FERNANDES AMARAL – Orientador  
Centro Universitário Unihorizontes



Prof.ª. Dr.ª. CAISSA VELOSO E SOUSA  
Centro Universitário Unihorizontes



Prof. Dr. ALEXANDRE TEXEIRA DIAS  
Centro Universitário Unihorizontes



Prof. Dr. JOSÉ ROBERTO DE SOUZA FRANCISCO  
(CEPCON/UFMG)

# DECLARAÇÃO DA REVISÃO DE PORTUGUÊS

## DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada

**PERCEPÇÕES SOBRE A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: uma análise comparativa entre escolas regulares e escolas especiais** apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para obtenção do título de

### MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO

de autoria de

**EDER EVARISTO DE PAULA**

Contendo 155 páginas

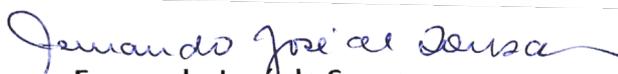
Sob a orientação de

**Prof. Dr. HUDSON FERNANDES AMARAL**

ITENS DA REVISÃO:

- Correção gramatical
- Inteligibilidade de texto
- Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2025



**Fernando José de Sousa**  
REVISOR

Registro: 20710, Livro LR-36 – Decreto nº 5786/2006, Processo 2758814/2014  
Licenciado em LETRAS  
Centro Universitário de Belo Horizonte  
UNI-BH

REVISADO

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me concedeu forças e sabedoria para concluir esta jornada, guiando meus passos e iluminando meu caminho em cada momento.

Agradeço à minha família, que é minha base e meu porto seguro: à minha mãe, Elizabeth, pelo amor e apoio incondicional, pela força que sempre me transmitiu e por ser meu exemplo de dedicação e perseverança. Ao meu pai, Antônio (em memória), que, com seu exemplo, inspirou minha vida e minhas conquistas, deixando um legado de coragem e bondade que levo comigo. Aos meus irmãos, Mariozan e Renata, pelo carinho, pelo incentivo constante e pela presença sempre acolhedora. Às minhas queridas sobrinhas Iaskara, Yule, Yasmim, Valentina e ao meu sobrinho, João, que alegam meus dias e me fazem acreditar em um futuro melhor. À minha cunhada, Rosângela, pela amizade, companheirismo e apoio constante. E à minha namorada, Linda Dani, por seu amor, paciência, compreensão e por ser meu alicerce durante toda essa caminhada.

Sou imensamente grato ao Professor Orientador, Dr. Hudson Fernandes Amaral, por todo o conhecimento compartilhado, pela orientação paciente e pelo incentivo que me proporcionou durante esse percurso. Aos demais professores do mestrado, agradeço por contribuírem significativamente para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Meu reconhecimento se estende aos idealizadores do programa Trilha de Futuro Educadores, que possibilitaram cursar o mestrado, proporcionando essa oportunidade que transformou minha trajetória profissional e pessoal.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho da Escola Estadual Santa Chiara, que me apoiaram durante todo esse processo, oferecendo compreensão e encorajamento nos momentos mais desafiadores. E aos meus colegas de sala de aula, muitos dos quais se tornaram amigos que levarei para a vida inteira, pela troca de experiências, pelo apoio e por todo o aprendizado compartilhado ao longo desta jornada.

À Nina e ao Kaddu, agradeço pela companhia silenciosa e fiel durante as horas solitárias de escrita, tornando esses momentos mais leves e agradáveis.

Por fim, agradeço por cada passo desta jornada, por cada obstáculo superado e por cada pessoa que, de alguma forma, fez parte dessa conquista. Sem cada um de vocês, nada disso seria possível. Meu sincero muito obrigado!

## RESUMO

**Aderência à Linha de Pesquisa:** Diante das temáticas escolhidas para realização dessa dissertação destaca-se o alinhamento com Estado, políticas públicas, instituições educacionais e cidadania, com aderência à área da administração ao explorar as Políticas Públicas de Inclusão da Pessoa com Deficiência Visual na educação básica do ensino regular e sua inserção no mercado de trabalho, como uma forma inovadora estratégica para lidar com a população com deficiência visual. Assim sendo, esta dissertação tem aderência a linha de pesquisa “Estratégia, Inovação e Competitividade”, especificamente no que tange “a relação entre a organização e a sociedade, entre o governo e a sociedade, ao tripé governo-sociedade-indivíduo e a promoção de bem-estar social” conforme descrição apresentada na própria linha. Nesse aspecto, a inclusão de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho pode proporcionar um ambiente de negócios mais sustentável, apto a um ecossistema empreendedor.

**Objetivo:** Analisar a percepção das políticas públicas de educação especial na preparação para o mercado de trabalho de alunos com deficiência visual em escolas regulares inclusivas e escolas especiais, avaliando em que medida essas políticas promovem uma cidadania ativa e inclusiva conforme a teoria de José Murilo de Carvalho.

**Referencial Teórico:** A pesquisa examinou com profundidade as Políticas Públicas de Inclusão, os direitos sociais e a administração pública, focando principalmente na educação de pessoas com deficiência visual. O referencial teórico está fundamentado em autores que discutem a importância das políticas públicas na garantia de direitos e equidade, como José Murilo de Carvalho.

**Método:** Desenvolveu-se um estudo descritivo. Trata-se de uma abordagem qualitativa, baseada no método da entrevista semiestruturada e análise de conteúdo. Os sujeitos da pesquisa incluem um grupo diversificado de profissionais e indivíduos envolvidos diretamente na educação e na inserção de alunos com deficiência visual no mercado de trabalho. Foram entrevistados: 3 especialistas de escolas regulares, 2 de escolas especiais, 4 gestores de escolas regulares, 2 de escolas especiais, 10 professores (regentes, de apoio, de escolas especiais e de salas de recursos), 8 ex-alunos com deficiência visual, e 4 gestores do mercado de trabalho. O objetivo foi compreender as práticas de inclusão em diferentes contextos educacionais e os desafios enfrentados na transição para o mercado de trabalho.

**Resultados:** A análise dos dados dos questionários, combinada com estatísticas do IBGE e o referencial teórico, revela que, apesar dos avanços nas políticas públicas, há uma grande lacuna entre os direitos proclamados e a inclusão efetiva dos alunos com deficiência visual. Nas escolas regulares inclusivas, a falta de recursos adaptados e de suporte especializado comprometem o desenvolvimento desses alunos, prejudicando a construção de uma cidadania ativa. Por outro lado, as escolas especiais se mostram mais adequadas, embora ainda haja desafios na inserção dos alunos no mercado de trabalho e na inclusão social mais ampla. No mercado de trabalho, a Lei de Cotas tem garantido a inserção formal, mas sem promover um ambiente verdadeiramente inclusivo ou oportunidades de crescimento profissional, limitando a cidadania ativa dessas pessoas.

**Contribuições teóricas/metodológicas:** As contribuições teóricas desta pesquisa envolvem uma análise aprofundada das Políticas Públicas de Inclusão voltadas para pessoas com deficiência visual, explorando os marcos históricos e normativos e sua relação com o conceito de cidadania conforme José Murilo de Carvalho.

**Contribuições gerenciais/sociais:** As contribuições sociais da pesquisa estão centradas na promoção da inclusão e da equidade de oportunidades para pessoas com deficiência visual.

**Palavras-chave:** Inclusão, Deficiência Visual, Políticas Públicas, Educação Básica, Mercado de Trabalho.

## ABSTRACT

**Adherence to the Line of Research:** Given the themes chosen to carry out this dissertation, the alignment with the State, public policies, educational institutions and citizenship stands out, with adherence to the area of administration when exploring Public Policies for the Inclusion of People with Visual Disabilities in education basic education and their insertion into the job market, as an innovative and strategic way to deal with the visually impaired population. Therefore, this dissertation adheres to the research line “Strategy, Innovation and Competitiveness”, specifically regarding “the relationship between the organization and society, between the government and society, the government-society-individual tripod and the promotion of social well-being” as described in the line itself. In this aspect, the inclusion of people with visual impairment in the job market can provide a more sustainable business environment, suitable for an entrepreneurial ecosystem.

**Objective:** To analyze the perception of public policies on special education in preparing students with visual impairments for the job market in regular inclusive schools and special schools, evaluating the extent to which these policies promote active and inclusive citizenship according to the theory of José Murilo de Oak.

**Theoretical Framework:** The research examined in depth Public Inclusion Policies, social rights and public administration, focusing mainly on the education of people with visual impairments. The theoretical framework is based on authors who discuss the importance of public policies in guaranteeing rights and equity, such as José Murilo de Carvalho.

**Method:** A descriptive study was developed. This is a qualitative approach, based on the semi-structured interview method and content analysis. The research subjects include a diverse group of professionals and individuals directly involved in the education and insertion of students with visual impairments into the job market. The following were interviewed: 3 specialists from regular schools, 2 from special schools, 4 managers from regular schools, 2 from special schools, 10 teachers (directors, support teachers, special schools and resource rooms), 8 former students with visual impairments, and 4 labor market managers. The objective was to understand inclusion practices in different educational contexts and the challenges faced in the transition to the job market.

**Results:** The analysis of questionnaire data, combined with IBGE statistics and the theoretical framework, reveals that, despite advances in public policies, there is a large gap between the proclaimed rights and the effective inclusion of students with visual impairments. In regular inclusive schools, the lack of adapted resources and specialized support compromises the development of these students, hindering the construction of active citizenship. On the other hand, special schools are more appropriate, although there are still challenges in integrating students into the job market and broader social inclusion. In the labor market, the Quota Law has guaranteed formal insertion, but without promoting a truly inclusive environment or opportunities for professional growth, limiting the active citizenship of these people.

**Theoretical/methodological contributions:** The theoretical contributions of this research involve an in-depth analysis of Public Inclusion Policies aimed at people with visual impairments, exploring the historical and normative landmarks and their relationship with the concept of citizenship according to José Murilo de Carvalho.

**Managerial/social contributions:** The social contributions of the research are focused on promoting inclusion and equal opportunities for people with visual impairments.

**Keywords:** Inclusion, Visual Impairment, Public Policies, Basic Education, Labor Market.

## RESUMEN

**Adhesión a la Línea de Investigación:** Dados los temas elegidos para realizar esta disertación, se destaca el alineamiento con el Estado, las políticas públicas, las instituciones educativas y la ciudadanía, con adhesión al área de la administración al explorar Políticas Públicas para la Inclusión de Las personas con Discapacidad Visual en la educación básica y su inserción al mercado laboral, como una forma estratégica innovadora de abordar la población con discapacidad visual. Por tanto, esta tesis se adhiere a la línea de investigación “Estrategia, Innovación y Competitividad”, específicamente en lo que respecta a “la relación entre la organización y la sociedad, entre el gobierno y la sociedad, el trípede gobierno-sociedad-individuo y la promoción del bienestar social”. según la descripción presentada en la propia línea. En este aspecto, la inclusión de personas con discapacidad visual en el mercado laboral puede proporcionar un entorno empresarial más sostenible, adecuado para un ecosistema emprendedor.

**Objetivo:** Analizar la percepción de las políticas públicas de educación especial en la preparación de estudiantes con discapacidad visual para el mercado laboral en escuelas regulares inclusivas y escuelas especiales, evaluando en qué medida estas políticas promueven una ciudadanía activa e inclusiva según la teoría de José Murilo de Roble.

**Marco Teórico:** La investigación examinó en profundidad las Políticas Públicas de Inclusión, los derechos sociales y la administración pública, centrándose principalmente en la educación de las personas con discapacidad visual. El marco teórico se basa en autores que discuten la importancia de las políticas públicas para garantizar derechos y equidad, como José Murilo de Carvalho.

**Método:** Se desarrolló un estudio descriptivo. Se trata de un enfoque cualitativo, basado en el método de la entrevista semiestructurada y el análisis de contenido. Los sujetos de la investigación incluyen un grupo diverso de profesionales y personas directamente involucradas en la educación e inserción de estudiantes con discapacidad visual en el mercado laboral. Se entrevistaron: 3 especialistas de escuelas regulares, 2 de escuelas especiales, 4 directivos de escuelas regulares, 2 de escuelas especiales, 10 docentes (directores, docentes de apoyo, escuelas especiales y aulas de recursos), 8 exalumnos con discapacidad visual, y 4 responsables del mercado laboral. El objetivo fue comprender las prácticas de inclusión en diferentes contextos educativos y los desafíos enfrentados en la transición al mercado laboral.

**Resultados:** El análisis de los datos del cuestionario, combinado con las estadísticas del IBGE y el marco teórico, revela que, a pesar de los avances en las políticas públicas, existe una gran brecha entre los derechos proclamados y la inclusión efectiva de los estudiantes con discapacidad visual. En las escuelas regulares inclusivas, la falta de recursos adaptados y apoyo especializado compromete el desarrollo de estos estudiantes, dificultando la construcción de una ciudadanía activa. Por otro lado, las escuelas especiales son más apropiadas, aunque todavía existen desafíos para la integración de los estudiantes al mercado laboral y una inclusión social más amplia. En el mercado laboral, la Ley de Cuotas ha garantizado la inserción formal, pero sin promover un entorno verdaderamente inclusivo ni oportunidades de crecimiento profesional, limitando la ciudadanía activa de estas personas.

**Contribuciones teóricas/metodológicas:** Las contribuciones teóricas de esta investigación involucran un análisis en profundidad de las Políticas Públicas de Inclusión dirigidas a personas con discapacidad visual, explorando los hitos históricos y normativos y su relación con el concepto de ciudadanía según José Murilo de Carvalho.

**Contribuciones empresariales/sociales:** Las contribuciones sociales de la investigación se centran en promover la inclusión y la igualdad de oportunidades de las personas con discapacidad visual.

**Palabras clave:** Inclusión, Discapacidad Visual, Políticas Públicas, Educación Básica, Mercado Laboral.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** População Residente por tipo e Severidade de Deficiência (milhões de habitantes).31
- Figura 2** - Linha do tempo da evolução das políticas públicas brasileiras de inclusão ..... 35

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Nível da ocupação de pessoas de 25 anos ou mais - Brasil - Por nível de instrução (%) .....	32
---	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACLTA	Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAP	Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual
CAS	Centro de Capacitação de Professores da Educação
CREI	Centro de Referência em Educação Especial Inclusiva
EER	Especialista Escola Regular
EEE	Especialista Escola Especial
GEE	Gestor Escola Especial
GER	Gestor Escola Regular
GTM	Gestor do Mercado de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com Deficiência
PGDI	Plano de Gestão de Desempenho Individual
PR	Professor Regente
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PA	Professor de Apoio
PEE	Professor Escola Especial
PR	Professor Regente
PSR	Professor Sala de Recursos
REA	Respondente Ex-Aluno

## MEMORIAL DESCRITIVO

Minha trajetória profissional e acadêmica está centrada na educação e na administração pública. Sou formado em História pela Fundação Universidade de Itaúna (2002) e atuo como Professor de Educação Básica na Secretaria de Educação de Minas Gerais desde 2003. Minha experiência na área educacional abrange tanto a atuação como professor, quanto em funções de gestão educacional, tendo trabalhado como gestor educacional, secretário de educação e empreendedor.

Ao longo da minha carreira, busquei me especializar e desenvolver competências em diferentes áreas. Concluí duas especializações: um MBA em Gestão Pública pelo Centro Universitário UNA (2016) e um MBA em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (2020), onde explorei temas relacionados aos desafios educacionais e burocracia.

Atualmente, sou mestrando em Administração pelo Centro Universitário Unihorizontes, onde estou desenvolvendo uma pesquisa sobre as contribuições da educação especial para a inserção de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho, sob orientação do Professor Dr. Hudson Fernandes Amaral.

Minha trajetória na administração pública também inclui passagens como chefe de gabinete na Câmara Municipal de Contagem e funções em órgãos como a Fundação Assistência Médica de Urgência de Contagem. Essas experiências me proporcionaram uma visão ampla sobre as políticas públicas e os desafios da gestão em diferentes contextos.

Meu foco sempre esteve voltado para a educação inclusiva e para a melhoria dos processos administrativos que apoiam a formação dos estudantes, com ênfase nas pessoas com deficiência. Essas experiências contribuíram para que eu pudesse atuar tanto no campo pedagógico quanto na gestão, sempre visando contribuir para a qualidade da educação pública.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
1.1 Apresentação.....	16
1.2 Contexto.....	19
1.3 Problema.....	22
1.4 Objetivos.....	23
1.4.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	23
1.4.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	23
1.5 justificativa .....	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	26
2.1 Conceito de deficiência e sua historicidade .....	26
2.2 Conceito atual .....	28
2.3 Deficiência visual e seus níveis.....	28
2.4 População com deficiência no Brasil.....	30
2.5 Acessibilidade.....	33
2.6 Educação Especial no Brasil.....	34
2.6.1 <i>Tecnologias assistivas na educação especial</i> .....	37
2.6.2 <i>Desafio da educação inclusiva no Brasil</i> .....	38
2.7 Conceito de políticas públicas e sua historicidade.....	39
2.7.1 <i>Breve Histórico das Políticas Públicas no Brasil</i> .....	40
2.7.2 <i>José Murilo de Carvalho e os direitos sociais</i> .....	41
2.7.3 <i>Contexto com o tema</i> .....	45
2.8 O significado de trabalho para as pessoas com deficiência .....	47
2.8.1 <i>A Pessoa com deficiência e sua inserção no mercado de trabalho</i> .....	48
2.8.1.1 <i>Políticas de Inclusão</i> .....	49
2.8.1.2 <i>Educação e competências da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho</i> .	51
2.8.1.3 <i>Tecnologia de acessibilidade</i> .....	53

2.8.2 A Lei nº 8.213/91 – Lei de Cotas .....	54
2.9 Por que a inclusão não ocorre na prática? .....	56
2.9.1 Reserva de Vagas.....	58
2.9.2 O Princípio da Adaptação Razoável e a empregabilidade da pessoa com deficiência. 60	
3 METODOLOGIA.....	63
3.1 Tipo de pesquisa quanto à abordagem .....	63
3.2 Tipo de pesquisa quanto aos fins.....	63
3.3 Tipo de pesquisa quanto aos meios: coleta de dados.....	64
3.4 Sujeitos da pesquisa.....	65
3.5 Análise de dados.....	66
3.6 Plano de roteiro da entrevista semiestruturada.....	67
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	68
4.1 Caracterização da amostra .....	68
4.2 Análise das políticas públicas de educação especial relacionadas à preparação para o mercado de trabalho de alunos com deficiência visual em escolas regulares com inclusão e especiais.....	69
4.2.1 Análise de Conteúdo dos Questionários com Especialistas de Escolas Regulares e Especiais.....	69
4.2.2 Análise de Conteúdo dos Questionários com Gestores de Escolas Regulares e Especiais .....	78
4.2.3 Análise de Conteúdo dos Questionários com Professores de Escolas Regulares e Especiais.....	87
4.2.4 Análise de Conteúdo dos Questionários com Ex-Alunos com Deficiência Visual ...	92
4.2.5 Análise de Conteúdo dos Questionários com Gestores do Mercado de Trabalho .....	99
4.2.5.1 Ajustes e modificações feitas no ambiente de trabalho para acomodar as necessidades dos funcionários com deficiência visual.....	103
4.3 Integração das Análises de Conteúdo dos Diferentes Questionários .....	107

<b>4.4 Análise da percepção das políticas públicas de educação especial na preparação para o mercado de trabalho de alunos com deficiência visual em escolas regulares inclusivas e escolas especiais.....</b>	<b>110</b>
<i>4.4.1 Formação para o Mercado de Trabalho e Cidadania Ativa .....</i>	<i>110</i>
<i>4.4.2 Desafios na Implementação das Políticas Públicas e Inclusão.....</i>	<i>111</i>
<b>4.5 Análise das políticas públicas de educação especial relacionadas à preparação para o mercado de trabalho de alunos com deficiência visual, tanto em escolas regulares com inclusão, quanto em escolas especiais. ....</b>	<b>112</b>
<i>4.5.1 Preparação para o mercado de trabalho: escolas regulares com Inclusão.....</i>	<i>114</i>
<i>4.5.2 Preparação para o mercado de trabalho: escolas especiais.....</i>	<i>115</i>
<i>4.5.3 Desafios e percepções dos gestores do mercado de trabalho .....</i>	<i>116</i>
<b>4.6 Principais desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual na transição da educação para o mercado de trabalho, bem como as estratégias de superação desses desafios.....</b>	<b>117</b>
<i>4.6.1 Contexto das escolas regulares .....</i>	<i>118</i>
<i>4.6.2 Contexto das escolas especiais .....</i>	<i>118</i>
<i>4.6.3 Lei de Cotas.....</i>	<i>119</i>
<i>4.6.4 Estratégias de Superação dos Desafios.....</i>	<i>121</i>
<i>4.6.5 Princípio da adaptação razoável e a empregabilidade das pessoas com deficiência .</i>	<i>122</i>
<b>4.7 Práticas pedagógicas e os resultados educacionais de alunos com deficiência em escolas regulares com educação inclusiva e escolas especiais.....</b>	<b>124</b>
<b>4.8 Como a inclusão de alunos com deficiência visual nas escolas impacta a construção da cidadania e autonomia desses indivíduos .....</b>	<b>126</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>130</b>
<b>5.1 Contribuições da Pesquisa .....</b>	<b>132</b>
<b>5.2 Lacunas da pesquisa .....</b>	<b>133</b>
<b>5.3 Conclusão .....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS .....</b>	<b>144</b>

<b>ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....</b>	<b>148</b>
<b>ANEXO 3 - TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO PARA USO, GUARDA E DIVULGAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DE PESQUISA .....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXO 4 – TERMO DE ANUÊNCIA.....</b>	<b>152</b>

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação

No Brasil, as políticas públicas se consolidaram como um mecanismo central do Estado para reduzir desigualdades e promover a inclusão, atuando em áreas cruciais como educação, saúde, segurança e infraestrutura. Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil tem ampliado suas políticas de proteção social e de inclusão, refletindo o compromisso de garantir a cidadania ativa a todos os cidadãos.

As políticas públicas visam não apenas resolver problemas imediatos, mas também construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os cidadãos possam exercer plenamente seus direitos. Segundo teóricos como José Murilo de Carvalho (2001), o desenvolvimento de políticas sociais no Brasil enfrenta o desafio de superar a chamada “cidadania passiva”, em que os direitos são garantidos na legislação, mas muitas vezes falham em se concretizar de maneira eficaz. Para Carvalho (2001), as políticas públicas devem promover uma cidadania “vívica”, na qual os cidadãos tenham o direito formal aos serviços e acesso prático e equitativo a esses direitos, o que requer políticas públicas bem implementadas e sustentáveis.

As políticas públicas desempenham papel central no processo educacional, funcionando como o principal meio pelo qual o Estado implementa ações e estratégias para garantir o direito à educação, promovendo a equidade no acesso às oportunidades educacionais. Desde a criação de diretrizes e currículos até a formação e valorização de professores, essas políticas estruturam a educação em todos os níveis, moldando as práticas pedagógicas, a infraestrutura escolar e o suporte oferecido a aos alunos e profissionais da educação (Mello, S. L. 2024).

O processo educacional é fundamental para inserção social do indivíduo, visto que, durante esse processo ele aprende a superar barreiras, lidar com dificuldades e diferenças. As barreiras fazem parte do cotidiano de todos os alunos, e podem acontecer em vários momentos da aprendizagem escolar. A educação inclusiva é a integração das pessoas com algum tipo de deficiência física, em sala comum no ensino regular de modo a não deixar ninguém de fora. Assim sendo, entende-se ser a inclusão uma proposta direcionada às escolas para que atendam a todos, sem qualquer exceção ou exclusão, agindo de maneira igualitária nas ações às novas demandas da sociedade. É preciso atender às necessidades e particularidades de cada aluno, pois, ainda que sejam muitos os desafios, é possível que haja mudança de paradigma com a

finalidade de dar oportunidade e possibilidade para todas as crianças em uma sala de aula de uma escola comum, integrando o mesmo ambiente (Tedesco & Molari, 2017).

Para Franco e Gomes (2020), na educação inclusiva, todos são aprendizes e, nessa perspectiva, compartilham conhecimentos e aprendem de várias formas, agindo de modo a não se enquadrarem em resultados previamente padronizados pela instituição de ensino ou pelo educador. Com isso, é percebido que a inclusão é um processo que, para ter seu conceito e propósito concretizados, depende da implementação de uma escola que seja justa, de qualidade, igualitária e acolhedora para todos que dela fazem parte.

Somada ao exposto acima, a educação inclusiva tem como premissa básica a ideia de ser dever das escolas educar a todos os alunos, não importando com suas diferenças de cultura, habilidade, classe, gênero e etnia. Partindo dessa premissa, as salas de aula estão cada vez mais se tornando heterogêneas, pontuando ser o resultado de um movimento mundial com foco na educação inclusiva, em que as escolas regulares recebem alunos com necessidades educacionais especiais (Nina et al., 2022).

Segundo Mantoan (2017), a educação inclusiva é importante para que essas necessidades básicas não se transformem em um problema que resulte no aumento da exclusão. Entretanto, certos indivíduos requerem ajuda para enfrentá-las e, é neste contexto que a educação especial é inserida. Nesse cenário, a inclusão de alunos com deficiência visual nas escolas regulares e o funcionamento das escolas especiais são aspectos fundamentais no debate sobre a igualdade de oportunidades na educação. A análise comparativa entre esses dois tipos de instituições permite compreender os desafios, as práticas e os resultados alcançados na preparação para o mercado de trabalho desses alunos.

Têm sido significativos os avanços nas políticas públicas voltadas para a inclusão de alunos com deficiência visual nas escolas regulares e um enfraquecimento das escolas especiais. No entanto, a eficácia dessas políticas na preparação para o mercado de trabalho e a inserção profissional desses alunos ainda são objeto de debate e investigação. As políticas públicas determinam o acesso dos alunos com deficiência visual à educação especializada, seja em escolas regulares com programas de inclusão ou em escolas especiais. Elas estabelecem diretrizes para garantir que esses alunos tenham acesso a recursos, tecnologias assistivas e apoio especializado necessários para uma educação de qualidade (Mantoan, 2017).

Porém, quando se fala em inclusão, ela não é apenas educacional. Mantoan (1997) explica que a inclusão pode ser social, profissional, educacional, digital, uma vez que esses aspectos são essenciais à vida em sociedade e à uma vida digna. No caso da inclusão no mercado

de trabalho, é importante haver uma adaptação desta às necessidades dos deficientes, que proporcione uma vida digna e de qualidade para todos, sem qualquer distinção.

As políticas públicas também orientam as práticas de preparação para o mercado de trabalho dos alunos com deficiência visual. Elas podem incentivar a implementação de programas de estágio, orientação profissional, capacitação em habilidades específicas e parcerias com empresas, visando aumentar as oportunidades de emprego e a inserção profissional desses alunos, afirma Mello (2024).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2023) destacam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes para melhorar a inclusão e reduzir as desigualdades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no Brasil. Apesar de avanços legislativos e iniciativas governamentais, a realidade mostra que ainda há um longo caminho a percorrer para garantir igualdade de oportunidades para todos. É imperativo um compromisso mais forte por parte do governo, empresas e sociedade civil para derrubar as barreiras que impedem essas pessoas de exercer plenamente seus direitos e potencialidades

No contexto da educação especial, no que se refere a alunos com deficiência visual, sua inserção profissional no mercado de trabalho é um assunto relevante, pois está intrinsecamente ligada à sua autonomia, independência e participação na sociedade. Depois de concluir a escolarização, o aluno se depara com uma nova etapa social da vida que é a inserção no mercado de trabalho (Lima et al., 2021).

O trabalho possui fator relevante para cada indivíduo, visto que é através dele que o homem interage e transforma a natureza, assegurando seu sustento, construindo sua identidade e seu senso de contribuição. De acordo com Assis e Silva (2016) é a partir de tal transformação de si, que o homem adquire conhecimento daquilo que manipula e, ao realizar essa ação, o homem realiza o trabalho. Todo homem é em potencial um trabalhador. O trabalho se constitui na atividade vital do homem, na fonte de objetivação do ser humano e, por meio dele, os homens transformam o mundo e se transformam, enquanto sujeitos sociais. O trabalho define a condição humana e situa a pessoa no complexo conjunto das representações sociais, definindo a posição do homem nas relações de produção, nas relações sociais e na sociedade.

Portanto, a inclusão de alunos com deficiência visual no mercado de trabalho é um desafio multifacetado que envolve diversas esferas da administração pública e da educação especial. As políticas públicas de educação especial, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), são fundamentais para promover a inclusão escolar e a inserção no mercado de trabalho dos alunos com deficiência visual. De acordo com Da Silva (2023), a eficácia dessas

políticas depende significativamente da atuação dos professores e gestores. Esses profissionais interpretam, adaptam e implementam as políticas de acordo com as necessidades específicas de seus alunos, enfrentando desafios e tomando decisões que influenciam diretamente os resultados educacionais e profissionais desses indivíduos.

As principais políticas identificadas hoje são Lei nº 9.394/1996, Lei nº 8.213/91, Constituição Federal de 1988, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.

Dessa forma, esta introdução delinea o propósito e a relevância desta pesquisa, estabelecendo as bases para uma análise aprofundada das percepções das políticas públicas de educação especial na inserção profissional de alunos com deficiência visual. Ao longo deste estudo, serão investigadas as políticas em vigor, as práticas adotadas pelas escolas e os resultados alcançados, visando contribuir para maior compreensão e eficácia das iniciativas voltadas para a inclusão e à realização plena desses alunos.

Este estudo se limita a abordar o contexto da inclusão no que se refere às políticas públicas de educação especial na inserção profissional de alunos com deficiência visual, sem adentrar em questões de acessibilidade, família e demais fatores que não atendam a esta limitação.

## **1.2 Contexto**

Compreender o contexto em que se inserem essas políticas públicas e as práticas educacionais é fundamental para identificar lacunas, propor melhorias e contribuir para uma maior efetividade das iniciativas voltadas para a inclusão e a inserção profissional de alunos com deficiência visual. Ao considerar o contexto brasileiro e as especificidades das escolas regulares e especiais, esta pesquisa busca fornecer contribuições que possam informar e orientar futuras ações no campo da educação especial e inclusiva.

Muitas são as percepções na vida de uma pessoa com deficiência no contexto trabalhista. Nesse sentido, salienta-se que a inclusão de alunos com deficiência visual no sistema educacional é um dos pilares da educação inclusiva, que busca garantir o acesso equitativo à educação e promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes. No entanto, a efetivação dessa inclusão vai além da mera presença nas salas de aula. Envolve também a preparação para a vida após a conclusão dos estudos, especialmente no que diz respeito à inserção profissional (Mantoan, 2017).

No Brasil, as políticas públicas de educação especial têm evoluído ao longo das últimas três décadas, buscando promover a inclusão e garantir o acesso de alunos com deficiência visual à uma educação de qualidade. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça o direito à educação inclusiva e estabelece medidas para assegurar a participação plena e efetiva desses alunos na escola e na sociedade.

No entanto, de acordo com Da Silva (2023), apesar dos avanços legislativos e das iniciativas governamentais, ainda persistem desafios significativos na efetivação da inclusão e na preparação para o mercado de trabalho de alunos com deficiência visual. Questões como a falta de recursos adequados, a capacitação insuficiente de profissionais da educação e as barreiras de acesso ao mercado de trabalho continuam a ser obstáculos a serem enfrentados.

Segundo o teórico José Murilo de Carvalho (2001), as políticas de direitos sociais, incluindo a educação, enfrentam desafios de implementação que envolvem tanto o fortalecimento das estruturas institucionais quanto a superação de resistências culturais e sociais. Carvalho alerta que, embora o Brasil tenha avançado em garantir direitos sociais na Constituição e em outras legislações, existe uma lacuna significativa entre o que está previsto nas leis e a realidade prática das escolas, que ainda lutam para se adaptar às demandas da educação inclusiva.

A educação inclusiva tem sido alvo de preocupação por parte de educadores, gestores escolares e pedagogos na tentativa de oferecer uma educação de qualidade e igualitária ao aluno incluído. Segundo Mantoan (1998), é a inclusão escolar que constitui a inclusão social mais representativa que existe e que foi conquistando maior importância a partir da criação de Políticas Públicas voltadas para a escolarização de todos os cidadãos, sem nenhum tipo de exclusão.

Para Santos, Souza e Fontes (2017), os professores juntamente com as escolas precisam sempre ter a consciência que o ensino de um aluno com deficiência é mais que uma responsabilidade, pois se trata de um dever garantido por lei. Inclusão educacional é uma necessidade e esta deve ser proposta de forma igualitária com a mesma qualidade da educação para todos, sem distinção.

Conforme Magnabosco e Souza (2018), no Brasil, a educação inclusiva no ensino regular é concretizada a partir de uma política que traduz a necessidade de um modelo social no qual não exista exclusão de pessoas com deficiência. Além disso, não se pode falar de fato em pessoas com deficiência, pois o que há, na verdade, é uma sociedade deficiente, pois ela é a principal responsável por excluir os diferentes.

Ainda, de acordo com o autor acima citado, não há motivos para falar que uma ou outra pessoa seja deficiente, pois, de alguma forma, todos têm algum tipo de deficiência Tedesco e Molari (2017). Esta verdade permite uma reflexão de que, na vida de uma pessoa com algum tipo de deficiência, o que está em jogo não é sua necessidade, mas, sim, a sociedade em que ela está inserida.

A inclusão escolar é para Tedesco e Molari (2017) a integração das pessoas com algum tipo de deficiência física, em sala comum no ensino regular, de modo a não deixar ninguém de fora. Assim sendo, entende-se ser a inclusão uma proposta direcionada às escolas para que atendam a todos sem qualquer exceção ou exclusão, agindo de maneira igualitária nas ações às novas demandas da sociedade. É preciso atender às necessidades e particularidades de cada aluno, pois, ainda que sejam muitos os desafios, é possível que haja uma mudança de paradigma com a finalidade de dar oportunidade e possibilidade para todas as crianças em uma sala de aula de uma escola comum, integrando o mesmo ambiente.

Em se tratando de inclusão escolar, Freitas (2023) explica que este é um processo que não deve ser considerado como concretizado e finalizado em pouco tempo, pois ele é muito complexo e demanda a participação ativa da comunidade, dos pais, dos próprios alunos, da sociedade e dos órgãos governamentais e não governamentais. Isto se faz necessário porque a educação inclusiva tem como finalidade aplicar na prática, no âmbito da educação, um novo paradigma em que os excluídos são incluídos. Assim, afirma o autor, é importante que professores e empresas passem a ter uma visão mais positiva da educação inclusiva e promovam ações para que haja maior aceitação dessas pessoas no mercado de trabalho. Embora pareça ser algo complexo, considerar a educação de uma pessoa com deficiência para prepará-la para o mercado de trabalho, precisa ser uma realidade efetiva e constante.

Para Tedesco e Molari (2017) ao mudar a maneira de pensar e de agir da sociedade, ações como aceitar e conviver passarão a ser consideradas como naturais.

A educação inclusiva, para Oliva (2016), surgiu fundamentada em uma lógica da complementaridade que deveria haver entre a escola regular com a educação especial. Até então, a proposta da escola regular era de modo unívoco. Isto quer dizer que os alunos que apresentam algum tipo de deficiência não poderiam frequentar o espaço escolar tradicional. Contudo, devido às mudanças ocorridas ao longo dos anos, o foco se direcionou para a educação a todos, promovendo uma conexão em que ela devesse ser oferecida em caráter de igualdade para todos, sem distinção.

A partir dessa mudança, observa-se que o ensino ofertado às pessoas com algum tipo de deficiência tem sido direcionado por meio da educação especial em instituições de ensino

regular. Conforme Cassol e Bondezan (2016), a finalidade dessa proposta é proporcionar aos alunos um ambiente que esteja preparado para fornecer novas estruturas à essa modalidade de ensino, criando uma educação inclusiva. Os números do Censo Escolar (2023), evidenciam essa mudança. A grande maioria dos estudantes público-alvo da educação especial na educação básica, ou seja, 91% estudam em classes comuns. Este percentual representa um aumento significativo em relação a cinco anos atrás, quando a taxa era de 87,2%. Este crescimento reflete o avanço das políticas de inclusão escolar no Brasil, que têm incentivado a matrícula de alunos com deficiência em classes regulares, promovendo uma educação mais inclusiva e acessível para todos.

A partir da determinação da Carta Magna, segundo Mantoan e Prieto (2006), o ensino fundamental obrigatório a todos demonstra a existência de uma proposta legal existente há anos, de obrigatoriedade de uma educação inclusiva. Contudo, ainda se pode notar dificuldades por parte da sociedade em geral em denominar e reconhecer as pessoas que possuem de fato alguma necessidade específica. Isso se traduz em uma carência da sociedade e da própria unidade educacional em como agir com o aluno considerado como “diferente”.

Segundo Cassol e Bondezan (2016), a educação inclusiva no Brasil é essencial para a inclusão social. Ela visa criar um processo bilateral onde tanto as pessoas excluídas quanto a sociedade possam assegurar oportunidades e igualdade para todos.

É importante perceber que a inserção das pessoas com deficiência na educação básica apresentou significativo crescimento na última década, resultado das políticas públicas de inclusão. Dados do Censo Escolar da Educação Básica (2019), revelam os avanços na educação especial. O número de matrículas aumentou 5,9% no último ano, sendo que o ensino fundamental foi o maior responsável por este salto, entretanto, o ensino de jovens e adultos apresentou uma queda 2,96%. Este aumento representa um progresso das políticas públicas de inclusão social, principalmente para a pessoa com deficiência do ensino regular e liga um alerta sobre a desassistência dos jovens e adultos.

### **1.3 Problema**

Apesar dos investimentos na educação especial, é imperioso ressaltar que o processo de inclusão ainda é um desafio, uma vez que as instituições ainda apresentam problemas em suas estruturas físicas e pedagógicas. Estes problemas são mais graves nas escolas públicas regulares e atingem também as escolas privadas. Sem acessibilidade, os alunos estarão integrados e ao mesmo tempo excluídos das práticas pedagógicas e sociais, aumentando suas dificuldades de

acesso ao mercado de trabalho. Essa análise comparativa ajudará a identificar as melhores práticas e os desafios enfrentados em cada contexto educacional, subsidiando a formulação de políticas mais eficazes e práticas educacionais mais inclusivas.

Torna-se relevante salientar a diferença entre escola regular e especial. A primeira constitui uma modalidade de ensino tradicional, com crianças consideradas “normais” que as frequentam. Enquanto a escola especial é aquela caracterizada como uma modalidade de ensino com estrutura e organização proposta para receber pessoas com deficiência.

Embora as políticas públicas de educação inclusiva tenham sido implementadas para promover a inclusão e a inserção profissional de alunos com deficiência visual, há uma lacuna no entendimento das percepções dessas políticas nas diferentes modalidades de ensino, como escolas regulares com inclusão e escolas especiais. Portanto, o problema de pesquisa é: Qual o grau e a natureza da percepção das políticas públicas de educação especial voltadas para a inserção profissional de alunos com deficiência visual, considerando as diferenças entre escolas regulares com inclusão e escolas especiais, e como esses contextos educacionais refletem (ou limitam) a transformação da cidadania proclamada em cidadania vivida?

## **1.4 Objetivos**

### ***1.4.1 Objetivo Geral***

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a percepção das políticas públicas de educação inclusiva na preparação para o mercado de trabalho de alunos com deficiência visual em escolas regulares inclusivas e escolas especiais, avaliando em que medida essas políticas promovem uma cidadania ativa e inclusiva.

### ***1.4.2 Objetivos Específicos***

- a) Identificar os principais desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual na transição da educação para o mercado de trabalho em cada contexto educacional, bem como as estratégias de superação desses desafios.
- b) Comparar as práticas pedagógicas e os resultados educacionais de alunos com deficiência em escolas regulares com educação inclusiva e escolas especiais, visando identificar as diferenças na adaptação curricular, na disponibilidade de recursos e na formação de habilidades para a inclusão social e profissional.

- c) Avaliar como a inclusão de alunos com deficiência visual nas escolas impacta a construção da cidadania e autonomia desses indivíduos, conforme a teoria de Carvalho, e se as políticas públicas vigentes alcançam a cidadania plena e igualitária para esse público.

## 1.5 Justificativa

A pesquisa sobre a percepção das políticas públicas de educação inclusiva na inserção profissional de alunos com deficiência visual é justificada pela sua relevância social, pela necessidade de avaliar e melhorar as políticas existentes, pela importância de compreender as diferenças entre contextos educacionais e pelo potencial de contribuir para práticas mais inclusivas e igualitárias.

Ela apresenta uma série de razões fundamentais para sua realização. Entre elas se destaca a social: inclusão educacional e a inserção profissional de alunos com deficiência visual são questões de grande relevância social e representam desafios significativos em termos de igualdade de oportunidades e garantia de direitos;

A legislação brasileira, em particular a Lei Brasileira de Inclusão, estabelece diretrizes claras para a inclusão de pessoas com deficiência, incluindo a educação inclusiva e a garantia de acesso ao mercado de trabalho. Avaliar o cumprimento dessas leis e identificar lacunas na sua implementação é crucial para compreender como a população com deficiência é tratada pelas políticas públicas com relação ao acesso ao mercado de trabalho e as oportunidades que lhes são dadas.

As políticas públicas de educação inclusiva passaram por diversas mudanças ao longo dos anos. Avaliar a percepção dessas políticas na inserção profissional dos alunos com deficiência visual é fundamental para verificar sua eficácia e propor melhorias.

É preciso, então, entender as diferenças entre os contextos educacionais entre escolas regulares e escolas especiais, já que elas têm abordagens diferentes em relação à educação de alunos com deficiência visual. Ao compreender as diferenças nessas abordagens e seus resultados será possível orientar futuras políticas e práticas educacionais.

Por último, tem-se uma justificativa mercadológica. A diversidade e a inclusão são cada vez mais reconhecidas como elementos essenciais para o sucesso das organizações. Pode-se citar, nesse sentido, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 que visa “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. Além disso, investir na contratação e no suporte adequado

para funcionários com deficiência visual pode promover uma cultura empresarial mais inclusiva, criativa e inovadora. Portanto, é fundamental desenvolver esse tema, pois a inclusão é uma área que requer maior atenção, com as empresas atuando como facilitadoras e impulsionadoras desse processo.

Escolher aborda a área social se justifica por ser um trabalho voltado a explorar a relação entre cidadania e trabalho no contexto da inclusão de pessoas com deficiência visual, com foco nas políticas públicas e o acesso formal aos direitos sociais.

Para o acadêmico, este tema em estudo se justifica por permitir uma busca avançada de dados e literatura, contribuindo para expandir seus conhecimentos que, futuramente, poderão ser colocados em prática.

Quanto à aderência a linha de pesquisa, este estudo se justifica em “Estratégia, Inovação e Competitividade” por abordar uma questão que envolve e relaciona a organização e a sociedade, governo e a sociedade, ao tripé governo-sociedade-indivíduo de modo a promover o bem-estar social.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Conceito de deficiência e sua historicidade

Em 2006, a Convenção da ONU sobre o Direito da Pessoa com Deficiência redefiniu o conceito de "deficiência". A ênfase passou a ser na interação entre as limitações da pessoa e o ambiente ao seu redor. Assim, a deficiência resulta dessa combinação: limitações funcionais em relação ao ambiente. Tais limitações podem ser físicas, visuais, sensoriais, entre outras, enquanto o ambiente inclui barreiras sociais decorrentes da falta de acessibilidade.

Diante da perspectiva histórica, nas civilizações antigas, a pessoa portadora de necessidades especiais era tida como aquela que não poderia viver em sociedade, estando estas destinadas à morte, sendo as crianças eliminadas pelos próprios pais. Com o passar do tempo, sob um novo olhar da sociedade, as crianças portadoras de deficiência passaram a ser tratadas como doentes, internadas em casas assistenciais e hospitais e deixaram de conviver em sociedade. Somente com o advento das Guerras, pessoas “normais” acabavam sofrendo algum tipo de mutilação e precisavam de um tratamento, que se passou a encarar de outra forma aqueles que possuíam alguma deficiência, proporcionando assim questionamentos quanto às limitações e sobre quem são os deficientes (Eloy & Coutinho, 2020).

A definição de deficiência mudou a partir dos anos 1980. Antes, o que havia como conceito social e cultural em relação à deficiência, era o que ficou conhecido como olhar médico, considerando a deficiência uma lesão, um problema, que resultava em uma pessoa portadora daquele problema. O deficiente era visto como alguém alvo de uma tragédia pessoal, de um infortúnio, e que teria que conviver com aquilo, no máximo com piedade, já que eram consideradas vítimas do destino (Eloy & Coutinho, 2020).

A explicação de Franco e Gomes (2020) sobre deficiência é a de um termo usado para definir a ausência ou disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica, relacionado à biologia da pessoa. No entanto, em contextos legais, é empregado de forma mais restrita, referindo-se a indivíduos amparados por legislação específica. Segundo os autores, crianças com deficiência necessitam de adaptações nas práticas educacionais ou da criação de serviços de educação inclusiva para desenvolver ao máximo suas capacidades.

Deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Diz respeito à biologia da pessoa. Este conceito foi definido pela Organização Mundial de Saúde (2011). A expressão “pessoa com deficiência” pode ser aplicada ao se referir a qualquer pessoa que possua algum tipo de deficiência.

Quanto aos diferentes conceitos de deficiência, pode-se dizer serem amplos, visto que há inúmeros posicionamentos doutrinários. Há pensadores que afirmam que o conceito de deficiência está intimamente ligado à dificuldade daquele portador ao se relacionar, de interagir com a sociedade. Outrossim, há quem refute que uma pessoa pode ser considerada deficiente hoje, mas que amanhã pode não o ser.

O conceito de deficiência, conforme a Convenção Interamericana, é claro e busca eliminar todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência. No artigo 1º, termo I, define-se deficiência como "uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social" (ONU, 1968, p. 1).

É importante notar o estigma associado à denominação de pessoa com deficiência. Muitas vezes, essa ideia é injustamente relacionada à ineficiência, devido a preconceitos ainda enraizados na sociedade. Neste sentido, o doutrinador Luiz Alberto David Araújo (2020), aduz: "Infelizmente, na sociedade a palavra deficiência tem um significado muito forte. Ela se opõe à palavra eficiência. Assim, ser pessoa portadora de deficiência, antes de tudo, é não ser capaz, não ser eficaz". Historicamente, tinha-se que o deficiente era somente aquele que possuía algum tipo de limitação visível, neste contexto este não poderia pertencer ou ser aceito pela sociedade, não poderia ser aceito, como se tivesse alguma anomalia que não pudesse ser suportada aos olhos das demais pessoas que compõem um grupo social. Fica subentendido que pessoas portadoras de necessidades especiais são conceituadas como incapazes, ou que são pessoas que não possuem o direito de ter uma vida digna e acessível.

Segundo Mantoan (2017), o Modelo Social da Deficiência introduziu uma nova crítica ao conceito de deficiência. Com esse paradigma, o entendimento de deficiência começou a evoluir. Nesse contexto, as próprias pessoas com deficiência criticaram o "conceito de deficiência" argumentando que ele não se limita à uma lesão. Assim, a deficiência passou a ser vista em relação aos ambientes em que a pessoa está inserida, destacando sua autonomia conforme a acessibilidade oferecida pela sociedade. Esse movimento, impulsionado pela experiência de quem vive com a deficiência, evidenciou limitações difíceis de compensar socialmente, especialmente as cognitivas, ressaltando a importância de compreender o conceito atual de deficiência.

## 2.2 Conceito atual

É fato que existem pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho, seja em grande ou pequena proporção. Porém, nem sempre as pessoas e empresas compreendem de forma adequada cada tipo de deficiência. O conceito de deficiência atual, segundo Franco e Gomes (2020), é todo e qualquer comprometimento que prejudique a integridade do indivíduo causando dificuldades em um ou mais aspectos, como na fala, locomoção, coordenação motora, percepção e no contato com outros indivíduos. O deficiente, apesar da limitação, é capaz de realizar atividades. E, em relação ao deficiente visual, a deficiência não precisa ser necessariamente considerada de ordem física, mas sim, sensorial, uma vez que afeta um dos cinco sentidos.

Nina et al. (2022) afirmam que o termo “necessidades especiais” surgiu de uma evolução histórica e política. Esse desenvolvimento ocorreu juntamente com a melhoria na abordagem e na visão social, abrangendo contextos como integração, oportunidade, segregação e igualdade até chegar à inclusão. Essa evolução histórica do conceito levou a uma mudança de postura da sociedade em relação a essas pessoas. Adotar o termo “necessidades especiais” implica que é dever da sociedade adaptar-se à pessoa, enfocando suas capacidades para um atendimento adequado.

O uso do termo “necessidades especiais” tem sido adotado como uma alternativa ao termo “deficiente”. Sobre isso, Nunes e Neira (2014) afirmam que a nomenclatura “necessidades especiais” é um termo comumente adotado na esfera social e, também, pelo senso comum. Essa terminologia surgiu a partir da finalidade de diminuir ou acabar com o conceito negativo apresentado pelo termo deficiente, usado para diferenciar as pessoas com ou sem limitações cognitivas, físicas, sensoriais, altas habilidades, ou outro. Essa denominação parece ter conseguido obter notoriedade rapidamente devido à amplitude e abrangência que sua aplicabilidade apresenta.

Considerando o conceito atual de deficiência, torna-se relevante um breve aparato a respeito da deficiência visual e seus níveis.

## 2.3 Deficiência visual e seus níveis

De acordo com Santana, Costa e Oliveira (2022), a deficiência visual é um tipo de deficiência sensorial. Clinicamente, é caracterizada pela redução ou perda total da capacidade

de perceber o ambiente ao redor. Esses problemas podem ocorrer de forma isolada ou combinada, manifestando-se de maneira diferente em cada indivíduo.

Segundo Caran (2008), os problemas relacionados com a visão podem advir de fatores congênitos, hereditários, devidos às complicações no parto, malformações embrionárias ou acidentes e explica:

- **Formas:** é a determinação da característica estrutura física do objeto, seja ele bidimensional ou tridimensional;
- **Cores:** diferenciação das diferentes tonalidades. Implica, em muitos casos, na redução da percepção do contraste entre nuances de cores próximas;
- **Luzes:** muitos deficientes visuais apresentam dificuldades de visualização em ambientes com maior incidência de luz (fotofobia) ou pouca iluminação (cegueira noturna);
- **Campo Visual:** refere-se à redução no ângulo de visão (visão cônica), dificultando a compreensão do ambiente e exigindo uma distância para que o objeto visualizado entre no campo visual. A redução ou perda da visão central implica no aparecimento de regiões de sombra e na necessidade de aproximação para visualizar o objeto (Caran, 2008, p. 18).

A definição clínica afirma como cego o indivíduo que apresenta acuidade visual menor que 0,1 com a melhor correção ou campo visual abaixo de 20 graus; como visão reduzida quem possui acuidade visual de 6/60 e 18/60 (escala métrica) e/ou um campo visual entre 20 e 50 graus, e cuja visão não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico nem com óculos convencionais. É importante conceituar também a visão subnormal, que é caracterizada por uma acuidade visual reduzida (inferior a 20/70 e melhor do que 20/400 no melhor olho) ou um campo visual reduzido (menos de 20 graus de visão periférica) que não pode ser completamente corrigido com tratamentos padrão (Deficiente *On-Line*, 2023).

A capacidade visual, segundo Santana, Costa e Oliveira (2022) e de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), é definida por três categorias: visão normal, visão subnormal e cegueira. O autor observa que todas as pessoas que estão inseridas nas categorias de visão subnormal e cegueira são consideradas deficientes visuais. Segundo definições clínicas, o conceito de cegueira se aplica às pessoas que conseguem enxergar, mas em um nível demasiadamente reduzido, podendo captar apenas diferenças de iluminação ou enxergar apenas vultos dos objetos.

Garcia e Braz (2020) explicam sobre os níveis de deficiência visual considerados graves e cegueira. Na deficiência visual, pode-se categorizar as anomalias como cegueira e baixa visão, sendo a primeira, uma grave alteração ou perda completa da visão que prejudica a capacidade do indivíduo em perceber tudo em sua volta, como forma, cor, movimento, tamanho, distância, etc. A baixa visão é caracterizada como um nível grave por levar à perda visual, isto é, trata-se da redução da acuidade visual. Nesse caso, diferente do nível cegueira, o indivíduo possui resquícios de visão. Portanto, tem-se o nível grave a acuidade visual inferior a 6/60 e a cegueira acuidade visual inferior a 3/60.

Diante desse estudo, necessário se faz trazer à tona discussões quanto à uma sociedade democrática que pressupõe liberdade e igualdade de direitos, e que se ela realmente proporciona a interação e integração na diversidade. O que leva esta sociedade a classificar pessoas, produzir hierarquias e diferentes atribuições de valor, são alguns aspectos importantes a serem abordados. Diante disso, conhecer a população com deficiência no Brasil é um fator que ajudará a compreensão da realidade brasileira (Garcia e Braz 2020).

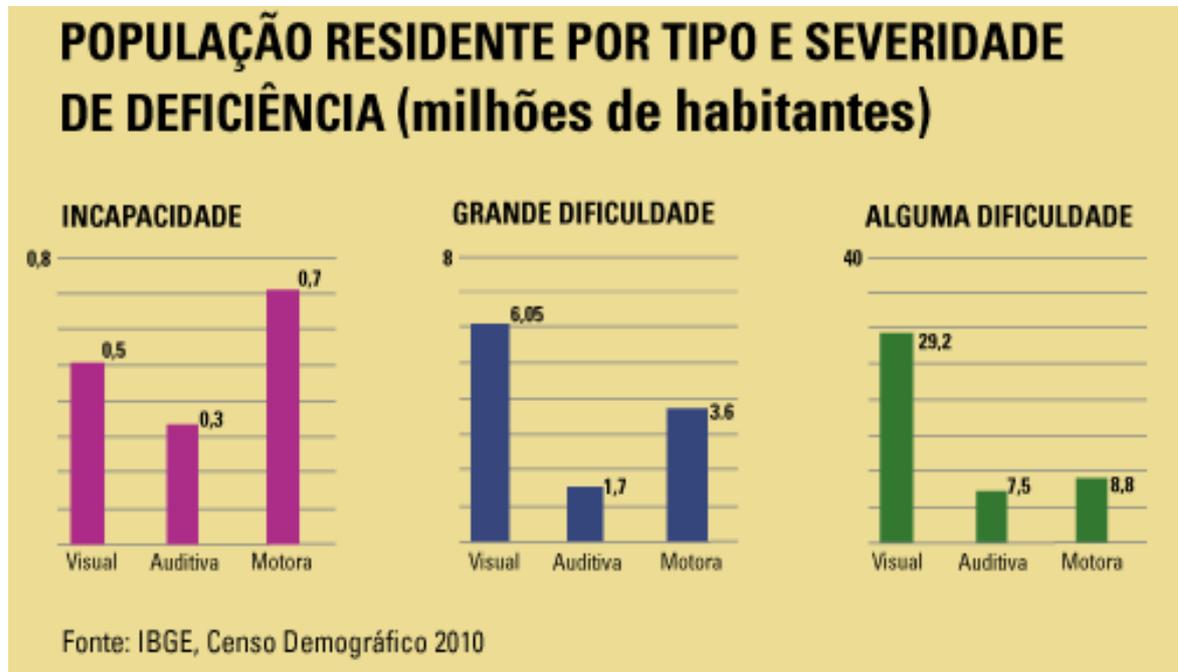
#### **2.4 População com deficiência no Brasil**

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), com parceria com o Ministério da Saúde, apontou que 8,9% da população brasileira têm algum tipo de deficiência. Dentre os tipos de deficiência analisados, a visual atinge 3,6% dos brasileiros, sendo comum entre as pessoas com mais de 60 anos de idade. O mesmo levantamento mostra que 1,3% da população têm algum tipo de deficiência física e 0,8% algum tipo de deficiência intelectual. (Vilella, 2015).

Já, em relação às estatísticas referentes ao ano de 2017, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), tem-se as seguintes estatísticas em relação as pessoas com deficiência:

**Figura 1**

*População Residente por tipo e Severidade de Deficiência (milhões de habitantes)*



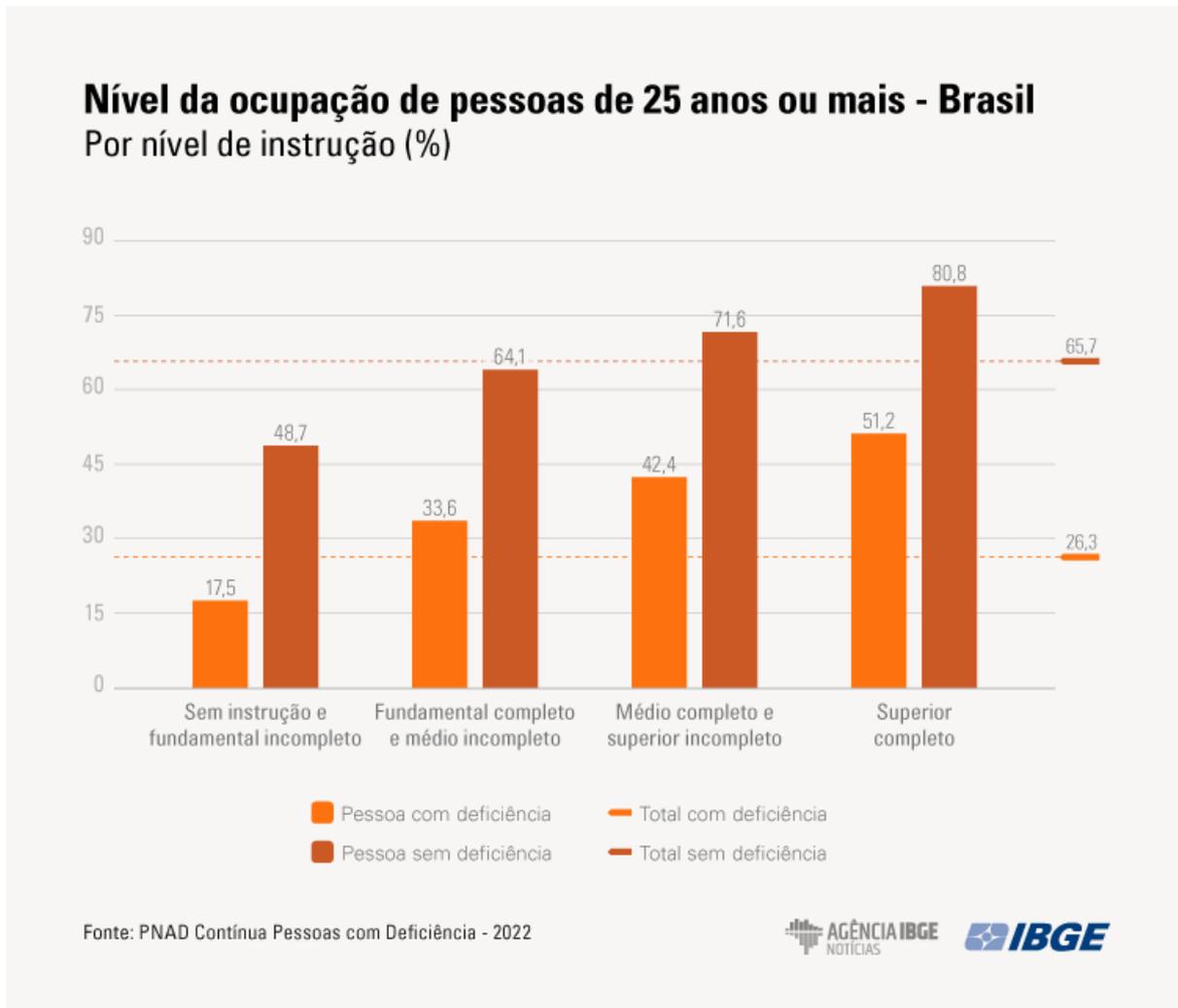
**Fonte:** IBGE, 2017.

Um recente levantamento do IBGE (2023), revelou dados preocupantes sobre a situação das pessoas com deficiência no Brasil, evidenciando significativas desigualdades no acesso à educação, trabalho e à renda no Brasil.

Os dados do IBGE (2023) referentes à Educação demonstram que as pessoas com deficiência enfrentam barreiras substanciais no acesso à educação. A taxa de analfabetismo entre esse grupo é de 19,5%, enquanto entre pessoas sem deficiência é de apenas 4,1%. Essa disparidade é ainda mais pronunciada na região Nordeste, onde a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência chega a 31,2%, em contraste com outras regiões, onde os índices variam entre 12,7% e 21,4%. O percentual das pessoas acima dos 25 anos com deficiência que não completaram o ensino básico é de 74,4% e os que concluíram o ensino superior é 7% e para pessoas sem deficiência é de 47,7% no ensino básico e 20,9 no ensino superior.

**Tabela 1**

*Nível da ocupação de pessoas de 25 anos ou mais - Brasil - Por nível de instrução (%)*



No mercado de trabalho, as disparidades são igualmente alarmantes. Apenas 26,6% das pessoas com deficiência em idade ativa estão empregadas, em comparação com 60,7% das pessoas sem deficiência. Além disso, 55% das pessoas com deficiência que trabalham estão na informalidade, enquanto essa taxa é de 38,7% para pessoas sem deficiência. A Lei de Cotas, que exige que empresas com mais de 100 funcionários contratem uma porcentagem de pessoas com deficiência, ainda é insuficiente para garantir uma inclusão efetiva, pois muitos empregadores não estão preparados para adaptar o ambiente de trabalho para esses funcionários.

As desigualdades educacionais e laborais resultam em uma significativa disparidade de renda. O rendimento médio mensal das pessoas com deficiência é de R\$ 1.860,00, representando apenas 70% da média nacional de R\$ 2.652,00. Em comparação, o rendimento médio das pessoas sem deficiência é de R\$ 2.690,00. As mulheres com deficiência são particularmente desfavorecidas, ganhando aproximadamente 34% a menos do que as mulheres sem deficiência.

Como se nota, a população brasileira de pessoas com deficiência apresenta um número significativo e, sendo assim, proporcionar a elas a acessibilidade se torna fundamental.

## **2.5 Acessibilidade**

A acessibilidade no Brasil, se comparada a alguns países, está aquém quando se trata daqueles que possuem necessidades especiais. É notório o despreparo da sociedade quando o quesito é amparar e suprir as necessidades dos deficientes, como, por exemplo, os meios de locomoção para aqueles que são cadeirantes, que são totalmente precários. Da mesma forma, os deficientes visuais são limitados pela falta de estruturas que deveriam ser supridas pelo Estado, e que infelizmente não são.

Não é necessário recorrer a grandes estatísticas ou pesquisar profundamente para perceber que pessoas com deficiência muitas vezes não são incluídas socialmente. No dia a dia, é evidente a falta de inclusão em diversos ambientes. Por exemplo: quantas pessoas com deficiência você encontra em shows? Frequentando bares ou praças? E quantos teatros estão adequadamente preparados para suas necessidades? A resposta, infelizmente, é que são pouquíssimas ou nenhuma.

A maior limitação não está naquele que possui uma necessidade especial. A maior limitação está na sociedade que não é capaz de atender às demandas desse público. A própria sociedade exclui o deficiente de ambientes que deveriam ser de igual acesso para todos. A sociedade limita a interação, o convívio, tornando-os despreparados para o mundo, seja na esfera profissional ou pessoal.

Considerando a importância que o trabalho representa para as pessoas com algum tipo de deficiência, torna-se relevante compreender o labor no cotidiano e na vida social daqueles que possuem limitações. Diante disso, abre-se um momento para compreender a educação inclusiva no Brasil.

## 2.6 Educação inclusiva no Brasil

A educação inclusiva é um campo da educação que visa atender às necessidades de alunos com diferentes tipos de deficiência. Segundo Casagrande e Mainardes (2021), educação inclusiva pode ser entendida como um conjunto de recursos e serviços pedagógicos e de apoio, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir o serviço educacional comum, de forma que garanta o acesso, participação, aprendizagem e continuidade da escolarização de alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades no ensino regular.

O que a educação inclusiva faz é incluir todos os indivíduos que de alguma maneira vivem às margens da sociedade, que são segregados por alguma característica física, biológica ou social. Segundo Hage (2018), a educação inclusiva garante o acesso, permanência e sucesso dos alunos na instituição de ensino, sem qualquer discriminação ou exclusão. Ela reconhece e valoriza a diversidade, promovendo uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas características individuais, necessidades ou dificuldades de aprendizagem.

As diferenças entre educação especial *versus* educação inclusiva, historicamente, surgem das primeiras políticas públicas nacionais para educação especial e tinham o entendimento de que ela deveria ser organizada paralelamente à educação regular, que essa seria a melhor maneira para o ensino de estudantes que apresentavam deficiência, ou que não se adaptassem às estruturas inflexíveis das escolas de ensino. Essa ideia resultou em exclusão e preconceito contra os deficientes. Eles pertenciam a um sistema de aprendizagem marginal. Os avanços de estudos educacionais e dos direitos humanos vêm alterando esses conceitos, criando legislações e práticas de ensino e gestão mais inclusivas, com objetivo de reestruturar as escolas regulares e da educação especial.

No Brasil, ela é regulamentada por uma legislação específica, que foi se aperfeiçoando com o tempo, principalmente, por fazer parte de um movimento mundial em direção à inclusão. Na atualidade, a educação especial é marcada pela variedade de práticas e abordagens pedagógicas, com objetivo de atender às necessidades individuais de cada aluno. Isso significa oferecer recursos de acessibilidade, adaptações curriculares, tecnologias assistivas, suporte pedagógico especializado e capacitação para atendimento da diversidade.

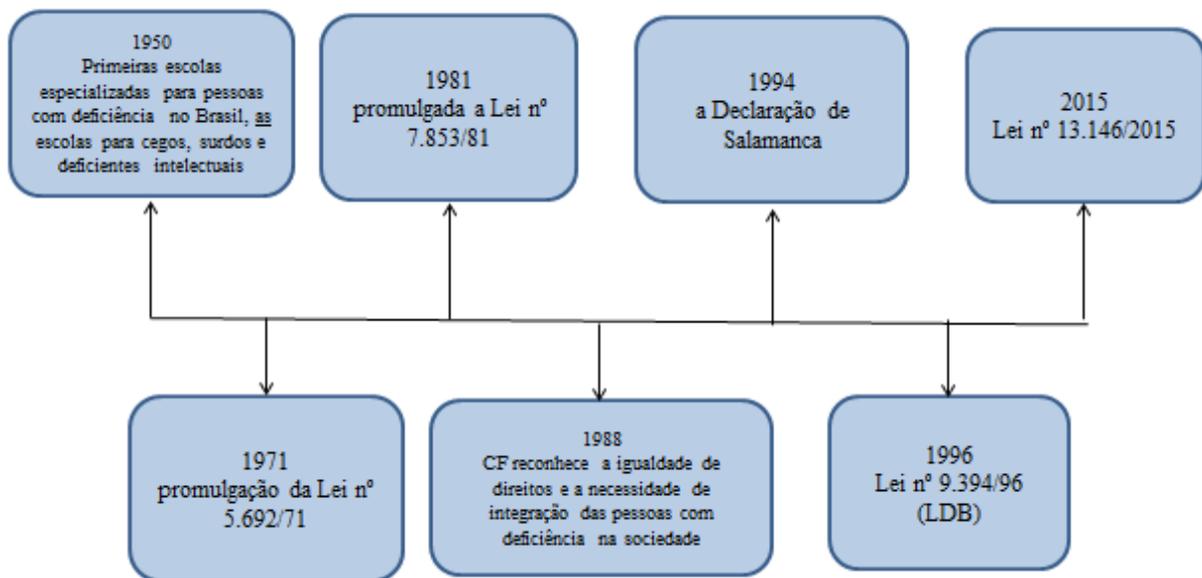
De acordo com Casagrande e Mainardes (2021), quando implantada de forma efetiva, a educação especial dependerá de todos os atores envolvidos, sendo eles, além de outros, comunidade escolar, professores, alunos, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde. Trata-se de um processo de adaptação e aprimoramento que precisa ser contínuo, com a

finalidade de garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial e participar ativamente da vida escolar e social.

A evolução das políticas públicas brasileiras pode ser observada por meio da linha do tempo proposta que segue:

## Figura 2

### *Linha do tempo da evolução das políticas públicas brasileiras de inclusão*



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024)

Observa-se a garantia do processo de integrar e incluir o aluno com deficiência, no sistema regular de ensino, nos artigos e incisos da Lei nº 9.394/96:

Art. 58: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização

específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60: Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (Brasil, 1996, s.p).

O Artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, destaca as orientações sobre a educação especial no Brasil. Ele recomenda que a educação especial seja oferecida preferencialmente dentro da educação regular. Outro aspecto importante para se destacar é o Parágrafo III, do Artigo 59, que assegura professores com especialização adequada, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns. Portanto, os professores da escola regular precisam ser qualificados para receber e ensinar alunos com necessidades especiais.

No que diz respeito à Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), trata-se de uma legislação fundamental que estabelece diretrizes para a inclusão de pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida social, incluindo a educação. Esta lei reforça o direito à educação inclusiva e prevê a oferta de serviços de apoio especializado, recursos de acessibilidade e adaptações curriculares para garantir o pleno desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência. Ela é um marco legislativo que busca promover a inclusão social e garantir os direitos das pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida, incluindo a educação e o trabalho.

O propósito de análise da Lei Brasileira de Inclusão é explorar suas disposições que impactam a inserção profissional de alunos com deficiência, como são implementadas na prática, possíveis perspectivas de melhoria e o papel das políticas públicas e da sociedade civil na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades. Contudo, embora o Brasil possua leis em favor das pessoas com algum tipo de deficiência para sua inclusão no ensino regular e no trabalho, essa população precisa enfrentar alguns desafios para que as leis de inclusão funcionem.

### **2.6.1 Tecnologias assistivas na educação especial**

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015), tecnologias assistivas são definidas como:

Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade relacionada à atividade e à participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015).

Portanto, as tecnologias assistivas desempenham um papel crucial na educação inclusiva, promovendo a inclusão de alunos com deficiência, possibilitando maior autonomia e acesso igualitário à educação. Fazem isso por meio da facilitação de acesso ao currículo, promovendo a inclusão e melhorando a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Estas medidas são fundamentais para superar barreiras de comunicação, mobilidade, aprendizado e participação.

No entanto, a colocação em prática dessas tecnologias diverge das teorias idealizadas, resultando em vários desafios no contexto educacional. No artigo de Ziesmann e Thomas (2020), esses desafios são discutidos na formação de professores para educação inclusiva, com foco nas tecnologias assistivas. Eles destacam os principais problemas enfrentados:

- a) **Formação dos Professores:** Na maioria das vezes, a formação recebida é superficial ou inexistente, resultando em professores despreparados para utilizar as ferramentas assistivas de maneira eficaz;
- b) **Recursos e Infraestrutura:** As restrições orçamentárias resultam em recursos insuficientes para implementar as tecnologias assistivas;
- c) **Adequação dos materiais didáticos:** é comum os materiais didáticos não serem adaptados, dificultando a integração das tecnologias assistivas com o currículo escolar;
- d) **Resistência:** Existe uma resistência significativa por parte dos educadores e instituições, que pode ser cultural ou resultado da falta de conhecimento e formação continuada.

De acordo com Ziesmann e Thomas (2020), a distância entre teoria e prática no uso de tecnologias assistivas são gritantes e complexas. Para superá-las é fundamental investir em formação contínua de professores, assegurar recursos financeiros e infraestrutura adequados, desenvolver e implementar políticas públicas condizentes com o contexto social dos envolvidos, e promover uma cultura de aceitação e inovação nas escolas.

### ***2.6.2 Desafio da educação inclusiva no Brasil***

Os desafios que as pessoas com deficiência têm que enfrentar as acompanham junto com a história do processo de inclusão, ao se considerar os documentos referentes às leis de educação inclusiva. Pode-se observar avanços quanto ao acesso à escola regular para discentes com políticas públicas inclusivas, mas, em alguns casos, a escola se depara com desafios como falta de preparação dos professores, o espaço físico da escola e a própria família.

De acordo com INEP (2018), o ano de 2023 ficou marcado pela inversão no número de alunos com deficiência matriculados nas escolas regulares superando o número de alunos nas escolas especiais, atingindo 54% do total. Em 2018, o número de matrículas nas escolas regulares saltou para 92,1%.

Os desafios na educação inclusiva, mesmo com avanços na legislação e implementação de políticas públicas, continuam, pois, muitos alunos ainda enfrentam a segregação e exclusão do sistema de ensino brasileiro, como a falta de estrutura, ausência de formação adequada dos professores e a falta de recursos e materiais didáticos adaptados e o preconceito, que são os grandes obstáculos para educação inclusiva nas escolas regulares (Mantoan, 2017). Mantoan (2017) ainda destaca que existe a necessidade de investimentos na capacitação dos professores, em infraestrutura, tecnologias assistivas e materiais pedagógicos adequados para garantir o acesso e a participação efetiva de alunos com deficiência no ambiente escolar.

Como forma de tentar reduzir os desafios da inclusão no Brasil, há atualizações da legislação sobre inclusão, o que mostra avanços nessa esfera referente à educação inclusiva e à educação inclusiva. A legislação é atualizada com frequência, atendendo às mudanças normativas internacionais, novas interpretações e demandas internas. A questão é colocar efetivamente em prática essas políticas públicas, criar uma estrutura física e pedagógica capaz de atender as necessidades dos deficientes e incluí-los no ambiente escolar e social.

## **2.7 Conceito de políticas públicas e sua historicidade**

Políticas públicas podem ser definidas como ações e diretrizes adotadas pelo Estado, por meio de seus órgãos e representantes, com o objetivo de atender demandas e necessidades da sociedade, promovendo o bem-estar coletivo e o desenvolvimento social. Harold Lasswell (1950), um dos pioneiros no estudo de políticas públicas, define-as como "quem ganha o quê, quando e como", indicando que as políticas públicas envolvem decisões sobre a distribuição de recursos e a regulação de conflitos sociais e econômicos. Segundo Lasswell, essas políticas refletem as prioridades e valores de uma sociedade e a análise de suas etapas e efeitos permite compreender os processos que regem as ações do Estado.

Além disso, Charles Lindblom (1959) introduziu a ideia de "incrementalismo" no processo de formulação de políticas públicas, argumentando que as decisões são geralmente tomadas em pequenos passos, ajustando-se a cada contexto e limitação prática. Para Lindblom, o processo decisório não é linear, mas adaptativo, moldando-se conforme a complexidade e a incerteza dos problemas sociais.

No contexto brasileiro, José Murilo de Carvalho (2001), estudioso dos direitos sociais no Brasil, aponta que as políticas públicas são fundamentais para consolidar a cidadania e garantir os direitos sociais, pois visam incluir e atender à população em suas necessidades essenciais, como educação, saúde e segurança. Carvalho ressalta que, para serem efetivas, essas políticas

precisam ser acompanhadas de uma base de cidadania ativa e participativa, onde os cidadãos tenham não apenas acesso a direitos, mas também uma atuação na formulação e implementação das políticas públicas.

Esses teóricos oferecem uma visão abrangente dos elementos que compõem as políticas públicas, destacando desde os fatores determinantes até os desafios e limitações que envolvem sua aplicação e impacto social.

### ***2.7.1 Breve Histórico das Políticas Públicas no Brasil***

O desenvolvimento das políticas públicas no Brasil nos séculos XX e XXI reflete a evolução do Estado, os contextos socioeconômicos, e o avanço dos direitos sociais. O estudo de Quevedo e Botezini (2022), intitulado *A História do Brasil por meio dos olhares de Boris Fausto, Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho*, realiza uma análise comparativa das interpretações de três historiadores brasileiros, incluindo o papel central da teoria de José Murilo de Carvalho sobre cidadania e a formação social e política do Brasil. Carvalho, com sua concepção de "cidadania passiva", argumenta que os direitos sociais foram, em grande parte, concedidos à população pelo Estado, e não necessariamente resultado de uma luta ativa por esses direitos.

Essa abordagem revela uma característica singular da sociedade brasileira: uma relação de dependência com o Estado, que influencia fortemente a implementação de políticas públicas e os desafios enfrentados no estímulo à participação cidadã ativa. A seguir, um panorama contextualizado com alguns referenciais teóricos.

**Primeira República (1889-1930):** No início do século XX, as políticas públicas no Brasil eram limitadas e elitistas, refletindo o poder das oligarquias regionais. Segundo o conceito de Estado Patrimonial de Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder* (1958), as políticas eram voltadas a interesses específicos das elites e a manutenção do poder político. As ações do Estado eram focadas em infraestrutura e favorecimento econômico para setores dominantes.

**Era Vargas (1930-1945):** A Era Vargas trouxe as primeiras grandes políticas públicas de caráter social, com a introdução da Previdência Social e os direitos trabalhistas. Getúlio Vargas buscou consolidar o Estado como um agente central de desenvolvimento e de regulamentação social, instituindo o "trabalhismo". Teóricos como Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) destacam a busca pela "modernização conservadora", onde o Estado agiu como um mediador, mas manteve práticas personalistas e patrimoniais.

Período Militar (1964-1985): Sob o regime militar, o Brasil experimentou uma forte centralização do poder e a criação de políticas econômicas focadas em desenvolvimento e industrialização. As políticas públicas foram expandidas, mas voltadas prioritariamente ao crescimento econômico. A teorização de Florestan Fernandes sobre o “capitalismo dependente” explica que esse desenvolvimento não resultou em uma distribuição justa de renda ou direitos, mas sim em uma ampliação das desigualdades.

Redemocratização e Constituição de 1988: A Constituição de 1988 marca um momento de transformação, estabelecendo uma ampla base de direitos sociais e políticos, e é considerada um dos principais marcos legais para políticas públicas inclusivas no Brasil. A inclusão da participação cidadã, prevista pela Constituição, é reforçada por autores como José Murilo de Carvalho, que discute o desafio da consolidação da cidadania social no Brasil em *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2001). A Constituição de 1988 enfatizou a saúde e educação como direitos universais e gratuitos, descentralizando o poder e permitindo o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a ampliação da educação básica.

Décadas de 1990 e 2000 - Expansão de Programas Sociais: Na década de 1990, o governo FHC lançou o programa de bolsas escolares, precursor do Programa Bolsa Família, expandido nos anos 2000 durante o governo Lula. Essas políticas reduziram a pobreza e as desigualdades. Programas como o Bolsa Família e o SUS refletem o esforço para integrar a população aos direitos sociais garantidos na Constituição.

Atualidade (2010 - Presente): Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado desafios de sustentabilidade das políticas públicas em meio a crises econômicas e debates sobre o papel do Estado. A Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Lei de Cotas são exemplos de políticas para a inclusão social, mas o país lida com a polarização política e dificuldades de financiamento, levando a debates sobre eficiência e focalização nas políticas públicas.

O histórico das políticas públicas brasileiras nos séculos XX e XXI reflete a trajetória do Brasil em busca da ampliação dos direitos sociais, marcada pela gradual construção de uma cidadania social. A teoria de José Murilo de Carvalho é especialmente relevante para entender esse contexto, pois ela analisa a cidadania brasileira como um processo incompleto e desequilibrado, que muitas vezes antecede a criação de direitos políticos e civis.

### ***2.7.2 José Murilo de Carvalho e os direitos sociais***

José Murilo de Carvalho é um dos cientistas políticos brasileiros, conhecido por sua análise das transformações do Brasil em relação à cidadania e aos direitos sociais. Em seu

trabalho, especialmente em "Cidadania no Brasil: O Longo Caminho" (2001), ele descreve a formação dos direitos civis, políticos e sociais no país, destacando como a inclusão desses direitos depende do desenvolvimento de políticas públicas eficazes e inclusivas.

O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais "o povo quer isto ou aquilo", diz-se "a cidadania quer". Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã (Carvalho, 2002, p. 7).

Para Carvalho (2001), pode-se apontar como um dos fatores considerados essenciais que dificultam a construção da cidadania é o "peso do passado", sinalizando, exclusivamente, para o período colonial (1500-1822). Trata-se de uma época em que os portugueses construíram um país composto por unidade cultural, territorial, religiosa e linguística. Contudo, a população permanecia analfabeta, escravocrata, dependente de uma economia latifundiária e monocultora. A isso, deu-se o nome de Estado Absolutista. De um modo geral, foram praticamente 322 anos que o país viveu sem Estado, sem um poder público, sem nação e, principalmente, sem cidadania.

Além do exposto, Carvalho (2001) sinaliza para uma ordem que se inicia pelos direitos civis, seguido pelos direitos políticos e, na sequência, direitos sociais, sem inversão da ordem. São três direitos que, combinados e na ordem apresentada, que se pode concretizar o exercício de um, levando à conquista do outro. Sobre isso, o que se nota, é a formação de um elemento capaz de justificar a solidez da democracia e a maior completude da cidadania. Diante disso, entende-se que a cidadania passou por um processo lento de construção da própria população, tornando um relevante valor coletivo em que se acreditava valer a pena viver, lutar e morrer.

Quanto à questão que envolve a desigualdade, Carvalho (2001) sinaliza que na sociedade em que se vivem a escravidão tem se mostrado um novo mal que dificulta a formação de uma sociedade democrática. Parece existir uma insuficiência para produzir resultados que levam a diminuição da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em classes que eram separadas por raça, renda, origem e educação.

A educação e pobreza são questões que se completam. Sobre isso, Carvalho (2001) explica que no Brasil são considerados dois consensos. O primeiro se refere ao fato de ser um fenômeno estrutural da sociedade brasileira e, segundo, que o principal fator da persistência da pobreza se fundamenta na desigualdade social por não ser combatida, resultando na reprodução dessa desigualdade.

Carvalho (2001) ainda completa que no Brasil, a pobreza parece apresentar uma trajetória que apresenta um segmento, permanecendo no país, um problema social que precisa ser enfrentado pelo Estado, não levando em consideração os modos como surge e manifesta na sociedade. Por isso, ter o conhecimento acerca dos seus traços fundamentais é relevante para melhor compreender as complexas questões as quais, a sociedade enfrenta. É um período que se pode perceber uma íntima relação entre políticas de combate à pobreza e de promoção da cidadania.

Considera-se as políticas sociais como sendo de significativa importância pelo fato de elas serem aplicadas para proteger a população e as pessoas que vivem em sociedades contra os próprios riscos e para oferecer assistência quanto às suas necessidades. Trata-se de necessidades que podem surgir em variados momentos e situações. Essas políticas sociais constituem um conjunto de dados e ações conhecidas como políticas de proteção social, com a finalidade de contribuir para que a sociedade se torne mais responsável ao diminuir ou paralisar o impacto que os riscos podem causar as pessoas e a sociedade (Carvalho, 2002).

Em sua obra "Cidadania no Brasil: O Longo Caminho" (2001), faz uma análise crítica sobre a forma como os direitos sociais foram implementados no Brasil. Ele destaca que, historicamente, o país tem uma trajetória inversa à de outros países na consolidação da cidadania. Enquanto em muitas nações os direitos civis e políticos precederam os direitos sociais, no Brasil esses direitos foram conquistados, em grande medida, de forma simultânea e, muitas vezes, por meio de concessões estatais sem uma base sólida de participação política da população.

**Críticas aos Direitos Sociais como Concessão do Estado** - Carvalho argumenta que, no Brasil, os direitos sociais frequentemente foram implantados como concessões estatais, em vez de conquistas da sociedade civil, o que reflete um processo de cidadania “de cima para baixo.” Isso significa que o acesso a esses direitos, como educação, saúde e assistência social, foi em grande parte determinado pela ação do Estado, sem que houvesse uma pressão contínua e organizada da sociedade civil. Esse modelo limita o empoderamento e a conscientização política da população, que deveria ser protagonista na reivindicação desses direitos.

**Cidadania Passiva** - A crítica de Carvalho ressalta que essa abordagem cria uma cidadania passiva, em que o cidadão é visto mais como receptor de benefícios do que como participante ativo das decisões políticas. No caso dos direitos sociais, isso se reflete em serviços públicos frequentemente precários, pois, sem uma pressão cidadã sólida e organizada, o Estado tem menos incentivos para melhorar a qualidade e o alcance desses serviços. Carvalho enfatiza que, enquanto não houver uma base forte de cidadania ativa, os direitos sociais no Brasil continuarão a ser implementados de maneira desigual, com variações significativas na qualidade dos serviços entre diferentes regiões e grupos sociais.

**Direitos Sociais e Desigualdade Social** - Carvalho também critica a desigualdade na distribuição dos direitos sociais, observando que sua efetividade é profundamente desigual no país. Ele aponta que, embora os direitos sociais estejam previstos em lei, sua aplicação concreta varia de acordo com fatores regionais e socioeconômicos. Em áreas menos desenvolvidas, o acesso a esses direitos é mais restrito, perpetuando um ciclo de exclusão social. Essa disparidade reforça as desigualdades preexistentes e limita a construção de uma cidadania plena e universal.

**Limites Institucionais e a Burocracia Estatal** - Outro ponto de crítica de Carvalho é o papel da burocracia e das limitações institucionais que dificultam a execução dos direitos sociais. Ele observa que, muitas vezes, as políticas públicas no Brasil carecem de recursos, gestão adequada e mecanismos de monitoramento, o que resulta em serviços de baixa qualidade. A burocracia estatal, ao invés de ser um facilitador, frequentemente impõe barreiras ao acesso efetivo aos direitos sociais. Isso se aplica, por exemplo, à educação inclusiva, onde a falta de infraestrutura e de profissionais capacitados prejudicam a inclusão e a qualidade do ensino para pessoas com deficiência.

Santos, Bertolino e Monteiro (2021) discutem a discrepância entre a cidadania "declarada" nos documentos oficiais e a experiência cotidiana da cidadania, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Eles destacam como a crise sanitária expôs as desigualdades sociais e as limitações no acesso efetivo a direitos básicos, como saúde e educação, aspectos que afetam principalmente grupos mais vulneráveis da população brasileira.

A reflexão dos autores está em consonância com as ideias de José Murilo de Carvalho sobre a "cidadania passiva" no Brasil, onde direitos são muitas vezes proclamados formalmente, mas não implementados de maneira que permitam uma participação plena e ativa dos cidadãos. A análise no contexto da pandemia revela como o Estado brasileiro, mesmo ao proclamar políticas de apoio, falha em fornecer os meios para que esses direitos sejam efetivamente

vividos, o que limita a cidadania a uma promessa incompleta. Essa abordagem permite uma visão crítica das políticas públicas e sua execução, destacando a importância de estruturas de suporte mais robustas para uma cidadania ativa e inclusiva no país.

Em resumo, José Murilo de Carvalho critica a implementação dos direitos sociais no Brasil como concessões estatais, em vez de conquistas cidadãs, o que enfraquece a participação ativa da sociedade e perpetua desigualdades. Ele argumenta que, para uma cidadania plena, é essencial que os cidadãos reivindiquem e participem ativamente na construção desses direitos, pois apenas assim o Brasil poderá alcançar uma igualdade efetiva no acesso a esses direitos fundamentais.

### ***2.7.3 Contexto com o tema***

No contexto das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, o pensamento de José Murilo de Carvalho fornece uma base importante para entender a relação entre cidadania e o acesso a direitos sociais. Para Carvalho, a consolidação de uma cidadania plena inclui o acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Em sua obra, ele argumenta que o processo de conquista desses direitos foi historicamente lento no Brasil, em parte devido às desigualdades sociais que perpetuam a exclusão de grupos vulneráveis, como as pessoas com deficiência.

Políticas públicas como instrumento de expansão dos direitos sociais, segundo Carvalho, os direitos sociais — que englobam acesso à saúde, educação e assistência social — são fundamentais para o pleno exercício da cidadania. A criação de políticas públicas em prol da educação inclusiva, portanto, representa um avanço na inclusão de pessoas com deficiência nos direitos sociais. Ele destaca que a educação é um pilar essencial para a cidadania, pois permite que o indivíduo participe ativamente na vida política e social de seu país. Nesse sentido, as políticas públicas na educação inclusiva são um meio pelo qual o Estado amplia os direitos sociais, promovendo a inclusão daqueles que foram historicamente marginalizados no sistema educacional.

Carvalho sustenta que o Estado desempenha um papel crucial na promoção dos direitos sociais, argumentando que a cidadania plena só pode ser alcançada com a atuação estatal para reduzir desigualdades. A partir disso, ele defende que as políticas públicas devem ser estruturadas para garantir o acesso universal aos direitos, respeitando as especificidades dos diferentes grupos. No caso da educação inclusiva, isso significa que o Estado deve desenvolver políticas que assegurem não apenas a inclusão escolar, mas também o suporte necessário, como tecnologias assistivas, formação de professores, e adaptação curricular. Essas ações estatais

permitem que as pessoas com deficiência visual, por exemplo, tenham um ambiente educacional adequado às suas necessidades, fortalecendo seu direito à cidadania.

Carvalho também aborda o que chama de “desigualdade estrutural” que persiste na implementação de políticas públicas no Brasil. Ele observa que, apesar dos avanços, há uma lacuna entre o que a legislação brasileira prevê e o que é efetivamente praticado, especialmente nas regiões mais carentes. Esse desafio se aplica às políticas de educação inclusiva, onde a falta de recursos e infraestrutura limita o acesso aos direitos educacionais. Em muitas escolas, faltam materiais, profissionais capacitados e suporte adequado para alunos com deficiência, o que evidencia a necessidade de uma atuação mais robusta do Estado e de uma sociedade civil ativa para reivindicar esses direitos.

Para José Murilo de Carvalho, o direito à educação é essencial para a construção da cidadania ativa. O acesso à educação inclusiva, então, deve ser visto como parte desse direito, pois possibilita que pessoas com deficiência tenham uma participação mais completa na sociedade. Carvalho destaca que, em uma sociedade democrática, a cidadania plena só é possível quando todos os indivíduos, independentemente de suas limitações, têm oportunidades iguais. Nesse sentido, as políticas públicas inclusivas na educação inclusiva são um caminho para construir uma cidadania mais abrangente e equitativa, na qual todos têm o direito de contribuir para a sociedade.

A análise de José Murilo de Carvalho sobre cidadania e direitos sociais é fundamental para compreender a importância das políticas públicas de educação inclusiva. Sob sua perspectiva, essas políticas são mais do que programas estatais; são mecanismos de inclusão e de garantia dos direitos fundamentais, permitindo que pessoas com deficiência exerçam plenamente sua cidadania. Assim, a obra de Carvalho reforça a ideia de que, para que a cidadania seja verdadeiramente democrática, o Estado deve assegurar que todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiência visual, tenham acesso à uma educação de qualidade e aos demais direitos sociais.

Barbosa e Araújo (2020) exploram a complexa relação entre cidadania e trabalho no contexto brasileiro, enfatizando como as políticas públicas e a estrutura social do país influenciam o exercício da cidadania social. Segundo os autores, a cidadania social não se resume apenas ao acesso formal aos direitos, mas também envolve condições que possibilitem a participação plena e ativa na sociedade, como emprego e segurança social.

Essa análise se alinha à perspectiva de José Murilo de Carvalho, que defende a necessidade de transformar a “cidadania passiva” brasileira, em que direitos são mais formalmente garantidos do que efetivamente exercidos. O artigo discute, então, os desafios para

a compreensão plena da cidadania no Brasil, considerando a influência de fatores como as desigualdades econômicas e a precarização do trabalho, que dificultam o exercício de uma cidadania verdadeiramente ativa e inclusiva. Ao explorar essa interação, os autores sublinham a importância de políticas públicas que não só proclamem direitos, mas que também assegurem as condições para que os cidadãos possam vivê-los de forma concreta.

## **2.8 O significado de trabalho para as pessoas com deficiência**

Considerando que o trabalho tem grande relevância para a pessoa com deficiência visual para seu desenvolvimento como pessoa, apresentam-se neste capítulo os conceitos de trabalho.

A etimologia da palavra trabalho sugere contradições relacionadas com o sofrimento e a transformação da natureza pela atividade humana (do latim *tripalium*, instrumento de tortura formado por três estacas, utilizado para manter presos os cavalos difíceis de ferrar). No latim vulgar, trabalho significa “pena ou servidão do homem à natureza” (Carmo, 1992, p. 16).

Trajano (2002, p. 31) afirma que a palavra labor se liga, na sua origem latina, às atividades agrícolas, à lavra, à laboração do campo. Trabalhar significa cultivar, o que nos remete diretamente ao sentido da palavra cultura. Cultivar é fazer cultura. A cultura é cultivada, é fruto de um processo de enriquecimento, de um processo de transformação.

O trabalho na construção de identidade, segundo Schafhauzer e Silva (2023), é percebido por se tratar de um instrumento de suma relevância na constituição da identidade das pessoas e de toda a sociedade. Isto porque há determinados fatores como dignidade, responsabilidade, realização pessoal, *status*, independência e reconhecimento que fazem parte da construção da identidade ligada ao trabalho. Entretanto, há elementos que precisam ser considerados nessa construção tais como os valores a ele associados que envolvem classe social, cultura, gênero e faixa etária. No século XX, em especial no período pós-guerra, o Capitalismo vive seu apogeu e o trabalho passa a ser percebido como útil para a sociedade e com valor inegável para o homem e a sociedade.

Almeida e Friedrich (2021) sinalizam que o conhecimento e a autoestima da pessoa estão relacionados diretamente ao papel que exerce. Com base nisso, tais papéis estão intimamente associados ao mundo do trabalho. Este constitui um elemento fundamental na estrutura identitária dos sujeitos e, por isso, é possível levar em consideração que a empresa é para o ser humano um instrumento de suma relevância para a sua socialização e inclusão. Assim, os indivíduos que trabalham passam a adotar atitudes, ações e comportamentos que contribuirão para a construção de uma identidade social e também profissional.

Como atividade menor, o trabalho é percebido como algo que nem sempre teve lugar de destaque na vida do homem. Na antiguidade era associado ao castigo, tortura e sempre era relegado aos escravos. O trabalho era visto como uma atividade menor, uma vez que não era uma criação livre e sim um meio de sobrevivência: “A noção de trabalho estava diretamente vinculada à rotina da utilização das mãos em contato com utensílios rudimentares, sem técnica e criatividade” (Carmo, 1992, p. 18).

O trabalho na construção da socialização é explicado por Almeida e Friedrich (2021) como sendo decorrente das relações de poder que o sujeito vivencia no mundo produtivo, criando regras coletivas de comportamentos as quais irão permitir que ele construa sua identidade no trabalho. Dessa forma, ele passa a ser possuidor de um modo de dar sentido para o próprio “eu” na diversidade múltipla de papéis sociais do qual o trabalho é parte essencial e indissociável, fazendo-se ser reconhecido pelos colegas de trabalho, chefia e patrão.

O trabalho na construção de identidade da pessoa com deficiência, de acordo com Amâncio e Mendes (2023), se refere ao fato de que a autoridade do sujeito será legitimada na empresa por meio da relação do seu trabalho com o objetivo da empresa, que de alguma forma, irá influenciar o autoconceito que ele tem sobre o mundo do trabalho. O autor ainda destaca que no trabalho, a construção da identidade da pessoa com deficiência também é influenciada pelos interesses pessoais e coletivos, uma vez que ela estará frequentemente ligada à empresa por meio dos arranjos sociais.

De acordo com Schafhauze e Silva (2023), o trabalho representa para a pessoa com deficiência, conforme verificado, especialmente no que diz respeito aos deficientes visuais, socialização, conhecimento, competência e demais qualidades que eles podem agregar a si próprios quando inseridos no mercado. Somente assim, eles sentem que podem desenvolver seus talentos, aptidões e ter renda de modo a obter a independência e uma vida com cada vez mais qualidade. Por isso, a inserção de deficientes visuais no mercado de trabalho pode ser considerada uma das maneiras mais acertadas para promover a inclusão e igualdade de oportunidades para todos.

### ***2.8.1 A Pessoa com deficiência e sua inserção no mercado de trabalho***

Neste capítulo são abordadas as dificuldades enfrentadas pela pessoa portadora de alguma deficiência, tendo como ênfase o deficiente visual no que tange à inserção no mercado de trabalho.

Para Nunes e Neira (2014), é relevante esclarecer que políticas inclusivas não podem ser confundidas com políticas assistencialistas. Isso significa que “incluir” quer dizer criar as ferramentas para que cada pessoa, por seus próprios meios, consiga estudar e progredir no mercado de trabalho e na sociedade. As mudanças ocorridas na sociedade têm sido diversas, dentre elas, o processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais. Tem-se percebido que os órgãos governamentais têm procurado promover o estímulo à inclusão social, visando incluir no mercado, nas escolas e na sociedade a pessoa que possui algum tipo de deficiência.

Além do exposto, Leão Jr. e Gatti (2016) salientam que, para os deficientes visuais, o trabalho eleva a confiança, a autoestima e os fazem melhorar, a cada dia, como ser humano. Assim sendo, em relação ao mercado de trabalho, nota-se a importância que o trabalho representa para as pessoas com deficiência, pois, também, proporciona aprimoramento, aprendizagem, atitude, conhecimento, remuneração e transformação, rompendo mitos.

### ***2.8.1.1 Políticas de Inclusão***

A informação é a matéria-prima para a construção do conhecimento e, por isso, ela é o elemento-chave na formação de uma sociedade justa e igualitária, fornecendo uma condição efetiva para que os indivíduos e organizações estejam prontos para lidarem com o novo, a criar e, assim, garantir o espaço de liberdade e autonomia. Ao deficiente visual, é necessária a concessão das mesmas oportunidades de participação e inclusão social, conforme as necessidades e condições, sem discriminações, contribuindo para a sua formação intelectual e desenvolvimento no campo de trabalho (Schafhauzer & Silva, 2023).

Segundo Nunes e Neira (2014), para a formação de uma sociedade igualitária, é preciso que seja feita a implantação de uma política de inclusão social que funcione e que promova a interação efetiva ao acesso de todos os cidadãos no mercado de trabalho, de acordo com suas especificidades.

Receber de forma igualitária as pessoas com deficiência visual no campo do trabalho não é apenas um ato humanitário, mas, de acordo com Almeida e Friedrich (2021), é também em atendimento à luta dessa população que deseja e precisa trabalhar e ser aceita nas empresas. Além disso, a inclusão social não é um conceito recente, pois se iniciou nos anos 1950 em órgãos e instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU). As medidas em prol da inclusão desenvolvidas por tais organismos envolvem diversas políticas, projetos, serviços, leis, dentre outros, direcionados, inicialmente, a atender pessoas com necessidades especiais, proporcionando a integração na sociedade, por meio da educação e do trabalho digno.

Sobre o exposto acima, Santana, Costa e Oliveira (2022) explicam que a inclusão de pessoas com deficiência no campo de trabalho tem apresentando avanços nas políticas públicas, podendo sinalizar que no ano de 1981, a ONU declarou que seria o “Ano Internacional da Pessoa com Deficiência”, com a finalidade de despertar a atenção para a necessidade de se elaborar planos de ação para tratar a igualdade de oportunidades, direito à prevenção e reabilitação das pessoas com deficiências. Por meio de tais iniciativas, nota-se que devem ser priorizadas desde a locomoção da pessoa portadora de deficiência até políticas de cotas nas faculdades e empresas. Desta forma, a sociedade se torna um meio apropriado de convivência entre todas as pessoas, seja com deficiência ou não, para que tenham garantidos os direitos, respeitando-se as necessidades e potencialidades individuais.

De acordo com Lima et al. (2021), torna-se necessário que sejam elaboradas propostas para a educação inclusiva de pessoas com deficiência visual, destacando alguns aspectos no que se refere à função social da empresa, a representação da deficiência e a política do mercado de trabalho no contexto brasileiro. A luta pela construção de um mercado de trabalho de aceitação para todos, sem discriminação, tem se constituído em um grande desafio no interior da implementação de políticas públicas, mesmo porque, trata-se do desenvolvimento laboral de todas as pessoas. Pensar no convívio em uma relação de trabalho entre pessoas com deficiência junto dos que não são deficientes, significa romper modelos que marcaram a dicotomia entre as diferenças.

No contexto abordado acima por Lima et al. (2021), torna-se relevante descrever a função social da empresa no contexto da inclusão. Segundo Begalli (2015) no contexto da inclusão, a função social da empresa é exercer com equilíbrio e legalidade sua titularidade sem causar prejuízos à comunidade. Por ser ela parte da atividade econômica deve promover sempre a justiça social e sempre atuar de modo que o trabalho seja um instrumento para que todos alcancem a justiça social e, por fim, seja uma geradora de empregos.

Sobre a inserção de pessoas com deficiência em empresas, Schafhauzer e Silva (2023) observam ser perceptível que já existem indivíduos com algum tipo de deficiência (visual, auditiva, mental e física) no mercado de trabalho, contribuindo para o crescimento da economia do país. Tal fato evidencia que a inserção está se tornando uma realidade e, nesse sentido, este autor enfatiza que, para a inclusão realmente acontecer nas empresas, é importante que esta esteja preparada para receber esses colaboradores.

Quanto à gestão, para que ela seja eficaz, Schafhauzer e Silva (2023) afirmam que para ela ser eficaz, é preciso o envolvimento da inclusão também de forma eficaz, por meio de incentivo e preparação em praticamente todas as áreas da atividade humana. Contudo, ainda

surtem dificuldades em realizar o trabalho quando há vários componentes envolvidos, tais como estrutura física, administrativa e a própria demanda complexa da realidade social.

Sobre o exposto acima, é preciso ainda falar do papel do gestor como facilitador da inclusão. É importante que o gestor da empresa assuma o papel de facilitador e promotor da inclusão, a fim de lidar, de forma ética e adequada, com os profissionais com deficiência visual e demonstrar preocupação quanto à manutenção de uma vida digna para estes. Contudo, Leão Jr. e Gatti (2016) explicam que, embora no Brasil exista a obrigatoriedade da inclusão no mercado de trabalho, há uma diversidade de consequências sociais e econômicas presentes nesse processo.

### ***2.8.1.2 Educação e competências da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho***

O mercado de trabalho e a educação possuem uma relação direta para criar e desenvolver competências profissionais. Desse modo, entende-se que quanto menor ou maior for o nível educacional da pessoa, conseqüentemente será sua competência profissional e, caso baixa, a tendência é de uma desigualdade social que influencia diretamente a formação profissional dessas pessoas. No Brasil, as vagas de emprego exigem dos candidatos competências cada vez mais específicas e qualificações detalhadas, o que torna mais difícil e inacessível para pessoas com deficiência que possuem um histórico curricular deficitário (Amâncio & Mendes, 2023).

É preciso que o ensino brasileiro, no contexto da inclusão educacional, seja de qualidade por se tratar de um dos maiores e principais obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência em relação à conquista de uma vaga de emprego mais qualificado. Competências são exigidas pelas empresas e, com isso, cabe às instituições de educação oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos, de forma igualitária, sem distinção se com ou sem deficiência, de modo a prepará-los para os desafios do mercado de trabalho, criando um ciclo vicioso em que as pessoas com deficiência bem preparadas têm maiores oportunidades de emprego bem remunerado, perpetuando a igualdade social (Amâncio & Mendes, 2023).

Rodrigues e Pereira (2021) explicam que para as pessoas com deficiência, a qualidade do ensino, se baixa ou alta irá determinar seu enfrentamento a obstáculos para serem inseridas no mercado de trabalho, fazendo com que se instale e aumente a igualdade ou a desigualdade social. Para mudar esse cenário, é fundamental o investimento na educação de qualidade e inclusiva, que prepare todos os indivíduos para as exigências do mercado de trabalho e promova a igualdade de oportunidades.

Para Nunes e Neira (2014), é relevante esclarecer que políticas inclusivas não podem ser confundidas com políticas assistencialistas. Isso significa que “incluir” quer dizer criar as ferramentas para que cada pessoa, por seus próprios meios, consiga estudar e progredir no mercado de trabalho e na sociedade. As mudanças ocorridas na sociedade têm sido diversas, dentre elas, o processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais. Tem-se percebido que os órgãos governamentais têm procurado promover o estímulo à inclusão social, visando incluir no mercado, nas escolas e na sociedade, pessoas que possuam algum tipo de deficiência.

Corroborando o exposto acima, Rodrigues e Pereira (2021) salientam que a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho tem apresentando avanços significativos nas políticas públicas, tal como o “Ano Internacional da Pessoa com Deficiência” ocorrido em 1981 quando a ONU declarou que este seria a data comemorativa com a finalidade de despertar a atenção para a necessidade de se elaborar planos de ação para tratar a igualdade de oportunidades, direito à prevenção e reabilitação das pessoas com deficiências. Tais iniciativas demonstram que devem ser priorizadas ações em favor da igualdade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, levando as políticas de cotas até as empresas. Desta forma, a sociedade se torna um meio apropriado de convivência entre todas as pessoas, seja com deficiência ou não, para que tenham garantidos os direitos, respeitando-se as necessidades e potencialidades individuais.

Sobre a inserção de pessoas com deficiência em empresas, Amâncio e Mendes (2023) sinalizam já ser uma realidade a presença de pessoas com algum tipo de limitação (visual, auditiva, mental e física) em empresas exercendo atividades laborativas, seja pela eficiência apresentada, seja pela exigência do governo que determinou cotas de vagas a essa população, ou outro motivo, evidenciando que deficiência é o sinônimo de eficiência. Tal fato evidencia que a inclusão está se tornando uma realidade e, nesse sentido, os autores enfatizam o fato de as empresas também estarem preparadas para receber esses colaboradores com as competências que possuem.

Como se nota, é preciso permitir e criar oportunidades para que as pessoas com deficiência possam receber uma educação de qualidade para que eles possam desenvolver suas competências que sejam satisfatórias para sua inserção no mercado de trabalho, principalmente, pelo fato de que o trabalho representa a construção de identidade da pessoa com deficiência. Segundo Rodrigues e Pereira (2021), no trabalho, a construção da identidade da pessoa com deficiência também é influenciada pelos interesses pessoais e coletivos, uma vez que ela estará frequentemente ligada à empresa por meio dos arranjos sociais.

Assim, pode-se observar que o trabalho representa para a pessoa com deficiência, socialização, conhecimento, competência e demais qualidades que eles podem agregar a si quando inseridos no mercado. Somente assim, eles sentirão que podem desenvolver seus talentos, aptidões, competências e ter renda de modo a obter a independência e uma vida com mais qualidade (Rodrigues & Pereira, 2021). Por isso, a inserção de deficientes no mercado de trabalho pode ser considerada uma das maneiras mais acertadas para promover a inclusão e igualdade de oportunidades para todos. Mas, para tanto, deve-se iniciar com a educação ofertada de modo que sua acessibilidade seja proporcionada de forma favorável, como com o uso de tecnologia de acessibilidade.

### ***2.8.1.3 Tecnologia de acessibilidade***

Em se tratando de inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência visual, Schafhauzer e Silva (2023) pontuam que um indivíduo cego ou com pouca visão pode apresentar determinadas limitações que poderão apresentar obstáculos quanto ao aproveitamento produtivo na sociedade. Para os autores, grande parte das limitações que surgem podem ser eliminadas por meio de dois elementos: a educação adaptada à sua realidade e o uso de tecnologia para diminuir as barreiras.

Segundo Avila-Vitor e Carvalho-Freitas (2012), para pessoas com deficiência visual, diminuir as diferenças é fundamental para que elas possam se sentir produtivas na sociedade. Tanto os setores do Governo, quanto do mercado de trabalho e sociedade devem contribuir para que as pessoas com deficiência visual possam usufruir de todos os direitos que as demais pessoas possuem em relação ao mercado de trabalho. Desta forma, em um contexto no qual a economia virtual cresce a cada dia, com o mercado de capitais e o comércio eletrônico, as relações de trabalho levaram as pessoas com deficiência visual a fazerem uso constante e de forma intensa da informação. Notadamente, as tecnologias de informação disponibilizam novas mídias com o suporte da internet (*chat, e-mail, VoIP, comunidades virtuais, etc.*) de tal modo que o uso destas tecnologias deixa de ser uma opção e passa a se tornar uma necessidade. Isto também ocorre nas empresas que adotam a inclusão e contratam pessoas com deficiência visual.

Corroborando, Bruno e Nascimento (2019) sinalizam ser a inclusão de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho uma questão que tem levado as organizações a adotarem estratégias que auxiliem na produtividade dessas pessoas, como, por exemplo, o desenvolvimento de *softwares* que auxiliam essas pessoas a executarem suas tarefas. Também

se deve apontar que os avanços tecnológicos associados a este processo de inclusão contribuíram para uma considerável mudança nas relações profissionais.

Conforme mostrado, nota-se que são diversas as definições verificadas na literatura sobre deficiência visual e sobre os direitos e políticas públicas existentes para a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho. Diante do exposto, é importante que as pessoas portadoras de deficiência visual busquem cada vez mais espaço no mercado de trabalho, visando receber maior atenção por parte das empresas, sociedade em geral e do governo. Neste sentido, pode-se dizer que ao longo do contexto histórico, a sociedade deixou às margens pessoas portadoras de deficiência, uma prova disso é o próprio texto constitucional que possui uma lacuna quanto ao referido sistema de cotas.

Daí surgiu a necessidade de regulamentar a matéria no setor privado, o que foi efetivado pelo plano infraconstitucional<sup>1</sup> a partir de várias normas, como se vê no próximo capítulo, ainda que de forma sucinta sem esgotar o tema.

### ***2.8.2 A Lei nº 8.213/91 – Lei de Cotas***

Sobre a Lei de Cotas, Simonellia et al. (2020) explicam que se trata de uma política pública voltada para pessoas com deficiência, uma tratativa à inclusão de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho. Essas pessoas passaram a receber o apoio para sua inserção no mercado trabalho por meio da Lei de Cotas n. 8.213, de 24 de julho de 1991, pela Constituição Federal de 1988, como já visto, entre outras legislações que serão objeto de estudo mais adiante. Esta primeira não pode ser fraudada, pois foi criada exatamente para permitir que o mercado de trabalho se torne de igualdade de condições para todas as pessoas. A referida lei possui cunho previdenciário, tendo como propósito presidir os Planos de Benefícios da Previdência Social, instaurando os princípios que regem a Previdência Social e a instituição de órgão competente Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS). Ela também estabelece os critérios que indicam quem são seus beneficiários detentores de direitos e deveres.

Adentrando no tema proposto, a legislação em questão traz, no art. 89 da Lei nº 8.213/91, Subseção II, uma asserção de grande importância para as pessoas com deficiências frente ao mercado de trabalho: Habilitação e Reabilitação Profissional, estando expresso nos artigos 89 a 93.

---

<sup>2</sup> Regra inferior ao texto constitucional.

<sup>3</sup> Lei de contratação de deficientes nas empresas. Lei 8213/91, lei de cotas para deficientes e pessoas com deficiência dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais.

Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re) educação e de (re) adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende:

- a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional;
- b) a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;
- c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário (Brasil, 1991).

Neste diapasão, o mencionado artigo dispõe sobre o direito das pessoas portadoras de deficiência quanto à inserção destas no mercado de trabalho, sendo de suma importância no que tange a superação de limitações oriundas da deficiência portada, seja ela parcial ou total.

Nesta esteira, a referida lei traz também em um dos seus artigos, a quantidade mínima que uma empresa deve manter de pessoas com deficiência em seu quadro de empregados. Assim, a dita legislação estabeleceu obrigatoriamente que uma empresa que possua cem ou mais funcionários, preencha uma parcela dos seus cargos para deficientes. A reserva das vagas é conhecida como Lei de Cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/91). Logo, a cota depende do número geral de profissionais da empresa. Assim sendo, para a empresa com 100 ou mais empregados deve preencher de 2 a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas. Para até 200 empregados, as vagas são de 2%; até 500, 3%; de 501 a 1.000, 4%; e 1.001 ou mais, 5%.

Porém, a aplicação da Lei nº 8.213/91, por si só, não tem viabilizado integralmente a promoção da igualdade, uma vez que tal inserção é geralmente marcada pela precariedade de recursos mínimos de um trabalho decente, ou a preferência do empregador por pessoas com baixo grau de deficiência. Este último fato é decorrente exatamente do pretexto de que não se detém de recursos necessários para que determinados deficientes sejam instalados no ambiente de trabalho. Além disso, é costume desagregar as pessoas com deficiência para que exerçam atividades com menor grau de complexidade, ainda que estas sejam plenamente capazes de realizar tarefas que uma pessoa considerada como “normal” as faria.

Ressalta-se que a Lei de Cotas é o mecanismo de inclusão e de aplicação de multas mais eficaz que temos no momento, porém muito ainda falta para a efetiva igualdade e dignidade do empregado com deficiência visual. A sociedade deve se tornar inclusiva. Em consubstanciado trabalho, Laraia (2009), aponta a diferença entre sociedade integrativa e inclusiva. A sociedade integrativa é aquela que proporciona oportunidades às pessoas excluídas que consigam efetivamente superar os obstáculos, através de uma política de igualdade de oportunidades apenas. A sociedade inclusiva, segundo Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, “constrói condições de acolhimento de todos, vindo na direção das demandas inerentes às diversidades. A remoção de barreiras arquitetônicas, a adequação de transporte público, as políticas de ação afirmativa estimulando contratações para o trabalho, as escolas inclusivas e, ainda, a inclusão nos esportes, turismo, lazer, recreação, nas artes, cultura e religião revelam um impulso social no sentido de acolhimento, como se a sociedade abraçasse a todos, agindo em favor de atrair eficazmente todos os grupos sociais que abandonam, então, os ‘guetos institucionais’ e passam a conviver em todos os espaços públicos” (Laraia, 2009, p 48).

## **2.9 Por que a inclusão não ocorre na prática?**

Por tudo que foi exposto, necessário se faz especular sobre qual o real motivo de muitos deficientes não estarem devidamente habilitados para o mercado de trabalho?

Um das problemáticas enfrentadas pelo portador da deficiência é a inserção deste no mercado de trabalho. A falta de preparo profissional é consequência de inúmeros fatores, dentre eles, o não incentivo e a falta de acessibilidade quando se refere ao aperfeiçoamento da atividade laboral exercida por eles. Há de se ressaltar que a falta de preparo profissional poderá estar intimamente ligada ao preconceito enfrentado por pessoas com deficiência, que pode advir desde a infância. Desta forma, faz-se necessário que o ambiente escolar adote medidas na tentativa de coibir a prática discriminatória, seja através de debates ou de elucidações quanto ao tema (Schafhauzer & Silva, 2023).

Outro fator importante citado por Schafhauzer e Silva (2023), é que não há escolas de qualidade gratuitas para todos, o que impede aquela pessoa com deficiência que não possui condições de arcar com escolas particulares de frequentar um ambiente escolar de qualidade e preparado para recebê-la. Conseqüentemente, a pessoa com necessidade especial estará sempre, então, a um “passo atrás” dos demais indivíduos que possuem acesso à rede escolar de qualidade. Neste sentido, a falta de oportunidade daqueles que possuem algum tipo de deficiência poderá provocar, no futuro, uma disparidade em relação às pessoas que não portam

nenhum tipo de deficiência, e até mesmo diante daqueles que são deficientes, mas tiveram a oportunidade de estudar, seja em escola de ensino privado ou público. Tal fato, pode futuramente, refletir em sua inserção no mercado de trabalho e o despreparo será o ponto principal.

No que tange ao aspecto empresarial, tem sido notório que profissionais de Recursos Humanos ficam, algumas vezes, constrangidos ao entrevistar pessoas com deficiência, sobretudo, ao falar sobre as suas necessidades. Em uma pesquisa realizada, já em sua 4ª edição, pela empresa de consultoria I. Social em parceria com a ABRHBRASIL<sup>2</sup>, ABRSP e a empresa Catho, constatou-se que apenas uma pequena parcela desses profissionais (22%) se sente totalmente preparada para desempenhar essa importante função, tão estratégica ao processo de inclusão (I. Social, 2018).

Corroborando, Simonellia et al. (2020) afirmam que grande parte dos empregadores argumenta que existem poucas pessoas com deficiência que sejam devidamente qualificadas para o trabalho. Com isso, elas não conseguem contratá-los. Mas não se trata de uma verdade, pois, com o avanço tecnológico e das leis, as pessoas com deficiência têm acesso à educação básica, superior e cursos extracurriculares. Entretanto, muito ainda deve ser feito em prol desse direito público, considerando que contratar pessoas com deficiência não deve ser algo quantitativo.

Logo, o preparo é indispensável para que a lei seja cumprida de forma adequada. Hodiernamente, alguns paradigmas em relação a deficientes, referentes à invalidez ou incapacidade foram quebrados, entretanto ainda há um longo caminho a percorrer para se alcançar a igualdade.

Nessa explanação sobre o paradigma da inclusão, Sasaki (2017) destaca que deve ser tratado sob o conceito de equiparação de oportunidades. Isso significa tornar os sistemas gerais da sociedade acessíveis a todos, removendo as barreiras que impedem a plena participação de pessoas com deficiência em todas as áreas sociais, permitindo que tenham uma qualidade de vida equivalente à das demais pessoas (p. 19-23).

Diante dessas práticas percebe-se que, infelizmente, permanecem o preconceito e a discriminação em relação à inserção dessas pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho, em afronta à dignidade da pessoa humana e ao direito à igualdade assegurados pela CR/88. Dessa forma, há de se destacar que o Estado tem obrigação de respeitar a dignidade da

---

pessoa humana e, concomitantemente, a obrigação de garantir a dignidade de inúmeras formas, e, dentre elas, proporcionar a inclusão social.

Sobreleva-se de igual modo que, não basta que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de exercer um trabalho, e sim que o exerçam com dignidade. Sobre esse tema Cardoso (2003) menciona: [...] “desenvolvido em ocupação produtiva, justamente remunerada e que se exerce em condições de liberdade, equidade, segurança, seguridade e respeito à dignidade da pessoa humana”. [...] “trabalho decente significa ocupação produtiva para todos os tipos de trabalhadores” (Cardoso, 2003. p. 332). Em concordância com o tema abordado, Gosdal (2007) assevera no mesmo sentido, "o acesso a um trabalho decente, em condições aceitáveis e justamente remunerado, transcende o âmbito puramente individual, alcançando a ordem pública e o interesse coletivo". Desta forma, para que se tenha uma execução eficaz da lei, os trabalhadores que compartilharem ou não, o mesmo ambiente de trabalho, devem reconhecer e tratar igualmente o portador de deficiência, assim como a todos que compõem o ambiente de trabalho.

Destarte, deve-se avançar para a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência, principalmente proporcionando-lhes condições de trabalho digno dentro de uma sociedade inclusiva, onde não impere só a observância de condição, mas, sim, a efetiva equidade. Urge salientar que, apesar da referida Lei de Cotas existir desde 1991, esta foi regulamentada nove anos depois, quando trouxe a questão da fiscalização sobre o cumprimento. Neste momento, as deficiências ainda não haviam sido especificadas quais seriam inseridas na cota ou não. Isto só foi estabelecido em 2004. Assim, a lei pode ser aplicada com mais eficácia e com evoluções.

### ***2.9.1 Reserva de Vagas***

Conforme Lima et al. (2020), tem-se observado que a sociedade vive significativas mudanças para que a população com necessidades especiais se adapte ao contexto social, seja na escola, nas empresas e na sociedade civil em geral. Tais mudanças se apresentam como legislações, decretos, normativas e leis, conscientização da sociedade, preparação dos professores, pedagogos, gestores e outros, o que garante a inclusão em todas as esferas sociais. No contexto das atividades laborais, cotas têm sido determinadas pelas empresas, conforme a natureza, para a abertura de vagas a esta população.

Considerando o avanço da inclusão no Brasil, no que se refere ao campo do trabalho como forma de garantir o acesso de pessoas com deficiência nas empresas, em 1988 foi criada a reserva de vagas. Nesse contexto, torna-se relevante sinalizar que a Constituição Federal da

República de 1988 renunciou a reserva quanto ao percentual de vagas para as pessoas com deficiência no setor público:

CAPÍTULO VII - Da administração Pública, artigo 37), não havendo interpretação extensiva do texto constitucional para o setor privado. Assim, pode-se ler que “VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão” (Brasil, 1988).

Nesse ínterim, o legislador, ao adotar esse critério de percentual de cotas para o setor público, feriu o princípio da dignidade da pessoa humana além do princípio da igualdade, estando estes taxativamente expressos nos artigos 1º e 5º da CR/88, sucessivamente onde se lê que “Art. 5º - Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988).

Somado ao exposto, tomando como base o princípio da dignidade da pessoa humana constitui o amplo conjunto de princípios intitulados como “Direitos Humanos”, tendo como esteio a garantia de direitos inerentes à personalidade da pessoa (igualdade, liberdade e fraternidade) e nos direitos alicerçados para a coletividade (econômicos, sociais e culturais) (Lima et al. 2020).

Considerando o contexto acima apresentado, torna-se relevante sinalizar que, segundo Bruno e Nascimento (2019), a inclusão de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho deve ser um processo comum em todas as empresas, dando oportunidades iguais a todos os candidatos, considerando a lei de reserva de vagas. Espera-se que o profissional, de um modo geral, seja um trabalhador dedicado e que demonstre profissionalismo na execução de suas atividades, bem como dedicação e assiduidade. Ainda, conforme os mesmos autores, as empresas já possuem o pleno conhecimento quanto ao fato de que as pessoas com necessidades especiais podem ter um grande conhecimento acumulado e, muitas delas, apresentam diversas potencialidades e profissionalismo.

É preciso também que os Recursos Humanos da empresa que faz a seleção de candidatos precisam estar preparados adequadamente para fazer a contratação de pessoas que estão no grupo de necessidades especiais. Segundo Santana, Costa e Oliveira (2023), o RH deve ser claro quanto aos requisitos exigidos e fazer com que estes estejam adequados às características das pessoas com necessidades especiais de acordo com cada peculiaridade. Não deve haver nenhum tipo de restrição, pois, inviabiliza-se, assim, a contratação dessas pessoas deficientes. Por tal

motivo, a inclusão de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho recebe o apoio da Lei de Cotas n. 8.213<sup>3</sup>, de 24 de julho de 1991. Essa lei não pode ser burlada, pois foi criada para garantir igualdade de condições no mercado de trabalho para todos.

### ***2.9.2 O Princípio da Adaptação Razoável e a empregabilidade da pessoa com deficiência***

O direito fundamental à acessibilidade tem sido objeto de discussões nos tempos recentes, devido à uma série de inovações jurídicas implementadas no ordenamento jurídico brasileiro ao longo do tempo. Dentre os diversos princípios norteadores dos direitos individuais e coletivos das pessoas com deficiência, é abordado, em especial, o princípio da adaptação razoável, que tem por objetivo garantir a acessibilidade e igualdade de direitos e a equidade de oportunidades às pessoas com deficiência, afirma Sasaki (2017).

Sasaki (2017) aduz que a adaptação razoável compreende ações que permitem ofertar diversas condições para a pessoa com deficiência com a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, edificações, mobiliário e serviço de transporte, bem como dos meios de comunicação e informação para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

De acordo com o art. 3º, inciso VI, da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, (Estatuto da Pessoa com Deficiência), quando um determinado ambiente, externo ou interno, apresenta barreiras construídas ou naturais que dificultam ou impedem o acesso de pessoas com deficiência, a sociedade deve executar adaptações razoáveis. O adjetivo ‘razoáveis’ significa ‘que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, requerido em cada caso’ (Brasil, 2015).

Santana, Costa e Oliveira (2022) observam a relevância quanto ao adequado entendimento sobre a viabilidade das adaptações por parte das empresas para receber profissionais com deficiência, assinalando a adaptação realizada com foco em proporcionar o pleno gozo e exercício de seus direitos do ponto de vista do mínimo necessário, de modo a garantir à pessoa com deficiência algum grau de autonomia e segurança.

Conquanto, para que exista uma sociedade efetivamente democrática tem-se que aplicar com excelência a inclusão social, a fim de garantir os direitos da acessibilidade das pessoas com deficiência.

---

<sup>3</sup> Esta empresa tem por foco a inclusão social e econômica de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com profissionais de Recursos Humanos.

A empregabilidade da pessoa com deficiência ainda é fato que necessita de diversos estudos, visto que algumas empresas ainda não cumprem a cota mínima de contratação desses profissionais. Uma das problemáticas existentes na seara deste tema é que, a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho não reside apenas nas questões de disponibilidade de tecnologia assistiva, acessibilidade, oportunidade ou respeito às leis que as protegem, mas está, sim, intrinsecamente ligada também à falta de incentivo e preparo desses indivíduos, uma vez que é de suma importância a preparação de qualquer pessoa para o exercício da sua profissão (Santos, 2014).

De acordo com Santos (2014), ao levar em consideração o universo das pessoas com deficiências tem sido muito difícil pensar em empregabilidade, conforme defendida pelo mundo empresarial moderno. Dessa forma, observa-se que a lei de inclusão necessita ser aplicada com rigor para favorecer os deficientes, punindo entidades e empresas que não se adaptarem à realidade desses indivíduos.

Conforme especificado na Lei de inclusão nº 13.146/2015, pode-se observar que:

## CAPÍTULO VI

### Do Direito ao Trabalho

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

§ 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

§ 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho.

Parágrafo único. Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias (BRASIL, 2015, s.l).

Com isso, segundo Entschew (2016), acredita-se que, não basta apenas contratar a pessoa com deficiência, mas, sim, oferecer um ambiente de trabalho receptivo e condições adequadas. Sugere-se que os departamentos de RH preparem os funcionários para receber e conviver com essas pessoas. Treinamentos, dinâmicas de grupo e instruções claras podem ajudar. O tratamento com os colegas deficientes deve ser respeitoso, mas sem condescendência, visto que, todos estão na empresa para produzir e essa produção deve ser cobrada e reconhecida, independentemente da condição desse funcionário.

Entretanto, algumas empresas não oferecem o número mínimo de contratações de pessoas com deficiência, descumprindo a lei nº 13.146/2015. O prazo de adaptação às regras impostas pelo Ministério do Trabalho muitas vezes é exíguo, impedindo que a empresa se adapte rapidamente ao sistema de cotas, isto porque, para algumas empresas, de fato faltam no mercado de trabalho os profissionais capacitados. Os sindicatos, por sua vez, não possuem listas de seus associados que poderiam ser admitidos através das cotas, e o Ministério do Trabalho ainda não possui meios de avaliar se as argumentações corporativas são verdadeiras ou não, por conseguinte, indiscriminadamente, aplicando multas.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de pesquisa quanto à abordagem**

Com base no objetivo proposto para este estudo, optou-se como tipo de pesquisa, pela análise qualitativa para descrever as políticas públicas de educação inclusiva e as práticas de inserção profissional em escolas regulares e especiais. O método qualitativo foi empregado para explorar perspectivas, experiências e práticas em profundidade.

A pesquisa qualitativa é explicada por Triviños (1992) como aquela que faz uso do ambiente natural para o levantamento de fontes e informações, tendo como instrumento-chave o pesquisador. Além do exposto, estudos qualitativos são voltados para que se faça a análise do mundo empírico, valorizando o contato direto entre pesquisador, ambiente e a situação a ser estudada. Estas premissas foram aplicadas na pesquisa com base nos dados coletados em campo por meio de entrevistas. A escolha pela pesquisa qualitativa foi motivada por ser indicada para estudos sobre temáticas complexas como esta. Somado ao exposto, fornece uma narrativa da visão em relação à realidade da população estudada, sendo, portanto, altamente descritiva.

#### **3.2 Tipo de pesquisa quanto aos fins**

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva. Esta contribui para que o pesquisador tenha contato direto com o problema e se familiarize com a abordagem investigada (Gil, 2019), motivo pelo qual o pesquisador fez contato prévio com especialistas, professores, gestores (educacionais, escolas especiais e mercado de trabalho) e ex-alunos de escolas de ensino regular com educação inclusiva e escola especial para agendar as entrevistas pessoalmente e, conseqüentemente, realizar as entrevistas de fato para a coleta de dados.

Segundo Vergara (2006), a pesquisa descritiva é um método que expõe características de determinada população ou fenômeno, podendo estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Por sua vez, Gil (2019) complementa que as pesquisas descritivas geralmente são realizadas pelos pesquisadores sociais que pretendem estruturar o conhecimento para poder aplicá-lo no futuro, motivo pelo qual este tipo de pesquisa foi escolhido para este estudo.

### 3.3 Tipo de pesquisa quanto aos meios: coleta de dados

Quanto aos meios, a dissertação foi realizada por meio de uma pesquisa qualitativa com realização de entrevistas semiestruturadas com professores, gestores (educacionais, escolas especiais e mercado de trabalho), ex-alunos e especialistas nas escolas previamente selecionadas em cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

As entrevistas com roteiro semiestruturado foram feitas, utilizando como ferramenta de coleta de dados, o contato pessoal. De acordo com Figueiredo e Souza (2008, p.114) “a entrevista segue um roteiro preestabelecido, com perguntas previamente definidas, tendo a construção dos indicadores das variáveis através das informações colhidas dos fatos e opiniões”. Seguindo o exposto pelos autores, as perguntas foram previamente elaboradas para cada amostra de participante.

No entendimento de Gauthier et al. (1998), a entrevista permite que o investigador esteja presente e o informante tenha todas as perspectivas possíveis para responder com liberdade e espontaneidade, esquecendo-se da investigação. Para tanto, foi feito um prévio agendamento para a realização das entrevistas que, no caso de professores e gestores (educacionais, escolas especiais e mercado de trabalho), foi dada preferência que as entrevistas ocorram nas escolas e, quanto aos ex-alunos, a eles foi dada a liberdade para escolher onde ocorreria a entrevista, conforme sua disponibilidade de dia e horário.

Para a realização das entrevistas, ficou acordado entre os participantes o sigilo quanto ao nome da escola e a divulgação dos resultados, sem informações que permitam sua identificação. Assim, pretendeu-se verificar se escolas regulares com programas de inclusão proporcionam uma preparação mais eficaz para o mercado de trabalho de alunos com deficiência visual do que escolas especiais, devido à integração desses alunos em ambientes mais próximos do ambiente profissional real. Tem-se nesse tipo de pesquisa, uma significativa contribuição para melhor investigação do ambiente analisado, permitindo alcançar, ou não, os objetivos propostos no estudo.

Os dados qualitativos, portanto, foram obtidos a partir de entrevistas com roteiro semiestruturado com professores, gestores (educacionais, escolas especiais e mercado de trabalho), ex-alunos e especialistas em diferentes escolas regulares que possuem alunos com deficiência visual e em escolas especiais. O propósito foi explorar suas percepções, experiências, desafios e práticas relacionadas à preparação para o mercado de trabalho e inserção profissional e, com base nas respostas coletadas, elas foram categorizadas e compiladas com a literatura.

### 3.4 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa incluem um grupo diversificado de profissionais e indivíduos envolvidos diretamente na educação e na inserção de alunos com deficiência visual no mercado de trabalho, fragmentados em várias categorias.

Os sujeitos da pesquisa, para identificação na análise dos dados, foram assim identificados:

#### **Especialistas:**

EER – Especialista Escola Regular

EEE – Especialista Escola Especial

EER1 – Formação em Pedagogia e Educação Inclusiva

EER2 – Formação em Pedagogia e Educação Especial

EER3 – Formação em Pedagogia

EEE1 – Formação em História e Pedagogia

EEE2 – Formação em Pedagogia e Educação Especial (escola exclusiva para deficientes visuais).

#### **Ex-alunos:**

REA1- Administrador – Funcionário Concursado da Petrobras – Ensino Público – Escola Regular e Especial

REA2 – Direito – Funcionário Concursado Cemig – Ensino Público – Escola Regular e Especial

REA3 – Não Concluiu a Educação Básica – Empreendedora – Ensino Público – Escola Regular (mais jovem dos entrevistados)

REA4 – Advogado – Funcionário Concursado do CREA – Ensino Fundamental na Escola Pública e Médio na Particular – Não frequentou escola especial.

REA5 - Filosofia – Secretário Municipal (cidade com mais 600 mil habitantes) – Ensino Público – Escola Regular e Especial – Também foi Professor da Escola Especial.

REA6 – Advogada – Analista Social do CEAPA – Ensino Público – Escola Regular

REA7 – Administrador Público Formado na FJP – Concursado – Ensino Público – Escola Regular e Especial

REA8 – Licenciatura Educação Artística – Concursado TJMG – Ensino Público – Escola Regular e Especial. Foi Professor da Escola Especial.

**Gestores Escolas Especiais:**

GEE1

GEE2

**Gestores - Mercado de Trabalho:**

GTM 1 - Gerente de fiscalização de contratos e pagamentos de uma empresa de capital misto, que tem um funcionário deficiente visual na sua equipe – Empresa com mais de 1000 funcionários.

GTM 2 – Gerente de Arquitetura de Sistemas – Empresa com mais 1000 funcionários, tem dois funcionários com deficiência visual na sua equipe.

GTM 3 – Secretário Municipal – Setor Público que tem mais de 200 funcionários, tem dois deficientes visuais na sua equipe.

GTM 4 – Gestor Administrativo de Uma Locadora de Veículos – mais de 200 funcionários, tem um deficiente visual na sua equipe de trabalho.

**Gestores Escolares - Escolas Regulares:**

GER1

GER

GER3

GER4 4

**Professores regentes:**

Legenda: PA – Professor de apoio

PR – Professor Regente

PEE – Professor Escola Especial

PSR – Professor Sala de Recursos

**3.5 Análise de dados**

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a análise dos dados coletados por meio das entrevistas se fez por meio da análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2015), refere-se a um conjunto de instrumentos e técnicas metodológicas, possível de ser aplicado em diferentes discursos. É um tipo de esquema geral, constituído por um conjunto de processos que podem ser implementados para o tratamento dos dados, permitindo analisar o seu conteúdo.

As respostas obtidas a partir das entrevistas foram transcritas, lidas e categorizadas de modo que foi possível analisar, descrever e comparar a educação inclusiva nas escolas regulares e especiais, destacando diferenças e semelhanças nas práticas das políticas públicas, nos resultados relacionados à inserção profissional de alunos com deficiência visual no mercado de trabalho.

Estes dados foram coletados, organizados e interpretados com o objetivo de demonstrar tendências e padrões específicos que emergem da análise comparativa, destacando fatores que influenciam positivamente ou negativamente a preparação para o mercado de trabalho e a inserção profissional desses alunos em diferentes contextos educacionais.

Para integrar os dados qualitativos foi feita uma comparação e diferenciação entre os resultados das entrevistas qualitativas para identificar convergências, divergências e padrões emergentes nos dados. Assim, foi possível validar e enriquecer as descobertas da pesquisa. Consequentemente, foi possível também ter uma compreensão integral da percepção das políticas públicas de educação inclusiva na inserção profissional de alunos com deficiência visual em escolas regulares e especiais.

Os dados resultados foram interpretados à luz da teoria sobre a percepção das políticas públicas de educação inclusiva. Foram discutidas as implicações teóricas e práticas dos achados da pesquisa. Com base nos resultados, foram criadas categorias a partir dos objetivos específicos para facilitar a compreensão das informações coletadas e, posteriormente, as entrevistas foram separadas e agrupadas, permitindo analisar as práticas educacionais e futuras pesquisas que possam promover maior inclusão e inserção profissional de alunos com deficiência visual.

### **3.6 Plano de roteiro da entrevista semiestruturada**

Os roteiros foram elaborados com o intuito de as entrevistas terem um norte, dando aos entrevistados a liberdade de acrescentar comentários, respostas que não estejam nesse roteiro, além da faculdade de não responderem aquelas que não julgarem necessárias. Assim sendo, o percurso das questões pôde ser mudado conforme respostas de cada participante. O Plano de roteiro de entrevistas está disponível no Anexo 1 deste trabalho.

As categorias foram definidas a posteriori, não se utilizando de nenhum autor como referência. As perguntas que constituíram as entrevistas foram criadas pelo próprio mestrando. O tempo de gravação, ao total, somou em média 1h30hs, resultando em 25 páginas de transcrição.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Caracterização da amostra

Verificar as características dos participantes possibilita o fornecimento de dados e informações que contribuem para que se possam estabelecer relações entre o ambiente analisado e indivíduo participante da pesquisa, de modo a favorecer o fluxo das demais variáveis que estão sendo investigadas. Foram realizadas 33 entrevistas no total, cada uma com profissionais com envolvimento com a educação inclusiva e inserção profissional de alunos com deficiência visual no mercado de trabalho. Não houve nenhuma exclusão de respondentes, pois todos completaram todas as partes da entrevista e por estarem dentro do perfil previamente estabelecido para participar da pesquisa. Totalizando, portanto, 33 entrevistas válidas.

Inicialmente, foram levantados dados que descreveram o perfil da amostra, considerando as variáveis das características coletadas no estudo, começando pela descrição da distribuição de frequência por formação. Em relação à caracterização da amostra dos especialistas, com base nos dados coletados em campo, pode-se verificar quanto à formação da amostra, foram identificados especialistas formados em Pedagogia e Educação Especial, Pedagogia e Educação Inclusiva, Pedagogia e História e Pedagogia. Esse levantamento permite verificar a predominância da formação em relação aos participantes da pesquisa.

Quanto aos gestores do mercado de trabalho, a variável está relacionada ao posto de trabalho ocupado na empresa onde trabalham. No que se refere à essa distribuição da amostra, constatou-se que a maioria é gestor/gerente e secretário no local onde trabalham.

Os gestores educacionais são caracterizados em Licenciatura em Química e Especialista em Neurociência, Letras e Gestão Pública, Química e Pedagogia e Matemática e Administração.

Quanto os sujeitos professores, todos os 10 são da educação básica e todos os profissionais têm mais de 15 anos de experiência na Educação Básica e experiência com aluno que possui deficiência visual.

Tais dados obtidos permitem identificar o perfil e fornecer *percepções* que podem ser consideradas para a análise dos dados e contribuir para o estudo de alternativas capazes de melhorar a percepção das políticas públicas de educação especial na inserção profissional de alunos com deficiência visual em escolas regulares com inclusão e escolas especiais.

## **4.2 Análise das políticas públicas de educação especial relacionadas à preparação para o mercado de trabalho de alunos com deficiência visual em escolas regulares com inclusão e especiais**

Este capítulo é dedicado a apresentar os resultados da investigação de modo a atender a um dos objetivos específicos propostos. Assim sendo, torna-se relevante sinalizar a explicação de Casagrande e Mainardes (2021) ao apontarem ser a educação especial voltada para atender às necessidades de alunos portadores de algum tipo de deficiência. Trata-se de um conjunto de recursos e serviços pedagógicos e de apoio que são devidamente estruturados e organizados de modo a auxiliar, complementar e suplementar de forma que garanta o acesso, participação, aprendizagem e continuidade da escolarização dessa população no ensino regular.

Pelo exposto, entende-se por políticas públicas de educação especial todos os instrumentos que desenvolvem e gerem normas que garantam aos deficientes, o direito à educação para todos. Sobre isso, Casagrande e Mainardes (2021) descrevem que se elas forem efetivamente implantadas, a educação especial será parte de todos os atores envolvidos, sendo este um processo que deve ser contínuo para garantir que todos os alunos com deficiência tenham a mesma oportunidade que os demais para se desenvolverem intelectual, cultural, social e profissionalmente.

Nesse contexto, pode-se citar a Lei nº 13.146/2015 que reforça o direito à educação inclusiva e estabelece medidas para assegurar a participação plena e efetiva desses alunos na escola e na sociedade.

Considerando as respostas obtidas, a análise desse objetivo específico foi categorizada em “implementação das políticas públicas voltadas para a educação de alunos com deficiência visual”, “colaboração da equipe pedagógica com os professores para garantir a inclusão dos alunos com deficiência visual”, e “principais dificuldades no ensino de alunos com deficiência visual” para melhor visualizar os dados coletados em campo, buscando uma relação com José Murilo de Carvalho

### ***4.2.1 Análise de Conteúdo dos Questionários com Especialistas de Escolas Regulares e Especiais***

A análise de conteúdo do questionário aplicado aos especialistas de escolas regulares e escolas especiais revela diferenças importantes nas percepções e práticas educacionais voltadas ao atendimento de alunos com deficiência visual. As respostas foram categorizadas em temas

como adaptações pedagógicas, colaboração da equipe pedagógica, formação dos professores, dificuldades no ensino, uso de tecnologias assistivas, integração dos alunos, desafios e barreiras, e avaliação do progresso dos estudantes. A seguir, são analisados alguns pontos-chave que emergiram da pesquisa.

**Adaptações Pedagógicas** - Do total dos entrevistados, constatou-se que cinco especialistas das escolas regulares relataram resistência por parte dos professores regentes em adaptar as atividades, indicando um desafio constante em criar um ambiente inclusivo eficaz. A resistência parece estar ligada à falta de formação específica e ao desconhecimento sobre a importância da inclusão. Diferente do que Carvalho (2001) pontua, que no período colonial somente a elite brasileira era alfabetizada, atualmente, nas escolas especiais, a colaboração é mais integrada, com uma equipe que trabalha constantemente para adaptar atividades e apoiar os professores. A abordagem colaborativa é mais natural e presente, o que facilita o atendimento das demandas educacionais dos alunos com deficiência, como pode ser observado na transcrição das entrevistas. Foi perguntado aos entrevistados: Quais são as principais adaptações pedagógicas que a escola oferece para alunos com deficiência visual?

EER1 – Aluno com professor de apoio, o material é produzido por ele. No caso da aluna com deficiência visual que não tem professor de apoio, alguns professores regentes produzem o material adaptado e, em parceria com o Instituto Educação Especial, a escola consegue produzir material em braile. A aluna frequentou a escola especial e foi alfabetizada em braile.

EER2 – A primeira ação pedagógica é avaliar o aluno na chegada, analisar onde ele está no processo de aprendizagem, conhecer suas necessidades, se ele tem laudo médico e aí corremos atrás do que esse aluno necessita.

EER3 – No primeiro momento que nós estamos recebendo este aluno, o primeiro contato a gente tem com a família, para a gente poder se informar de como foram os anos anteriores daquela criança ou daquele aluno em determinada escola nos anos anteriores

EEE1 - Sim, sim, as professoras têm essa função de direcionar as atividades da melhor forma, porque como a gente tem aluno com problema de dificuldade motora, aí às vezes tem que ser uma atividade adaptada, a gente tem outros que já não conseguem, tem baixa visão, então a atividade tem que ser com letras maiores. Temos uma sala de recursos com uma profissional que presta atendimento para toda rede, ela tem formação e muita experiência na educação especial, muitas vezes elas nos assessora na confecção

de materiais mais complexos. Então elas, de acordo com as necessidades dos alunos em sala, elas vão adaptando na medida do possível as atividades.

EEE2 – Aqui é uma escola exclusiva para deficientes especiais, todas os materiais são adaptados de acordo com a necessidade do aluno (Dados da Pesquisa 2024).

Tendo por base os resultados acima, nota-se uma conversa com o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho (2001) que sinaliza para o fato de a dinâmica social se apresentar no país a partir de uma dinâmica sob a ótica da formação (educação). Com isso, pode-se compreender que se trata de uma construção excludente, pois é preciso debater sobre a educação inclusiva. Quando isso não ocorre, tem-se evidente a omissão da máquina pública e, conseqüentemente, a invisibilidade social.

**Colaboração da Equipe Pedagógica** - Diante dos dados coletados, pode-se observar que dos entrevistados, três especialistas das escolas regulares (EER) e das escolas especiais (EEE) apresentaram abordagens distintas quanto às adaptações pedagógicas. Nas escolas regulares, as práticas de adaptação dependem, em grande parte, da iniciativa dos professores regentes e da colaboração com o Instituto de Educação Especial para a produção de materiais em braille. Já nas escolas especiais, o ambiente está mais estruturado, oferecendo adaptações completas para os alunos com deficiência visual, incluindo materiais e atividades voltadas especificamente para esse público. Essa diferença sugere que as escolas especiais são mais preparadas para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência visual, enquanto as escolas regulares enfrentam limitações em recursos e apoio especializado. Trata-se de um problema que pode ser analisado sob a ótica de Carvalho (2001) por afirmar ser esse um problema com raízes históricas, em que a desigualdade social se torna um impeditivo para se construir uma sociedade mais justa. Somado a isso, os investimentos na educação e na preparação dos professores se mostram escassos, o que resulta em um desenvolvimento negativo do Brasil, tal como se pode observar nas respostas da seguinte pergunta: Como a equipe pedagógica colabora com os professores para garantir a inclusão desses alunos?

EER1 – Existe uma resistência do professor regente nessa adaptação das atividades. Então é um trabalho constante. A gente está sempre trabalhando com eles, explicando, mostrando a necessidade e que é responsabilidade deles também.

EER2 – Adaptando a atividade para eles.

EER3 – Após o diagnóstico, que é construído em conjunto com os professores, elaboramos um planejamento para aquele aluno, orientamos quanto à existência de cursos de aperfeiçoamento, voltado para alunos com necessidades especiais. Infelizmente a maioria não tem tempo ou interesse de cursar (Dados da Pesquisa, 2024).

Como se nota, dos três respondentes, dois disseram que as atividades são adaptadas, enquanto um entrevistado relatou a resistência por parte dos professores regentes quanto à essa adaptação.

**Formação dos Professores** - A formação dos professores emergiu como um ponto crítico nas escolas regulares. Nas escolas regulares, os cursos de capacitação são oferecidos pela Secretaria de Educação, mas a adesão dos professores é limitada devido à resistência ou à falta de flexibilidade dos horários dos cursos. Já na escola especial, que acolhe deficiências variadas, a capacitação ocorre internamente, com treinamentos regulares promovidos pela equipe de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa diferença destaca a importância de uma formação contextualizada e contínua para melhorar o atendimento aos alunos com deficiência visual. A instituição exclusiva para deficientes visuais exige capacitação em braille para contratar o professor. Considerando, assim, a resistência dos professores nas escolas quanto à adaptação de materiais e a ausência de políticas públicas efetivas, questionou-se também aos especialistas: A escola oferece treinamentos específicos para os professores sobre como trabalhar com alunos com deficiência visual? Dos entrevistados, cinco deles responderam que lhes são oferecidos cursos regulares para atendimento a alunos incluídos, proporcionados pela Secretaria de Educação Estadual e Municipal e plataformas *on-line*.

EER1 - A Secretaria de Educação, em parceria com o Instituto Especial Exclusivo para deficientes visuais, sempre está oferecendo formações, a gente também nos módulos, em todo momento chega um informativo para gente tratando o assunto. Mas existe uma resistência do professor regente nessa adaptação das atividades.

EER2 – As Secretarias de Educação Estadual e Municipal estão sempre promovendo cursos de formação de curta duração, alguns *on-line*. A maioria dos professores não se interessa por esses cursos, não se sentem valorizados e reclamam da falta de tempo.

EER3 - Na realidade, o Estado tem uma plataforma que coloca vários cursos para fazemos as inscrições de acordo com os cursos que nos são oferecidos e aí nós vamos

fazendo o curso *on-line* mesmo, mas vamos fazendo para conseguir entender um pouco mais da situação, de como tratar, de como lidar com aquela situação daquele aluno, porque na realidade a gente nunca aprende. Nós aprendemos todos os dias.

EE1 - Temos reuniões para planejamento interno todas as sextas, nesse momento as professoras do AEE promovem atividades de formação, que contribuem para algumas demandas específicas.

EEE2 - Aqui no Instituto existe um espaço voltado para capacitação dos profissionais, não só da instituição, mas de toda rede estadual (Dados da Pesquisa, 2024).

Ao se analisar as respostas, nota-se que os cinco respondentes mostraram que buscam se adaptar e aperfeiçoar para atender alunos incluídos de modo que, segundo Michels (2006) a inclusão do aluno com necessidades especiais seja efetivada com base na aceitação por parte do professor.

**Tecnologias Assistivas** - O uso de tecnologias assistivas também foi um ponto de divergência significativo. Enquanto as escolas regulares enfrentam limitações na disponibilidade de recursos tecnológicos específicos para alunos com deficiência visual, as escolas especiais contam com uma ampla gama de tecnologias, como salas de recursos e computadores adaptados. Essas tecnologias são vistas como fundamentais para o desenvolvimento dos alunos, principalmente no que diz respeito à alfabetização e à promoção de autonomia. A falta dessas ferramentas nas escolas regulares prejudica o processo de inclusão e limita as oportunidades de aprendizado dos alunos com deficiência.

É possível observar, a partir das respostas coletadas juntamente com a literatura que as tecnologias assistivas desempenham um papel fundamental na mitigação ou eliminação das dificuldades impostas por deficiências, promovendo maior acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência visual (Silva & Nogueira, 2023). Diante dessa afirmação, o entrevistado EER1 sinalizou que as tecnologias assistivas de que a escola se utiliza para apoiar o aprendizado de alunos com deficiência visual são a sala de recurso, em contraturno para ser atendido pela professora da sala de recurso. A sala é algo novo, ainda está sendo estruturada e não possui muitos materiais para aluna com deficiência visual.

Ainda que seja notória a importância das tecnologias assistivas no ensino dos alunos com deficiência visual, EER2 relatou que na escola onde trabalha são muito poucas, contendo apenas o celular e alguns materiais adaptados. Igualmente, EER3 afirma que a escola não dispunha destes recursos até a chegada de uma aluna cega, o que levou a instituição de ensino

a buscar por material emprestado por não ter nenhum. Agora tem um *notebook* para uso dessa aluna.

Os relatos acima podem ser complementados com a seguinte pergunta: Como você avalia o impacto dessas tecnologias no desempenho escolar desses alunos? Os entrevistados EER1 e EER3 responderam ser positivo, satisfatório, fundamental e indispensável, pois os alunos gostam muito e o professor pode diversificar. Mas, de acordo com EER2, “poderia ser melhor, ainda precisamos de mais materiais adaptados, mas o pouco que temos resulta em um impacto positivo, um sentimento de pertencimento do aluno, de que ele está incluído no processo” (Dados da Pesquisa, 2024). Dos cinco entrevistados, um respondeu que na escola onde trabalha possui muito pouco material adaptado, enquanto um disse que somente a partir desse ano de 2024 que a escola, ao receber uma aluna com deficiência visual, buscou adaptar os materiais para atendê-la. Os demais três entrevistados responderam que a escola possui sim todo o material necessário para atender com qualidade os alunos que apresentam deficiência visual, como pode ser observado. As respostas dos entrevistados corroboram com Costa e Chalhub (2021) ao afirmarem que as tecnologias assistivas desempenham um papel fundamental na mitigação ou eliminação das dificuldades impostas por deficiências, promovendo maior acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência visual.

EER1 - Nós temos a sala de recurso, porque eles vêm em contraturno para ser atendido pela professora da sala de recurso. A sala é algo novo, ainda está sendo estruturada e não tem muitos materiais para aluna com deficiência visual.

EER2 - Muito pouco, mais o celular e alguns materiais adaptados.

EER3 - Agora, este ano, nós já temos, quando a aluna chegou para gente, foi em 2023, realmente ainda não tínhamos. Nós corremos atrás daquilo que nós pudemos fazer. Nós fomos em algumas escolas aqui da região também que já haviam trabalhado com o deficiente visual. Pegamos material emprestado com a escola, porque até então nós não tínhamos nenhum, chegou também o *notebook* para que a aluna possa estar utilizando.

EEE1 - Temos salas de AEE, são voltadas para o atendimento dos nossos alunos e das escolas regulares, elas têm vários recursos. Agora a gente tem a *Chromebook* e tem uma tela interativa também, que é bem legal, que é aquela tela onde eles podem tocar, onde eles podem interagir.

EEE2 - A escola é uma referência para atendimento de alunos com deficiência visual, temos espaços voltados para produção desses materiais para toda rede estadual, temos

salas de recursos, de informática com todos os computadores adaptados para o deficiente visual (Dados da Pesquisa, 2024).

Observe que as respostas acima evidenciam a relevância de a escola fazer as devidas adaptações para atender alunos incluídos, como forma de cidadania. Sobre isso, pode-se buscar referência em Carvalho (2001) ao afirmar ser a cidadania um conceito que sempre esteve e está ligado aos direitos civis (individuais), políticos e sociais.

**Desafios e Barreiras** - Ao se analisar as respostas dos entrevistados sobre a seguinte pergunta: Quais são os maiores desafios na implementação de uma educação inclusiva eficaz para alunos com deficiência visual? Inicialmente, se pode constatar que dentre os maiores desafios identificados pelos especialistas nas escolas regulares incluem a ausência de professores de apoio, a falta de capacitação específica e a resistência dos professores. Nas escolas especiais, as dificuldades se concentram na alta taxa de faltas dos alunos e na necessidade de mais recursos para formação profissional dos docentes. Isso reflete a diferença nas barreiras enfrentadas por cada contexto escolar, sendo que nas escolas regulares o desafio principal é estrutural e está relacionado à formação dos profissionais, enquanto nas escolas especiais o desafio está ligado ao acesso dos alunos e às questões logísticas. Com isso, tem-se o fundamento das políticas públicas que, de acordo com Carvalho (2001), têm a finalidade de construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os cidadãos possam exercer plenamente seus direitos, o que inclui a educação.

Dos oito respondentes, dois responderam ser a preparação e experiência do professor para atender a estes alunos. Outros cinco disseram ser a falta de recursos e um respondeu ser a própria participação do aluno que, devido as dificuldades da sua deficiência, acabam faltando as aulas.

EER3 - Chegou a aluna pra gente com a deficiência visual, foi novo, ninguém tem a experiência de ter trabalhado em algum momento ou ter convivido em algum momento com alguém que tivesse a deficiência visual. Então assim, pra nós foi mais um desafio que surgiu.

EEE1 - A gente tem aqui uma carência grande de verba para material e mais formação para lidar com as várias deficiências dos nossos alunos, inclusive a deficiência visual.

EEE2 - A maior dificuldade é a presença dos alunos, são muito faltosos e isso atrapalha o planejamento, a continuidade do processo de aprendizagem (Dados da Pesquisa, 2024).

EER1 – Criamos a sala de recursos, incentivamos a capacitação dos profissionais, mas tudo é um aprendizado diário.

EER2 - Com muita dificuldade, faltam de recursos adaptados e capacitação adequada. Em parceria com a família e com dedicação de alguns profissionais estamos correndo atrás, buscando melhorar o serviço que oferecemos e oportunizar perspectivas melhores nossos alunos.

EER3 - Através do diálogo com a família, com a Secretaria de Educação e o Instituto, estamos superando várias barreiras e oportunizando um bom processo de aprendizagem para nossa aluna, *formando ela* para a vida em sociedade. É importante destacar que ela é uma aluna muito inteligente e dedicada.

EEE1 - Com a presença ativa da família, em parceria com outras instituições e nossas reuniões semanais.

EEE2 - Através de várias oficinas, formação profissionalizante e dedicação das famílias e dos nossos profissionais (Dados da Pesquisa, 2024).

Como pode ser constatado nas respostas acima, os especialistas apontaram que as escolas, no enfrentamento dos desafios, têm criado sala de recursos, através do diálogo com a família, Secretaria de Educação e o Instituto, em parceria com outras instituições e reuniões semanais, através de várias oficinas e formação profissionalizante.

Em um contexto geral, existe a necessidade de o governo propor a disponibilização de informações sobre as instituições que possibilitem recursos destinados à socialização e educação dos deficientes visuais, além de fazer um levantamento acerca das dificuldades dessas pessoas, no que diz respeito aos aspectos de busca por informação, visando contribuir com o trabalho docente.

**Integração dos Alunos** - Como a escola promove a inclusão dos alunos com deficiência visual nas atividades curriculares e extracurriculares? Com base nas respostas de cinco dos entrevistados, constatou-se que para quatro deles, em ambos os contextos, houve um esforço significativo em promover a integração dos alunos com deficiência visual em atividades curriculares e extracurriculares. Contudo, um dos entrevistados respondeu trabalhar em uma escola que exclui alunos com deficiência visual. No entanto, a integração nas escolas especiais

tende a ser mais planejada e específica, enquanto nas escolas regulares depende, muitas vezes, da boa vontade e do entrosamento entre os alunos. A participação ativa dos alunos em projetos como campeonatos de xadrez e feiras de ciências foi mencionada como um ponto positivo em ambos os contextos, embora a diferença dos recursos disponíveis e do suporte pedagógico tenham impacto direto na qualidade e efetividade dessa participação. Essa ideia remete a Carvalho (2001) que permite compreender, em termos gerais, que, no Brasil, ser cidadão é ter direitos garantidos pela constituição, mas, também, barreiras a serem vencidas, visto que é preciso formar cidadãos reais que usufruam plenamente de seus direitos, o que demanda investimentos por parte do governo.

EER1 - É natural. Nós não temos problema de aluno reclamar desse menino que tem necessidade especial não, muito pelo contrário, eles são tratados muito bem, nossos alunos são solícitos, ajudam, estão disponíveis no que os colegas precisam. Mas os projetos são planejados pensando na participação efetiva de todos, inclusive o Campeonato de xadrez que iremos promover.

EER2 - Os projetos são pensados para participação de todos. Em setembro teremos uma semana da voltada para inclusão, ela foi elaborada pela professora da sala de recursos e tem o objetivo de conscientização. É importante deixar claro que existe uma integração natural de todos os alunos.

EER3 - Graças a Deus também, os nossos alunos aqui na nossa escola, eles são muito cativantes. Eles abraçaram a aluna com muita facilidade, eles têm um bom entrosamento com ela, contando também que ela é uma aluna excelente. Já foi aluna destaque também na nossa escola, porque é uma aluna, assim, muito inteligente mesmo. Então, assim, é dessa forma que nós vamos nos interagindo um com o outro, participa de todos os projetos. Inclusive, nós tivemos a Feira de Ciências, que aconteceu no dia 24/9 e ela foi bem atuante.

EEE1 - Aqui temos alunos do EJA e eles são super atenciosos com os alunos com deficiência, existe uma interação espontânea. Os projetos são todos elaborados pensando na integração dos alunos com os demais e com outros grupos externos.

EEE2 - Como eu disse, aqui é uma escola exclusiva para alunos com deficiência visual, nossos projetos partem do princípio de fora para dentro, promovemos oficinas com convidados, socializamos nossos alunos com participação efetiva da sociedade na nossa instituição.

Notadamente, não são todas as escolas que estão preparadas para receber alunos com deficiência visual, cabendo a elas, portanto, fazerem as devidas adaptações para que eles possam receber uma educação de qualidade.

**Avaliação do Progresso dos Estudantes** – Foi perguntado as especialistas: Como a escola avalia o progresso dos alunos com deficiência visual em relação aos seus pares sem deficiência? Ao se analisar as entrevistas, constatou-se que dos entrevistados, os dois especialistas de ambas as escolas utilizam o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para avaliar o progresso dos alunos com deficiência visual. Esse enfoque personalizado permite que cada aluno seja avaliado de acordo com suas próprias habilidades e desenvolvimento, sem comparação direta com seus pares sem deficiência. Essa prática é essencial para garantir que o aprendizado esteja alinhado com as necessidades individuais e que o progresso seja acompanhado de maneira justa e inclusiva. Nesse momento, pode-se observar uma conversa com Franco e Gomes (2020), ao pontuarem que na educação inclusiva todos são aprendizes e compartilham conhecimentos e aprendem de maneiras diferentes. Desta forma, tem-se na inclusão, o conceito de um processo que depende da implementação de uma escola que seja justa.

Por conseguinte, a análise do conteúdo do questionário dos especialistas demonstra que as escolas especiais possuem uma infraestrutura adequada e uma abordagem pedagógica direcionada para atender alunos com deficiência visual, enquanto as escolas regulares enfrentam desafios relacionados a recursos, formação de professores e resistência à adaptação. Isso sugere a necessidade de políticas públicas mais robustas para apoiar as escolas regulares, oferecendo recursos, formação contínua e incentivos para promover a inclusão plena de alunos com deficiência visual. A integração entre a teoria e a prática na formação dos professores e o fortalecimento do suporte especializado nas escolas regulares são caminhos essenciais para que a educação inclusiva seja verdadeiramente eficaz e para que todos os alunos possam exercer plenamente seus direitos educacionais. Sobre o exposto, Santos, Souza e Fontes (2017) sinalizam para a importância de professores e escolas terem a consciência que o ensino de um aluno com deficiência é mais que uma responsabilidade, é um dever garantido por Lei.

#### ***4.2.2 Análise de Conteúdo dos Questionários com Gestores de Escolas Regulares e Especiais***

A análise de conteúdo dos questionários aplicados aos gestores de escolas regulares e escolas especiais revela diferenças importantes na implementação das políticas públicas voltadas à educação de alunos com deficiência visual. Os questionários evidenciaram diferentes perspectivas e desafios enfrentados em cada contexto educacional, bem como a percepção dos gestores sobre o suporte oferecido e as práticas desenvolvidas para a inclusão desses alunos. Sobre isso, tem-se na literatura Mantoan (1998), que aborda ser a inclusão escolar uma parte da inclusão social, apresentando maior representatividade para a criação de políticas públicas para a educação.

Com relação à implementação das políticas públicas voltadas para a educação de alunos com deficiência visual, é preciso entender que elas possuem uma função importante nesse contexto, uma vez que são aplicadas com a finalidade de garantir os direitos dos alunos com algum tipo de deficiência em escolas regulares. Visa, assim, assegurar que o seu acesso à educação seja facilitado para contribuir com a aprendizagem e desenvolvimento destes alunos. Assim, para melhor compreender as principais adaptações pedagógicas que a escola oferece para alunos com deficiência visual, os especialistas responderam que o aluno é avaliado na chegada à escola, verifica-se se este aluno tem laudo e direito de receber um professor de apoio e material exclusivo para atender a sua deficiência e há o contato com a família. É importante destacar que, após essa fase de acolhida do aluno, a escola entra em contato com a superintendência de ensino em busca de orientações sobre como proceder em relação aos materiais adaptados, tecnologias assistivas e solicitar autorização para contratar o professor de apoio. No caso específico de alunos que têm exclusivamente deficiência visual, só uma escola regular pesquisada conseguiu autorização para contratar o profissional de apoio, diante de uma ordem judicial.

Diante dessa questão, questionou-se aos gestores escolares: como a escola implementa as políticas públicas voltadas para a educação de alunos com deficiência visual? Dos três entrevistados, um disse que o aluno cego não recebe apoio na escola, enquanto dois afirmaram buscar atender esse aluno da melhor forma possível e com maior qualidade.

GER1 - Então, apesar de saber que tem toda uma legislação que dá o direito, que confere o direito ao aluno, eles não são atendidos. Os alunos com deficiência visual, o que tem na escola, não recebeu o apoio, ele não foi beneficiado com o professor de apoio. A gente tenta, a escola tenta implantar dentro daquilo que a metropolitana dá, dentro daquilo que ela oferece de suporte.

GER2 – De uma forma geral a gente tem uma política aqui da escola de fazer esse acolhimento da família, mostrar a escola para a família para ela entender onde que esse aluno vai estar inserido. A gente trabalha com as normas da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e os casos que a gente consegue ter, por exemplo, um laudo médico que constata a deficiência, a gente solicita um.

GER3 - Geralmente primeiro é implementar o laudo no sistema para ver qual que é a ajuda que a gente recebe do órgão público. Que para mim são mínimas da mínima. Então, assim, depois, através da conversa com a família, os professores e quando é liberado o professor de apoio, a gente senta e vê qual é o melhor recurso e corre atrás, como comprar algum material para adaptar (Dados da Pesquisa, 2024).

**Implementação das Políticas Públicas** – Para Carvalho (2001), a Constituição Federal de 1988 ampliou os direitos sociais, destacando como o progresso de maior relevância, a área da educação fundamental, fator decisivo para a cidadania. Entendendo a importância da educação para a cidadania, ao analisar as respostas dos entrevistados, notou-se que nas escolas regulares, os gestores relataram que a implementação das políticas públicas voltadas para a educação especial é insuficiente e marcada por desafios significativos. Há falta de suporte para garantir a presença de professores de apoio e de tecnologias assistivas adequadas. Segundo o GER1, "apesar de saber que tem toda uma legislação que dá o direito ao aluno, eles não são atendidos... É muito pouco!". Essa visão é compartilhada pelos demais gestores de escolas regulares, que apontam a dificuldade em garantir a assistência necessária aos alunos devido às limitações de recursos e apoio institucional.

Partindo da premissa do que foi exposto pelos gestores educacionais acima,

A preocupação nossa, a maior de imediato, é com acessibilidade mesmo. Então, por exemplo, já aconteceu de a gente ter que remanejar a turma, enquanto o aluno tem necessidade. O acolhimento é feito como é feito em todos eles mesmos, não tem nada feito de forma diferente” (GER4, Dados da Pesquisa, 2024). Foi relatado que, muitas vezes, eles sentem dificuldade porque o aluno nem sempre é assistido de imediato, pois, no Estado, somente depois que o aluno chega que é dada a entrada da documentação para ter o professor de apoio.

O que se nota, diante do exposto, é um despreparo por parte dos professores, gestores e Estado no atendimento aos alunos com deficiência visual em salas regulares, de modo que eles possam receber uma educação igualitária e de qualidade.

Sobre isso, as discussões a respeito das políticas inclusivas têm a finalidade de centrar os eixos da organização sociopolítica necessária que, de acordo com Salis (2013), visa a sua viabilidade, assim como os direitos individuais de todo cidadão. Desta forma, as políticas públicas têm apresentado importantes avanços e a democratização do ensino, por sua vez, busca a construção de espaços sociais menos excludentes de modo a ser efetivo o convívio entre as diferenças.

Ainda para Salis (2013), a capacidade de uma cultura em conseguir lidar com as diferenças se tornou uma maneira de avaliação para acompanhar o estágio evolutivo da sociedade e das diferenças, especialmente em relação às intolerâncias em todas as esferas. Nesse contexto, nota-se que as políticas públicas se voltam para a condição da inclusão social, entendida como a capacidade de transmitir ética na efetivação dos seus recursos e desenvolver parcerias com instituições públicas e privadas, transformando os cidadãos em verdadeiros agentes do desenvolvimento e visando a inclusão de todos.

Por outro lado, as escolas especiais parecem ter mais recursos disponíveis para lidar com a deficiência visual. O GEE1 enfatizou que a escola dispõe de recursos adequados e que a infraestrutura é adaptada para oferecer acessibilidade total aos alunos. Além disso, o envolvimento das famílias e a participação ativa em fóruns e comissões locais indicam um esforço organizado para a implementação de políticas voltadas para a educação especial.

Por conseguinte, os Gestores Escolares Especiais foram questionados: Como a escola implementa as políticas públicas voltadas para a educação de alunos com deficiência visual? Diante das respostas coletadas, observa-se que, para esses profissionais da educação, o fato de serem instituições voltadas para o atendimento especializado, o processo de ensino aprendizagem é facilitado pela experiência de décadas, pela vivência diária da legislação vigente, autonomia e pelo fato de terem todos os profissionais do seu quadro de funcionários qualificados para receber alunos com deficiência. Outra questão evidenciada pela gestora (GEE2) são as reuniões semanais para avaliação dos resultados e atualização do planejamento escolar.

GEE1 - As políticas públicas direcionadas ao deficiente visual são muito poucas. Existem as políticas públicas onde os deficientes visuais também estão conjuntamente

ali. Então não é uma política específica para o público. O fato é que somos uma instituição exclusiva para deficientes visuais.

GEE2 - Aqui na escola em particular, se trata de uma escola de educação especial, ela já tem uma trajetória, uma luta mesmo, né? nas questões das pessoas com deficiência, principalmente em relação à educação. Semanalmente realizamos uma reunião para avaliarmos os resultados do que foi planejado na semana anterior. (Dados da Pesquisa, 2024).

**Adaptações Estruturais das Escolas** - As adaptações estruturais e pedagógicas também apresentam diferenças substanciais. Nas escolas regulares, as adaptações são parciais ou incompletas. Dos quatro entrevistados, GER1 mencionou que as adaptações, como rampas e banheiros, foram realizadas, mas muitas delas "ficaram pela metade", com a infraestrutura ainda inadequada para o pleno atendimento dos alunos.

GER1 - Foram a rampa de acesso. Na verdade, as nossas adaptações ficaram pela metade, né? Nós fizemos a rampa de acesso, tem um banheiro adequado também para os deficientes, mas, por exemplo, se ele quiser ir da sala de aula para a quadra, ele já não tem esse acesso, porque a rampa a escola começou a se adaptar, mas parou. Não temos sala de recursos.

GER2 - Sim, a escola passou por uma reforma para ter acessibilidade, mas ainda precisa de muito para melhorar. Nós, por exemplo, não temos uma sala de recursos aqui na escola. Então, de forma da infraestrutura, ainda considero precária.

GER3 - Porque quando a gente assumiu, a gente não tinha rampa. Não tinha rampa, não tinha acesso. Não tinha praticamente nada. A gente carregava os cadeirantes, no início eram muitos, carregava os cadeirantes carregando com a cadeira de roda pela escada. Aí a gente conseguiu via federal a construção da rampa. Tem sala de recursos.

GER4 - Sim. Há muitos anos, como por exemplo, a sensibilidade rampa, tem rampa. É mais assim, físico mesmo, ainda é pouco para as diversas possibilidades que teriam para atendimento. Se aparecer alguma outra dificuldade, acredito que consegue se ajeitar (Dados da Pesquisa, 2024).

Como pode ser observado, as escolas regulares, ainda que de forma lenta e gradativa, têm procurado fazer as devidas adaptações para atender às necessidades dos alunos com deficiência visual, de modo que eles possam circular pelo prédio das instituições com mais facilidade e segurança.

Já nas escolas especiais, como descrito pelo GEE1 e GEE2, as adaptações são contínuas, com a presença de salas de atendimento educacional especializado (AEE) e um ambiente focado na inclusão total dos alunos em todas as atividades escolares.

GEE1 - A escola fez adaptações para receber esses alunos. Tem as adaptações de necessidade de acessibilidade para a pessoa com deficiência visual. Algumas foram feitas, realizadas, a escola é toda acessível, os deficientes têm acesso em todos os blocos da escola, sozinhos, com autonomia. As práticas pedagógicas são todas inclusivas, essa é nossa missão, como escola especial.

GEE2 - Aqui, assim, o tempo todo a gente tenta tornar o ambiente o mais acessível possível. Então a escola em si, por ser de Educação Especial, já pensou nisso. Mas agora, por exemplo, nós vamos ter uma grande obra que deve começar, no máximo, pela lei, eles têm até 30 dias para iniciar a obra (Dados da Pesquisa, 2024).

**Tecnologias Assistivas** - Abordando os recursos adequados na escola, os Gestores Escolares opinaram sobre: A escola dispõe de recursos adequados, como materiais e tecnologias assistivas, para apoiar alunos com deficiência visual?

Sobre isso, de acordo com GER1, nada foi feito e, conforme GER2, a escola conseguiu, por via ordem judicial, e acrescenta que “com relação ao aluno com deficiência visual, a escola ela dispõe de recursos adequados, materiais, tecnologias assistivas, pode ser um *tablet*, um computador adaptado, o próprio celular para apoiar esse aluno” (Dados da Pesquisa, 2024). Doações foram conseguidas junto a outras escolas que já tiveram alunos com essa necessidade de material. Todo o material em braille, livros didáticos e literários estão disponíveis de fácil acesso, além e mapas, entre outros materiais. Somado ao exposto, GER2 pontua:

GER2 - Nós temos uma aluna com necessidade visual, quando chegou à nossa escola nunca teve nada voltado para esse público, e disponibilizei um *notebook*, que foi adaptado, colocado para uso exclusivo dela, porém, houve um, como eu posso dizer..., um embate com a família por conta do uso desse *notebook* (Dados da Pesquisa, 2024).

Leão Jr. e Gatti (2016) destacam a carência de implementação das políticas públicas existentes, que deveriam permitir que pessoas com deficiência visual levem uma vida mais integrada à sua realidade. Os autores afirmam que a formação dessas pessoas é prejudicada pela falta de políticas eficazes que facilitem o acesso a recursos, tecnologia e cultura. Essa

deficiência é evidenciada nas respostas de GER3 e GER4, que relatam a ausência de materiais adequados para alunos com deficiência visual.

GER3 - Visual não, muito precário. Alguns que a gente está conseguindo, que é a primeira vez que a gente pega uma deficiente visual. A gente sabe que a gente tem o mínimo do mínimo.

GER4 - Não, não possui. O que o professor muitas vezes faz, ele gosta, ele utiliza material do *YouTube*, coloca algum áudio que ela gosta, então é o que geralmente é feito. Mas específico mesmo não tem não, nenhum *software* nenhum, nada específico (Dados da Pesquisa, 2024).

Sobre as tecnologias assistivas, é evidente que elas desempenham uma função de significativa importância na educação especial, pois, ela é capaz de promover o processo de inclusão de alunos com deficiência, proporcionando a eles, maior autonomia e acesso igualitário à educação (Ziesmann & Thomas, 2020). Como forma complementar, os Gestores Educacionais responderam a seguinte pergunta: A escola dispõe de recursos adequados, como materiais e tecnologias assistivas, para apoiar alunos com deficiência visual? A resposta de GEE1 e GEE2 se mostram positivas, ao afirmarem que sim, a escola onde trabalha é dotada de recursos:

GEE1 - Hoje, sim, a gente tem os recursos para aquisição tanto de obra como aquisição de manutenção e custeio, manutenção predial, manutenção de equipamentos, manutenção de aquisição de equipamentos, tanto equipamento de patrimônio como equipamentos também para custear papel, essas coisas, a gente tem verbas específicas para isso, *softwares* para receber esses alunos.

GEE2 - A Escola tem a sala do AEE, que é um espaço de atendimento especializado, que tem recursos pedagógicos e assistivos voltados para complementar a formação dos alunos, não só dessa unidade, mas também de outras escolas do município (Dados da Pesquisa, 2024).

É crucial verificar se as escolas dispõem de recursos adequados, como materiais e tecnologias assistivas, para apoiar alunos com deficiência visual. Bruno e Nascimento (2019) destacam que esses estudantes enfrentam variados desafios, como a acessibilidade de livros didáticos, dificuldades de acesso devido à ausência de rampas, e restrições de vagas e cotas

pelas empresas. É necessário implementar políticas efetivas que vão além do discurso, participando ativamente das relações de poder. Estas relações determinam a administração das políticas sociais pelo Estado, sendo frequentemente reorientadas pelos governos conforme as dinâmicas de poder no cotidiano.

Em termos de recursos e tecnologias assistivas, as escolas regulares enfrentam limitações significativas. O GER3 relatou que os recursos para alunos com deficiência visual são "muito precários", enquanto o GER2 mencionou a dificuldade em obter equipamentos, sendo necessário buscar doações ou recorrer às ações judiciais para adquirir materiais em braille ou *notebooks* adaptados. Já nas escolas especiais, GEE1 relatou que os computadores estão adaptados para pessoas com deficiência visual e que os *softwares* assistivos são disponibilizados de acordo com as necessidades dos alunos.

**Capacitação Profissional** – Dos entrevistados, dois sinalizaram que a capacitação dos professores é outro aspecto em que as diferenças são perceptíveis. Nas escolas regulares, embora cursos de capacitação sejam oferecidos, a adesão dos professores é baixa devido à falta de tempo e sobrecarga de trabalho. O GER4 afirmou que o Estado oferece "muita coisa à disposição do professor, mas não impõe a realização", o que faz com que poucos participem. Nas escolas especiais, GEE1 relatou que todos os professores contratados já têm formação e habilitação para trabalhar com deficiência visual e há apoio constante da equipe AEE.

GER4 - Na verdade, no Estado hoje, o Estado coloca muita coisa à disposição do professor. Então tem muita coisa à disposição. Mas aí ... chegar a impor e não impõe, mas tem.

GEE1 - São cursos de capacitação, eles têm formação de capacitação, têm certificação que eles fazem antes de entrar aqui. A Secretaria só contrata e efetiva por concurso, a pessoa tem que tem a formação e habilitação para lidar na área da deficiência visual, para lidar com os deficientes (Dados da Pesquisa, 2024).

**Colaboração da Família** - A colaboração entre família, professores e especialistas mostrou ser mais próxima nas escolas especiais, onde a estrutura é focada em um atendimento personalizado e onde as famílias estão frequentemente envolvidas nas atividades escolares. O GEE2 descreveu uma relação "muito próxima" entre a escola, as famílias e os profissionais, enfatizando que "todos conhecem muito bem cada aluno" e trabalham de forma conjunta para resolver as demandas. Casagrande e Mainardes (2021) apontam que a família desempenha

papel fundamental na educação especial para sua implementação efetiva. Sobre isso, pode-se contatar que nas escolas regulares, a colaboração é descrita pelos entrevistados como presente, mas há uma sensação de desamparo em relação ao suporte que deveria ser oferecido pelo Estado, principalmente a falta de professores de apoio.

GEE2 - E as famílias são muito próximas da escola, até mesmo que aqui tem uma tradição, lá na portaria tem uma sala que é considerada a sala das mães. Algumas mães ficam aqui na escola. Tem um espaço para elas, porque não compensa, nem financeiramente, nem tempo de elas voltarem sozinhas para a casa de ônibus ou a pé, e por isso elas ficam aqui. Elas se socializam, ali elas têm um grupo de ideias e elas são muito parceiras da escola. Então, por exemplo, a gente tem festa de família, uma festa junina. Elas ajudam até na produção das nossas decorações.

GER2 - A família é presente, mas só para cobrar mesmo qualquer coisinha que eles acham que esteja fora da visão pedagógica que eles têm. (Dados da Pesquisa, 2024).

**Desafios** - Os principais desafios relatados nas escolas regulares incluem a falta de acessibilidade, a ausência de professores de apoio, a escassez de tecnologias assistivas e a falta de formação adequada dos profissionais. No que concerne aos desafios, Ziesmann e Thomas (2020) apontam formação dos professores, recursos e infraestruturas, adequação dos materiais didáticos e resistência. Segundo GER4, "o principal desafio é realmente o desconhecimento" sobre as especificidades de cada deficiência, o que gera uma sensação de despreparo entre os professores. Nas escolas especiais, o principal desafio relatado foi a falta de frequência dos alunos, que muitas vezes não comparecem às aulas, dificultando o acompanhamento do seu desenvolvimento.

GER1 - Acessibilidade, falta de professores de apoio, tecnologias assistivas e formação profissional.

GEE1 - A infrequência escolar. A falta de compromisso da família em trazer o aluno para a escola. Porque não adianta ter políticas públicas perfeitas, uma escola perfeita, uma escola aberta, se o aluno não vem para a escola. Aí a gente fala, quem falha é a política pública ou é a família? Porque não adianta ter o prédio aqui maravilhoso, com recurso, com dinheiro, com tudo disponível, com servidor aqui disponível, especializado, se a criança ou a pessoa com deficiência não vem buscar o serviço (Dados da Pesquisa, 2024).

Com base nas respostas acima, ao buscar apoio na literatura, observa-se que para Mantoan (2017), os desafios são muitos, embora tenha tido avanços na legislação e políticas públicas, seja pela falta de estrutura, ausência de formação adequada dos professores, falta de recursos e materiais didáticos adaptados, entre outros que se tornam um obstáculo para garantir um ensino de qualidade.

**Orientação vocacional** - Em relação à preparação para o mercado de trabalho, as escolas especiais parecem oferecer programas mais consistentes para desenvolver habilidades profissionais. GEE1 relatou que há programas de empreendedorismo e gestão de carreira, que são parte dos cursos profissionalizantes oferecidos na escola. Nas escolas regulares, apenas GER2 mencionou um projeto vocacional que envolve palestras e atividades voltadas para a questão do trabalho, mas não parece ser um programa específico para alunos com deficiência visual.

A análise dos questionários aplicados aos gestores de escolas regulares e especiais evidencia diferenças significativas na implementação de políticas públicas voltadas para a educação de alunos com deficiência visual. As escolas especiais se mostram mais preparadas, com recursos adequados, tecnologias assistivas, e uma cultura colaborativa que envolve a participação ativa de famílias e especialistas. Por outro lado, as escolas regulares enfrentam desafios consideráveis, como a falta de formação, infraestrutura inadequada, e apoio insuficiente para atender plenamente as necessidades dos alunos com deficiência visual.

#### ***4.2.3 Análise de Conteúdo dos Questionários com Professores de Escolas Regulares e Especiais***

A análise de conteúdo dos questionários aplicados aos professores que trabalham com alunos com deficiência visual, incluindo professores de apoio, regentes, das salas de recursos e de escolas especiais, destaca algumas questões centrais que refletem tanto os desafios quanto as práticas e percepções desses profissionais.

**Capacitação Profissional** - A formação dos professores que ensinam alunos com deficiência visual varia amplamente, abrangendo licenciaturas em Pedagogia, Educação Especial e Ciências Biológicas, além de especializações em linguagens alternativas, Psicopedagogia e cursos de curta duração em braille. No entanto, muitos docentes relatam a

falta de treinamento específico para atender esses alunos, afirmando que a capacitação oferecida pela Secretaria de Educação é insuficiente ou mal estruturada. Em relação à falta de capacitação dos professores, isso resulta em uma educação de má qualidade que, para Carvalho (2001), levará a pessoa a ser excluídas de seus direitos e deveres sociais.

Aos professores regentes, foi perguntado: Que tipos de treinamentos específicos você recebeu para apoiar esses alunos? É importante que os professores sejam devidamente preparados para receber alunos com deficiência visual em sua sala de aula, e, por isso, o treinamento é fundamental nesse contexto. É uma questão que precisa ser considerada por todas as escolas, visto que proporcionar a todos os alunos uma educação de qualidade e equitativa é fundamental para o desenvolvimento cultural, social e intelectual. Dos entrevistados, um respondeu não haver treinamento algum, enquanto outro afirmou receber:

PR1 - Não, nenhum.

PR2 - Olha, a gente tem orientações que a gente sempre recebe da escola, algumas orientações para trabalhar com os alunos e também da parte das pedagogas, da parte pedagógica da escola, a gente recebe todas as orientações como trabalhar com esse aluno, de que forma a gente aborda esse aluno, tudo feito no início do ano, na primeira reunião administrativa da escola (Dados da Pesquisa, 2024).

Por outro lado, os professores de sala de recursos buscaram e buscam por treinamentos para lidarem com alunos incluídos de modo a oferecer um atendimento de qualidade:

PSR1 - Eu sou pós-graduado em Educação Especial e Comunicação Alternativa e também sou pós-graduado em Psicopedagogia Clínica Institucional e Ludo pedagogia e faço cursos de curta duração voltados para educação especial, ofertados pela Secretaria de Educação. Inclusive tenho capacitação em Libras e Braille.

PSR2 - Formação específica foi na pós-graduação, mas em específico, não. E nenhuma formação, assim, puxada para atender o aluno, por exemplo, o aluno da deficiência visual, o aluno com autismo, porque aqui a gente tem várias deficiências (Dados da Pesquisa, 2024).

Os professores de escola especial afirmaram receber curtos treinamentos sobre a educação especial, inclusive, um deles, o PEE2 é deficiente visual, tendo ele realizado diversos cursos de capacitação:

PEE1 - Então essas formações continuadas de curta duração recebo na Instituição que trabalho com educação especial, pelo fato de ser uma escola inclusiva, que a gente tem mais acesso aos conhecimentos. Na escola onde trabalho com educação especial, avalio que houve um investimento maior no sentido de trazer a informação e abordar com a gente com mais propriedade.

PEE2 - Sou deficiente visual, realizei toda minha educação básica em uma escola especial e fiz cursos de capacitação na mesma (Dados da Pesquisa, 2024).

Os professores de apoio, assim como os regentes, também relataram não receber treinamento na instituição de ensino onde trabalham, para atender a alunos com deficiência visual:

PA1 - Não. Eu comecei a fazer um curso no Instituto São Rafael, ofertado pela rede estadual. Então eu fui por curiosidade e saber, pelo menos o mínimo, o básico, para poder auxiliar o aluno de alguma forma.

PA2 - Não, somente mesmo na faculdade. Tudo que a gente aprendeu foi dentro do curso superior. Por isso que a gente fez a graduação em Educação Especial, que é uma segunda licenciatura (Dados da Pesquisa, 2024).

Como relatado por PR1, "não basta você saber somente o conhecimento sobre a deficiência", ressaltando a importância de uma formação que integre tanto o conhecimento técnico quanto a prática pedagógica específica para trabalhar com alunos com deficiência visual. PSR1, por sua vez, menciona que a observação do modo como cada aluno aprende é um ponto de partida essencial, destacando a necessidade de personalização do ensino e o déficit de treinamentos práticos oferecidos pelo governo.

**Desafios** - Os principais desafios identificados pelos professores incluem a falta de formação adequada e a insuficiência de apoio especializado nas escolas regulares. PR1 relatou sentimentos de angústia por não saber como ajudar seus alunos, afirmando que o suporte oferecido pela escola é insuficiente e muitas vezes inexistente. A falta de materiais adaptados e

a necessidade de adaptação do conteúdo sem o devido preparo geram frustração e impedem o pleno desenvolvimento dos alunos.

Outro ponto crítico mencionado por PSR1 e PEE1 é a falta de infraestrutura adequada e o desinteresse de muitos profissionais em buscar capacitação. A barreira não é apenas a falta de recursos, mas também a ausência de comprometimento de alguns profissionais, que não veem a importância de se especializar para atender alunos com deficiência visual.

Os professores relataram uma série de estratégias pedagógicas usadas para adaptar o conteúdo às necessidades dos alunos. PA1, por exemplo, utiliza música, depoimentos em áudio e o tato para promover o aprendizado, enquanto PEE1 adota um planejamento pedagógico individualizado, adaptando a forma de abordagem para cada aluno, de acordo com suas habilidades e necessidades. Essas estratégias buscam envolver os alunos no processo de aprendizagem e promover um ambiente inclusivo, mesmo com as dificuldades encontradas na prática.

Contudo, PR1 relatou que, em alguns casos, as adaptações realizadas limitaram-se ao desenvolvimento social dos alunos, sem avanço significativo no conteúdo acadêmico. Isso reflete as dificuldades enfrentadas na adaptação de conteúdos complexos e na falta de apoio da escola para fornecer os recursos necessários, como materiais em braille e tecnologias assistivas.

Considerando os desafios relatados, é preciso sinalizar para a importância das políticas públicas nesse contexto, de modo a tornar o trabalho do professor menos dificultoso para lecionar para alunos com deficiência visual:

PSR1 - Existem as leis e nosso principal desafio é aplicá-las, colocar em prática. Falta conhecimento por parte de muitos profissionais, temos desafios com relação à manutenção da infraestrutura, mas o principal desafio é o desinteresse dos profissionais na busca pela capacitação. O Estado oferece capacitação e muitos não fazem.

PSR2 - Eu falo que é a falta de formação do grupo, pessoas com essa formação para acompanhá-la de perto, porque por mais que ela tente, ela não consegue (Dados da Pesquisa, 2024).

O Professor da Escola Especial, PEE1, afirma que “um suporte maior da Secretaria de Educação e grande número de faltas dos alunos, interferem diretamente na continuidade do processo educacional” (Dados da Pesquisa, 2024). Já PEE2 pontuou que “infelizmente temos muitos alunos faltosos e isso compromete o processo acadêmico” (Dados da Pesquisa, 2024).

Para o professor de apoio PA1, “existem vários: a família tem dificuldades em aceitar a deficiência da aluna, temos recursos limitados e ela sofre com o distanciamento dos colegas” (Dados da Pesquisa, 2024), enquanto para PA2 “esse ano está sendo, assim, muito diferente para mim porque é a minha primeira experiência com um aluno com deficiência visual, no qual ela tem o cognitivo totalmente preservado, ela já conhece o braile, ela lê, ela escreve, ela tem a máquina” (Dados da Pesquisa, 2024).

**Tecnologias Assistivas** - Os recursos tecnológicos utilizados variam de acordo com o contexto escolar. Nas escolas especiais, há uma infraestrutura adaptada, incluindo computadores com *softwares* específicos, braile e recursos como telas interativas. No entanto, nas escolas regulares, a realidade é diferente: PR1 e PA relatam que não recebem apoio tecnológico adequado e precisam improvisar com recursos próprios, como celulares, para oferecer algum tipo de suporte aos alunos.

A falta de tecnologias assistivas é um dos grandes entraves no processo educacional dos alunos com deficiência visual, especialmente nas escolas regulares, onde os professores dependem de seus próprios esforços para buscar soluções. PSR2 apontou que a sala de recursos da escola ainda está em processo de adaptação para atender às demandas dos alunos, o que evidencia a disparidade entre o que está previsto nas políticas públicas e a realidade encontrada nas escolas.

**Avaliação** - A avaliação do progresso acadêmico dos alunos com deficiência visual é feita de forma individualizada, considerando as especificidades de cada aluno. PR2 mencionou que a evolução dos alunos ocorre de maneira lenta, dependendo do interesse e da dedicação do aluno. PA1 relatou que, embora tenha havido progresso na interação e na autonomia de sua aluna, ainda há muitas barreiras para superar, principalmente relacionadas à infraestrutura e à falta de recursos.

**Mercado de Trabalho** - Em relação à preparação para o mercado de trabalho, a maioria dos professores expressou uma visão crítica. PR1 afirmou que "não estão sendo preparados" para o mercado de trabalho e que o ensino público é "péssimo" em ofertar o suporte necessário para os alunos com deficiência visual. PEE1 mencionou algumas iniciativas de cursos e oficinas para ajudar na geração de emprego, mas reconheceu que ainda há muito a ser feito para que esses alunos estejam plenamente preparados para o mercado.

A análise dos questionários revela que, embora haja esforços individuais de professores para adaptar suas práticas pedagógicas e promover a inclusão de alunos com deficiência visual, os desafios ainda são muitos. A falta de formação adequada, recursos insuficientes, e a ausência de apoio institucional efetivo são barreiras que limitam a efetividade das políticas públicas de educação especial. As escolas especiais parecem oferecer uma estrutura mais adequada para esses alunos, enquanto as escolas regulares enfrentam desafios significativos que comprometem a qualidade do ensino inclusivo.

Esses resultados indicam a necessidade urgente de investimento em formação continuada para professores, em infraestrutura e em tecnologias assistivas, bem como um maior comprometimento das políticas públicas para assegurar que as diretrizes de inclusão sejam efetivamente implementadas em todos os contextos escolares, promovendo a cidadania plena e a autonomia dos alunos com deficiência visual.

#### ***4.2.4 Análise de Conteúdo dos Questionários com Ex-Alunos com Deficiência Visual***

É preciso iniciar este capítulo explicando que as pessoas com deficiência visual, apesar de apresentarem determinadas limitações relacionadas à sua deficiência, tentam superá-las de modo a serem tratadas pela sociedade de forma igualitária, uma vez que eles possuem a capacidade de executar atividades laborativas consideradas úteis no processo de produtividade nas empresas (Ribas, 2005). Pelo exposto, buscou-se saber dos ex-alunos: Como foi a sua experiência escolar enquanto aluno com deficiência visual? A partir das respostas coletadas e analisadas, constatou-se que na percepção dos entrevistados, a dificuldade fez parte desse processo, experiências negativas nos anos iniciais, falta de apoio por parte da escola:

A análise de conteúdo do questionário aplicado aos ex-alunos com deficiência visual revelou diversas experiências educacionais e profissionais que ilustram tanto os desafios enfrentados durante a trajetória escolar quanto a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Esses relatos, vindos de ex-alunos que frequentaram tanto escolas regulares quanto escolas especiais, oferecem um panorama sobre a adequação das políticas públicas de educação especial e o impacto dessas políticas na vida dos alunos.

**Experiência Escolar: Escolas regulares *versus* escolas especiais** - os ex-alunos relataram diferenças marcantes entre a experiência em escolas regulares e escolas especiais. Muitos dos respondentes indicaram que as escolas regulares não estavam preparadas para

atender às suas necessidades específicas, tanto em termos de infraestrutura quanto de apoio pedagógico. Dos quatro respondentes, por exemplo, REA1 mencionou que não teve suporte especializado na escola regular e que, após dificuldades significativas, optou por migrar para uma escola especial, onde conseguiu um ambiente mais adequado ao seu aprendizado, com materiais adaptados e professores especializados. Da mesma forma, REA2 relatou que sua mãe atuou como sua “professora de apoio” durante o período na escola regular, mas foi na escola especial que ele encontrou os recursos necessários, como materiais adaptados e professores capacitados.

REA1 - Iniciei meus estudos em escolas regulares como aluno com baixa visão. Nesse início tive bastante dificuldade e não tive nenhum suporte especializado tanto pedagógico quanto tecnológico. Professores, escola e família não tinham capacitação e condições de tempo, materiais, recursos econômico-financeiras de oferecerem adaptações e acompanhamentos necessários. Com a redução de minha acuidade visual somada, ficou impossível acompanhar o ensino em classe regular. Nesse momento fiquei três anos sem estudar até conseguir me matricular em uma escola especializada.

REA2 - A regular inicial, as primeiras séries iniciais, foram muito negativas, a ponto que, se não fosse um apoio familiar ali para suprir a função educacional do professor, talvez eu não tivesse nem sido alfabetizado. Tudo que eu aprendi realmente foi na escola especial.

REA3 - Aos meus 13 anos eu comecei a ter perda da visão, eu já não conseguia mais visualizar o quadro, os livros, entre outras coisas mais. E nessa época eu estava na sétima série que hoje é o oitavo ano, eu não tive apoio na escola em que eu estava porque até então eu morava no interior. No ensino médio ficou mais difícil porque eu não tinha apoio nenhum.

REA6 - Eu estudei sempre em escola Regular, tive muita dificuldade no meu ensino, precisava de fonte ampliada e não tinha, não conseguia ler o quadro, também não tinha material ampliado, então o meu processo educacional foi bem complicado na escola regular. (Dados da Pesquisa, 2024).

Ao analisar os relatos acima, pode-se observar que a experiência desses entrevistados nas escolas regulares não foi positiva para eles, o que fez com que, de alguma forma e em algum momento, se sentissem excluídos.

Por outro lado, os ex-alunos que frequentaram escolas especiais relataram experiências mais positivas, especialmente em relação ao suporte e às adaptações disponíveis. REA5 destacou que sua experiência na escola especial foi repleta de afeto e que essa instituição foi fundamental para a sua formação pessoal e profissional. Além disso, os respondentes apontaram que as escolas especiais forneciam um ambiente mais acolhedor e preparado para atender às necessidades dos alunos com deficiência visual, enquanto as escolas regulares exigiam que o próprio aluno se adaptasse às limitações da instituição, muitas vezes sobrecarregando-o com o "ônus da inclusão".

REA2 - A regular inicial, as primeiras séries iniciais, foram muito negativas, a ponto que, se não fosse um apoio familiar ali para suprir a função educacional do professor, talvez eu não tivesse nem sido alfabetizado. Tudo que eu aprendi realmente foi na escola especial.

REA5 - Cursei o Ensino Fundamental na escola especial, foi uma experiência que repleta de afeto, esses dias mesmo foi aniversário do Instituto Educação Especial, fez 98 anos e eu participei das comemorações, eu não teria chegado aonde cheguei se não fosse a construção que eu tive a oportunidade, a trilha, o percurso que eu tive a oportunidade de percorrer, de passar, se não fosse o Instituto. Isso é uma marca que ficou. Cursei o Ensino Médio na escola regular, tenho boas memórias. (Dados da Pesquisa, 2024).

**Desafios enfrentados na educação básica** - Os desafios enfrentados pelos ex-alunos durante a educação básica em escolas regulares incluíram a falta de materiais adaptados, como livros em braille ou materiais ampliados, além da ausência de professores capacitados para lidar com a deficiência visual. REA3 relatou que não recebeu nenhum tipo de apoio e, por conta disso, decidiu abandonar a escola. Outros respondentes também mencionaram a falta de adaptação curricular e a resistência dos professores em aceitar suas necessidades. REA6, por exemplo, destacou que a escola não reconhecia sua necessidade de adaptações e que ela se sentia invisível no contexto educacional regular.

Em contraste, os ex-alunos das escolas especiais relataram ter encontrado um ambiente mais estruturado, com professores capacitados, tecnologias assistivas disponíveis e um ambiente social inclusivo. REA7 relatou que, ao ser transferido para uma escola especial, teve acesso a materiais em braille e um ambiente que permitiu seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

Em todas as esferas da sociedade, os desafios estão presentes e, no contexto da educação inclusiva, este tem sido alvo de preocupação por parte de educadores, gestores escolares e pedagogos na tentativa de oferecer uma educação de qualidade e igualitária ao aluno incluído dando a ele o livre e fácil acesso às informações. Conforme Mantoan (1998), é por meio da inclusão educacional que se torna possível ao indivíduo com deficiência a sua inclusão social de modo mais representativo, seja no mercado de trabalho ou outro, o que evidencia a necessidade e importância de políticas públicas nesse sentido.

Diante do exposto, os ex-alunos foram questionados a respeito dos desafios enfrentados por eles em relação à educação especial, por meio da seguinte pergunta: Quais foram os principais desafios que você enfrentou durante sua educação básica? Os desafios apontados pelos ex-alunos entrevistados são diversos que vão desde falta de profissionais preparados e equipamentos adequados nas escolas, falta de apoio por parte da escola, falta de preparo da escola regular para receber os alunos com deficiência e outros, como observado na transcrição das respostas de quatro dos entrevistados:

REA1 - Falta de profissionais e equipamentos adequados em escolas regulares, pouca disponibilidade bibliográfica tanto literária quanto pedagógica, falta de condições de apoio na escolarização em casa.

REA2 - As principais, primeiro não ter um preparo do público docente ali, os desafios maiores eu acho que é primeiro a falta de material, o despreparo do público docente, e até as vezes a má vontade de não acreditar no potencial mesmo que a pessoa com deficiência tem.

REA3 - Não tive qualquer apoio dos profissionais da escola, tive meus direitos violados e por isso parei de estudar (Dados da Pesquisa, 2024).

Por serem ex-alunos que passaram por diversas situações ao longo do processo de inclusão nas escolas, foi interessante perguntar a eles, sugestões de melhorias para a educação de alunos com deficiência visual nas escolas, o que evidenciou maior foco para o conteúdo curricular, capacitação docente e efetivação das políticas públicas. Eis os relatos:

REA1 - O conteúdo curricular de Matemática, Ciências, Português, Geografia, etc.

REA2 - Acho que o principal é o treinamento do público docente, entender a importância que o deficiente é capaz.

REA3 - Capacitação profissional para os envolvidos na educação.

REA4 - Precisamos tirar as políticas públicas do papel e colocá-las em prática.

REA5 - Precisamos repensar as atuais políticas públicas, principalmente, as que marginalizam as escolas especiais (Dados da Pesquisa, 2024).

**Recursos e tecnologias assistivas** - A disponibilidade de recursos e tecnologias assistivas variou consideravelmente entre os dois contextos educacionais. Nas escolas regulares, muitos ex-alunos afirmaram que os recursos eram praticamente inexistentes. REA2, por exemplo, mencionou que, durante seu período na escola regular, não recebeu nenhum tipo de material assistivo e precisou contar com o apoio financeiro da comunidade para comprar uma máquina de braille. Por outro lado, as escolas especiais ofereceram uma infraestrutura mais adequada, incluindo acesso às bengalas, computadores adaptados e outros recursos essenciais para o aprendizado dos alunos com deficiência visual. A este respeito, nota-se na literatura que para Mantoan (2017), é preciso investimentos em aspectos como tecnologias assistivas e materiais pedagógicos adequados.

**Suporte dos professores e integração com os colegas de classe** – Ao se analisar as respostas dos oito entrevistados, constatou-se que para a maioria, o suporte dos professores foi considerado deficitário nas escolas regulares. Muitos ex-alunos relataram que os professores não estavam preparados para lidar com as suas necessidades, e que faltava uma compreensão geral sobre como adaptar as práticas pedagógicas para incluir alunos com deficiência visual. REA4 relatou que, apesar do apoio de alguns colegas e de sua mãe, ele constantemente enfrentava dificuldades para acompanhar o conteúdo escolar, devido à falta de materiais ampliados e apoio especializado por parte da escola.

Já nas escolas especiais, o suporte dos professores foi considerado mais adequado. REA7 mencionou que os professores na escola especial estavam mais preparados para trabalhar com a deficiência visual e que isso proporcionou uma experiência escolar mais tranquila e produtiva. Em termos de integração social, muitos ex-alunos relataram que, nas escolas especiais, o ambiente era mais inclusivo, e os colegas compartilhavam experiências e dificuldades comuns, o que facilitava a convivência e o aprendizado mútuo.

**Inserção no mercado de trabalho** – Ao se analisar as respostas dos oito ex-alunos, notou-se que para a maioria, a inserção no mercado de trabalho dos ex-alunos variou de acordo com suas experiências educacionais e o tipo de suporte que receberam. Muitos dos entrevistados relataram que conseguiram emprego por meio de concursos públicos, o que reflete a

importância das políticas de cotas e da preparação oferecida pelas escolas especiais para o mercado de trabalho. REA6 destacou que sua inserção no mercado de trabalho foi facilitada pela lei de cotas, pois as empresas muitas vezes evitam contratar pessoas com deficiência, devido à necessidade de adaptações no ambiente de trabalho. Essa resposta de REA6 conversa com a literatura que, de acordo com Schafhauzer e Silva (2023), tem-se no trabalho, aspecto fundamental para a construção de identidade para todo cidadão.

Além disso, alguns ex-alunos, como REA3, optaram por empreender, criando um ambiente de trabalho próprio que atendesse às suas habilidades e necessidades. Isso destaca a importância da autonomia e da capacidade de adaptação dos alunos com deficiência visual para superar as barreiras enfrentadas no mercado de trabalho, o que permite corroborar com Almeida e Friedrich (2021) por apontarem que o conhecimento e a autoestima influenciam diretamente com o papel que exerce no exercício laboral. Desta forma, muitos dos entrevistados, entretanto, destacaram que as empresas precisam estar mais preparadas para receber pessoas com deficiência, não apenas adaptando o ambiente físico, mas também mudando suas atitudes e práticas em relação à inclusão.

Além de questionar aos gestores escolares sobre programas voltados para a inclusão dos alunos incluídos para o mercado de trabalho, importante também foi fazer esse questionamento aos ex-alunos, buscando saber se: A empresa onde você trabalha fez adaptações para facilitar sua atuação? Quais foram elas? As respostas se mostram muito positivas, pois a maioria relatou que as empresas adquiriram *software* leitor de tela para ajudar na execução de suas atividades, tal como afirma REA1 “a compra de um *software* leitor de telas”; REA2 “instalou um *software* no computador”; REA4 “Eles instalaram para mim um *software* leitor de tela no computador” (Dados da Pesquisa, 2024).

Na sequência, foi necessário fazer uma pergunta aos ex-alunos, ainda que a resposta tenha sido subjetiva, de modo a melhor compreender e analisar a experiência profissional destes, levando em consideração a educação recebida que os prepararam para o mercado de trabalho. Como você avalia sua experiência profissional até o momento? No contexto geral das respostas, os entrevistados foram positivos em seus relatos, porém, chama a atenção o entrevistado REA6 ao afirmar que se sente desvalorizado onde trabalha, fato este que leva a uma reflexão sobre como as empresas podem fazer com que esses profissionais se sintam valorizados e tenham suas funções reconhecidas por meio de valorização. Aqui estão os relatos:

REA1 - No meu emprego atual considero-me satisfeito.

REA2 - Eu costumo dizer que uma pessoa com deficiência, quando ela chega no mercado de trabalho, já tem a nota cem. Ela tem a oportunidade de demonstrar suas habilidades e suas competências laborais.

REA3 - Eu me sinto realizada, porque para a gente que é deficiente visual ou baixa visão, temos obstáculos e o ideal principal é a gente vencer esses obstáculos dia após dia (Dados da Pesquisa, 2024).

Essa temática sobre inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência tem explorado a forma como os gestores lidam com estes profissionais (Mantoan, 1997). Portanto, é relevante estabelecer uma ligação entre a inclusão e o papel da gestão como propulsora de ações que promovam o tratamento igualitário. Nota-se um redimensionamento nos aspectos desejáveis do modelo de gestão, contemplando atributos inerentes à administração no direcionamento das tarefas a serem executadas por pessoas com deficiência. Foi solicitado aos ex-alunos descreverem as tarefas que realizam em seus empregos atuais. As respostas mostram uma diversidade de atividades: fiscalização de contrato, gestão de viagens, compras, advocacia, secretaria municipal, coordenação, etc. Eles podem realizar uma diversidade de funções, respeitando sempre suas limitações impostas pela deficiência.

REA1 - Trabalho com fiscalização de contrato, e, principalmente, como *Product Owner* (PO), visando sucesso dos projetos em que estou envolvido, hoje na área de CRM. Dedico cerca de 90% do meu tempo semanal a essa função, buscando qualidade e entrega de valor para a equipe e para os *stakeholders*. Como PO, minha principal responsabilidade é a gestão ativa do *backlog*.

REA2 - Hoje eu faço gestão de viagens, onde é uma atividade onde a gente precisa de fazer negociação tarifária, principalmente lidar com a casa, com a casa quando eu falo a empresa onde eu trabalho tem seis mil e poucos empregados.

REA3 - Realizo as compras, administro o *Instagram*, os anúncios, as respostas de *Whatsapp*, separação do pedido e envio (Dados da Pesquisa, 2024).

A inclusão não se refere apenas ao ambiente escolar, mas também ao mercado de trabalho. Porém, a escola tem papel fundamental nesse processo de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Além disso, soma-se ao fato de que a inclusão de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho recebe o apoio da Lei de Cotas e, esta, por sua vez, não pode ser fraudada, porque foi criada exatamente para permitir que o mercado de

trabalho se torne um segmento que não há competitividade em igualdade de condições com as outras pessoas (Costa, 2000). Por isso, os ex-alunos foram questionados se: Acredita que a sua educação preparou você adequadamente para os desafios do mercado de trabalho? As respostas obtidas podem ser verificadas:

REA1 - Dessa forma, classificaria minha preparação profissional para o mercado de trabalho em relação a habilidades específicas de trabalho, mediana.

REA2 - Eu defendo um modelo híbrido onde que a gente necessita ter educação especial para trabalhar os conteúdos pedagógicos de maneira adaptada, pois deu certo comigo.

REA3 - Com certeza não, sofri muito durante meu processo educacional e por isso abandonei.

REA4 - Então, no meu caso, como eu era a única pessoa com deficiência praticamente na escola, eu que tinha que correr atrás e não a escola. Senti falta da escola saber mais como me ajudar do que eu ter que ensiná-los a me ajudar (Dados da Pesquisa, 2024).

De modo geral, um indivíduo com necessidades especiais não desenvolve habilidades apenas para compensar suas limitações. Cada pessoa possui individualidades, e por isso é dever das escolas, do Estado e dos demais atores envolvidos criar condições para que a inclusão das pessoas com deficiência visual seja efetiva tanto nas escolas quanto no mercado de trabalho.

A análise dos questionários aplicados aos ex-alunos revela que as escolas especiais, em geral, oferecem suporte adequado para alunos com deficiência visual, proporcionando um ambiente mais inclusivo e adaptado às suas necessidades. Em contraste, as escolas regulares, apesar de buscarem promover a inclusão, muitas vezes não dispõem de recursos necessários e capacitação dos professores para lidar com as demandas específicas desses alunos.

Os desafios enfrentados durante a educação básica refletem diretamente na inserção desses ex-alunos no mercado de trabalho, destacando a necessidade de políticas públicas mais robustas e eficazes que garantam uma formação inclusiva de qualidade para todos. Além disso, a importância de um modelo educacional híbrido, que combine os benefícios das escolas especiais e regulares, foi mencionada como uma possível solução para garantir que os alunos com deficiência visual tenham uma educação que promova tanto o desenvolvimento acadêmico quanto a socialização.

#### ***4.2.5 Análise de Conteúdo dos Questionários com Gestores do Mercado de Trabalho***

A análise de conteúdo do questionário aplicado aos gestores do mercado de trabalho que empregam pessoas com deficiência visual revela desafios, percepções e práticas associadas à inclusão e ao ambiente de trabalho desses profissionais. Os relatos fornecem uma visão detalhada sobre os processos de contratação, as adaptações realizadas no local de trabalho, o suporte oferecido, a avaliação de desempenho e a inclusão no ambiente corporativo.

**Processo de contratação e lei de cotas** – Conforme apontado na literatura, Simonellia et al. (2020) explicaram que a lei de cotas é uma política pública para pessoas com deficiência, sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho e, sobre isso, os gestores descreveram diferentes processos de contratação para os funcionários com deficiência visual. GTM1 e GTM2 mencionaram que os funcionários foram contratados por meio de concursos públicos e seguem as regras da CLT. GTM2 destacou que as contratações frequentemente são realizadas em função da cota legal para pessoas com deficiência, o que muitas vezes não resulta em uma inserção produtiva no ambiente de trabalho, sendo que os funcionários acabam em cargos que não utilizam todo o seu potencial. Isso aponta para uma necessidade de melhor planejamento no processo de alocação desses profissionais, garantindo que suas habilidades e interesses sejam aproveitados.

GTM4, por outro lado, utilizou um processo seletivo interno, com foco no cumprimento da Lei de Cotas, enquanto GTM3 relatou exercer cargo comissionado. A diversidade nos processos de contratação reflete as diferentes abordagens das organizações para cumprir as exigências legais, mas destaca a falta de padronização e o desafio de garantir que a contratação vá além do cumprimento formal da lei, visando uma inserção mais significativa e produtiva.

**Adaptações no Ambiente de Trabalho** - As adaptações no ambiente de trabalho variam amplamente entre as empresas. GTM1 e GTM2 mencionaram a disponibilização de computadores adaptados, leitores de tela e impressoras em braille para acomodar as necessidades dos funcionários com deficiência visual. GTM2 relatou ainda o uso da linha braille, um equipamento que traduz o que está na tela para braille em tempo real, permitindo uma experiência mais interativa e eficiente. Contudo, GTM4 mencionou que nenhuma adaptação foi feita, e o funcionário trabalha de maneira remota, com uma jornada reduzida.

Essas respostas destacam a importância das adaptações para garantir que os funcionários, no atendimento aos alunos com deficiência visual, possam desempenhar suas funções de forma autônoma e eficiente. No entanto, a disparidade entre as empresas revela uma

falta de consistência no cumprimento das adaptações necessárias, o que impacta diretamente a inclusão e o desempenho desses profissionais.

**Treinamento e Capacitação** - Nenhuma empresa relatou oferecer treinamento específico para os funcionários com deficiência visual, nem para os demais funcionários que trabalham diretamente com esses colaboradores. GTM1 mencionou que o funcionário com deficiência visual e ele próprio se envolvem na recepção de novos empregados com deficiência, oferecendo orientações informais. GTM2 destacou que apenas orientações sobre a manutenção de um ambiente físico adequado são oferecidas, como evitar mudanças de *layout* que possam prejudicar a locomoção dos funcionários com deficiência visual.

Essa falta de treinamento formal aponta para uma lacuna importante na preparação dos funcionários e gestores para lidar com as necessidades específicas de colegas com deficiência visual. Sem treinamento adequado, a inclusão verdadeira se torna um desafio, pois os colaboradores podem não estar preparados para compreender e atender às demandas específicas desses profissionais.

**Desempenho e Avaliação** - A avaliação do desempenho dos funcionários com deficiência visual também mostrou variações significativas. GTM1 afirmou que o desempenho do funcionário é avaliado de forma positiva, sem diferenças em relação aos demais empregados. GTM4 também relatou uma boa avaliação de desempenho, destacando que o funcionário entrega tudo o que é demandado de forma pontual e precisa. GTM2, no entanto, mencionou que ainda há desafios a serem superados, sugerindo que os funcionários com deficiência visual, muitas vezes, ainda são vistos apenas como "cumprimento de cota", sem serem totalmente inseridos no ambiente de trabalho e com atividades que realmente explorem suas capacidades e competências.

**Desafios e integração** - Os desafios enfrentados para integrar funcionários com deficiência visual nas equipes variam entre os diferentes gestores. GTM1 relatou que o relacionamento do funcionário com os colegas é positivo, apesar de algumas dificuldades no acesso físico ao ambiente de trabalho e à disponibilidade de ferramentas adequadas. GTM4, por outro lado, mencionou que o funcionário tem pouco contato com a equipe e que não há muita integração, o que limita a participação ativa do colaborador no ambiente organizacional.

A falta de integração é um ponto crítico, pois compromete não apenas o desempenho do funcionário, mas também sua satisfação e o desenvolvimento de um ambiente inclusivo e

colaborativo. A inclusão de pessoas com deficiência visual no ambiente de trabalho exige não apenas adaptações físicas, mas também um esforço consciente para promover a interação e o trabalho em equipe.

**Impacto na cultura organizacional e oportunidades de crescimento** - Quanto ao impacto na cultura organizacional, GTM1 afirmou que a presença de pessoas com deficiência visual enriqueceu a cultura da empresa, aumentando a diversidade e promovendo uma mudança positiva o que leva ao entendimento de que no caso da resposta do entrevistado, foi a inclusão que mudou a cultura da empresa, embora não seja algo fácil, mas, também, não é impossível. GTM2 destacou que, com a presença desses funcionários, a empresa teve que se adaptar e desenvolver soluções acessíveis, tanto para o público interno quanto para o externo, o que beneficiou toda a organização. Por outro lado, GTM4 mencionou que a presença é pequena e, por isso, ainda não houve um impacto significativo na cultura organizacional.

Em relação às oportunidades de crescimento, GTM1 e GTM2 afirmaram que há possibilidades de promoção e desenvolvimento profissional, dependendo do desempenho e da iniciativa do funcionário. GTM3 também destacou a possibilidade de crescimento, mencionando seu próprio exemplo de ascensão na administração pública, enquanto GTM4 afirmou que as promoções são possíveis, mas dependem do desempenho do colaborador e de sua capacidade de demonstrar competência nas funções atribuídas.

A análise dos questionários aplicados aos gestores do mercado de trabalho revela que, embora algumas empresas estejam avançando em termos de adaptação de recursos e promoção de um ambiente inclusivo para pessoas com deficiência visual, ainda há muitos desafios a serem superados. A falta de treinamento específico para os funcionários, a ausência de adaptações consistentes e a visão limitada sobre a contribuição desses profissionais indicam que a inclusão real e produtiva ainda é um objetivo distante em muitos contextos.

Além disso, a falta de integração e de oportunidades claras de desenvolvimento e crescimento profissional para pessoas com deficiência visual mostra que, mesmo quando empregadas, essas pessoas enfrentam barreiras significativas para progredir em suas carreiras. Para promover uma verdadeira inclusão, é necessário que as empresas não apenas cumpram as cotas legais, mas também desenvolvam uma cultura organizacional que valorize a diversidade, ofereçam suporte adequado e criem um ambiente onde todos os funcionários possam desenvolver todo o seu potencial.

#### ***4.2.5.1 Ajustes e modificações feitas no ambiente de trabalho para acomodar as necessidades dos funcionários com deficiência visual***

A inclusão de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho é um direito, como apontam Bahia e Santos (2007). No entanto, a falta de informação sobre esse direito ainda é um obstáculo, limitando seu alcance a essa população. É fundamental que o acesso à atividade profissional se torne uma realidade, a fim de eliminar a discriminação e a exclusão persistentes. Nem todas as empresas estão preparadas para receber profissionais com deficiência visual, mas aquelas que estão buscam fornecer o material necessário para o desempenho adequado de suas funções.

GTM1 – [A empresa] disponibilizou um computador, adquiriu um sistema operacional para facilitar o uso de ferramentas no teclado, *mouse* no computador para ele poder conseguir trabalhar. Impressora de braile para ele ter acesso aos documentos em papel.

GTM2 - A gente adquiriu a linha braille, não só para elas, para todos os cegos que estavam na empresa no momento.

GTM3 - Adaptação de computador, de espaço para sentar, sem grandes adaptações.

GTM4 - Nenhuma adaptação, ele tem uma jornada reduzida e realiza suas funções de maneira remota (Dados da Pesquisa, 2024).

As tecnologias assistivas auxiliam efetivamente os indivíduos com deficiência visual, seja na escola, na empresa ou em outro ambiente. Por isso, foi relevante perguntar aos gestores das empresas: A empresa utiliza tecnologias assistivas para facilitar o desempenho desses funcionários? Diante das respostas coletadas e analisadas, 2 (dois) disseram utilizar (GTM1; GTM2), 1 (um) afirmou apenas a adaptação de computadores (GTM3) e 1 (um) respondeu que a empresa não fez nenhum tipo de adaptação nesse sentido (GTM4).

Para corroborar as respostas acima em relação à inclusão e a capacitação de pessoas com deficiência visual, ao ser considerado o aumento da demanda por tais profissionais, as empresas e até eles mesmos devem se apoiar na Lei de Cotas, que, segundo Ribas (2005), efetivou a realização de projetos e programas específicos em empresas com a finalidade de fazer com que a inclusão desses indivíduos no mercado de trabalho seja de fato efetiva.

Ajustes e modificações promovidos no ambiente de trabalho para acomodar as necessidades dos funcionários com deficiência visual, observadas ao longo das análises das entrevistas, dizem respeito ao treinamento e capacitação que, de acordo com os entrevistados

(100%) não são concedidos pela empresa, o que evidencia a deficiência e omissão por parte das organizações no que diz respeito ao auxílio a estes profissionais.

Considerando a omissão das empresas quanto à oferta de treinamento e capacitação dos profissionais com deficiência visual, buscou-se saber, como forma complementar se: Os gestores e colegas de trabalho recebem orientação sobre como trabalhar de forma colaborativa com esses funcionários? Somente o entrevistado GTM1 respondeu de forma positiva quanto à esta pergunta, confirmando que na empresa onde trabalha, os novos funcionários com deficiência visual ou outro tipo de deficiência são orientados e recebem uma abordagem diferente. Quanto aos demais entrevistados, as respostas foram negativas:

GTM2 - Não. Só orientação, o que colocamos é o cuidado com o ambiente, não ficar mudando o *layout*, não ficar “zoniando” o local de trabalho. As mudanças dificultam a acessibilidades dos deficientes visuais, atrapalha a locomoção deles dentro do ambiente de trabalho.

GTM3 - Não é algo institucionalizado, mas damos algumas orientações.

GTM4 - Nenhuma, dificilmente ele trabalha de maneira presencial (Dados da Pesquisa, 2024).

Outro aspecto considerado ao longo deste trabalho foi verificar junto às empresas, por meio das entrevistas realizadas com os gestores do mercado de trabalho, a avaliação e desempenho dos funcionários com deficiência visual. As respostas causaram um pouco de estranheza para o mestrando autor das entrevistas, pois, observou-se que a percepção apresentada pelos entrevistados quanto à esta questão não foi favorável nem positiva, usando termos como “tenso”, “precisa evoluir”, “não considero totalmente incluído”, de um modo geral, mas que não serve para desmotivar a busca por oportunidades.

GTM2 - Precisa evoluir. Ainda é algo que tem que evoluir muito, porque você vê assim: eles vieram atrás de mim para ter mais uma oportunidade de ser mais bem usados. O deficiente ele ainda é um cumprimento de cota. Eu não vejo como assim totalmente inserido, porque é difícil, a gente precisa conseguir achar atividades que extraiam o máximo deles.

GTM3 - Tensa. Aqui na Secretaria os cargos são por indicação, somos avaliados em todos os momentos e se não produzirmos seremos dispensados. A avaliação é constante e igual para todos (Dados da Pesquisa, 2024).

Deve-se buscar motivação em pessoas positivas e motivadoras, tal como descrito pelos gestores GTM1 e GTM4.

GTM1 - A avaliação é positiva. Eu não vejo diferença nenhuma em relação aos meus outros empregados que trabalham comigo aqui. E o meu empregado aqui que tem deficiência e eu tenho outros dois empregados com deficiência, mas não são visuais, eles são um dos melhores empregados em termos de avaliação de desempenho da minha gerência. Muito bem avaliado.

GTM4 - Boa. Ele entrega tudo que é demandado, bem feito e na hora combinada (Dados da Pesquisa, 2024).

Como constatado acima, os profissionais com deficiência visual têm a capacidade de executarem suas tarefas de forma adequada e com qualidade, atendendo às necessidades da empresa e dos clientes desta. Contudo, os gestores de mercado de trabalho, ao serem perguntados acerca da existência de métricas ou processos de avaliação diferenciados para esses colaboradores, todos (100%) responderam não existir tal procedimento.

Entretanto, para a execução de suas tarefas, podem surgir desafios tanto para os deficientes visuais quanto para seus superiores, o que levou a fazer a seguinte pergunta: Quais foram os principais desafios encontrados ao integrar funcionários com deficiência visual na sua equipe? Todos os entrevistados foram positivos nessa questão, afirmando que a adaptação foi um processo natural, muito boa, sem desafios (GTM1; GTM2; GTM3).

Nesse contexto, a cultura organizacional também é envolvida no processo de inclusão. Conforme Larentis, Antonello e Slongo (2018), ela é parte da vida de uma empresa, sendo específica a determinados grupos e compartilhada com todos os membros organizacionais. A cultura organizacional deve adotar estratégias de mudança que alcancem o sucesso, englobando fatores como colaboradores, ambientes e própria organização, tendo, portando, grande importância para a empresa e funcionários. Os gestores foram questionados: Como a presença de funcionários com deficiência visual impactou a cultura organizacional da empresa? Considerando as respostas, não se nota diferença em relação ao que já foi respondido anteriormente, mas que merece ser posto como acréscimo.

GTM1 - Teve muita, acho que ter pessoas diferentes de todas as formas ajuda na cultura da empresa, só enriquece.

GTM2 - E quando a gente tem funcionário interno que representa essa parcela da população, a gente consegue fazer uma solução que é aderente para eles, e não o que a gente acha que é.

GTM3 - Eu sou deficiente visual, sou cego e isso já causa mudanças na cultura organizacional da secretaria. A nossa presença trouxe mais pluralidade para toda gestão, aperfeiçoou as políticas públicas para as pessoas com deficiência, quebrou muitos preconceitos com relação às nossas habilidades e competências.

GTM4 - A presença é muito pequena e isso impossibilita mudanças (Dados da Pesquisa, 2024).

A oportunidade de crescimento dos funcionários incluídos também é uma questão que precisa ser salientada, visto que se trata de profissionais engajados que se dedicam em realizar suas atividades e funções da melhor forma possível, na superação de sua deficiência e no atendimento às expectativas da empresa. Com isso, a pergunta respondida foi: Há oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional para funcionários com deficiência visual na sua empresa? As respostas foram muito positivas, pois, todos os 4 (quatro) entrevistados afirmaram que sim, os deficientes têm sim oportunidade de crescimento na empresa.

GTM1 - Essa pergunta foi muito boa porque ontem mesmo um profissional que tem uma deficiência que não é da visão, foi promovido a gerente. Então, hoje, eu enxergo uma oportunidade para crescimento dentro da minha empresa. Na minha gerência, eu trato todos como iguais dentro das suas oportunidades.

GTM2 - Existe oportunidade de crescimento.

GTM3 - Existe a possibilidade de melhorar de cargo, vai de acordo com a entrega da pessoa.

GTM4 – Sim (Dados da Pesquisa, 2024).

Constata-se que a existência de padrões, modelos, regras, atitudes e normas que permitam a interação de pessoas faz-se necessária quando há objetivos comuns. A constituição desse modelo e padrões indispensáveis à sobrevivência do grupo é o que se chama de cultura.

### 4.3 Integração das Análises de Conteúdo dos Diferentes Questionários

A análise integrada dos questionários aplicados a diferentes grupos envolvidos no processo de educação e inclusão profissional de pessoas com deficiência visual proporciona uma visão abrangente e detalhada dos desafios, avanços e lacunas na implementação das políticas públicas voltadas à inclusão. A partir dessas perspectivas, foi possível identificar os entraves estruturais e pedagógicos, os pontos fortes e as boas práticas existentes, assim como os fatores que dificultam a efetivação de uma cidadania plena para esse público. Esses resultados destacam tanto os aspectos que precisam ser aprimorados quanto os progressos alcançados, oferecendo um panorama da complexidade envolvida na construção de uma educação inclusiva e na promoção da autonomia das pessoas com deficiência visual.

A análise dos questionários de gestores, professores e ex-alunos revelou diferenças substanciais entre escolas regulares com inclusão e escolas especiais no que diz respeito ao atendimento de alunos com deficiência visual. As escolas especiais apresentaram uma estrutura mais bem preparada para atender as necessidades desses alunos, oferecendo recursos como tecnologias assistivas e um ambiente mais acolhedor. Por outro lado, as escolas regulares mostraram-se menos preparadas, com limitações em infraestrutura e suporte pedagógico especializado, levando os alunos a enfrentarem barreiras significativas para seu desenvolvimento educacional.

**Ex-alunos** relataram que, nas escolas regulares, havia carência de materiais em braille, de professores capacitados e de uma abordagem adequada às suas necessidades. Isso resultou em dificuldades de aprendizado e na percepção de exclusão. Muitos ex-alunos se transferiram para escolas especiais, onde tiveram uma experiência mais positiva, com suporte completo e maior engajamento no processo de ensino-aprendizagem.

**A formação e a capacitação** dos professores despontam como um ponto crítico. Professores de escolas regulares relataram a falta de formação específica para atender aos alunos com deficiência visual, enquanto professores das escolas especiais mencionaram uma capacitação mais direcionada e constante. Essa diferença impacta diretamente a qualidade do ensino oferecido, sendo que nas escolas regulares muitos professores relataram sentimentos de despreparo e frustração por não conseguirem atender adequadamente seus alunos com deficiência visual.

Além disso, a formação específica oferecida pela Secretaria de Educação, embora disponibilizada, muitas vezes não é devidamente valorizada ou adaptada às necessidades dos professores, gerando baixa adesão. Essa lacuna na formação reflete-se em uma resistência por parte dos docentes a adotar práticas inclusivas, como relatado por gestores escolares, que identificaram essa falta de capacitação como uma das principais barreiras para a inclusão dos alunos nas escolas regulares.

**As adaptações no ambiente escolar e no mercado de trabalho** são outro ponto que distingue a experiência de alunos e ex-alunos. Nas escolas regulares, gestores e professores relataram dificuldades em garantir adaptações adequadas para alunos com deficiência visual, como a disponibilização de computadores com leitores de tela ou materiais ampliados. Em contrapartida, nas escolas especiais, os gestores descreveram um ambiente bem adaptado, com acesso às tecnologias assistivas e uma abordagem mais personalizada, visando promover a autonomia e o desenvolvimento dos alunos.

No **mercado de trabalho**, a falta de adaptação também se faz presente. Embora alguns gestores tenham mencionado o uso de tecnologias assistivas, como linhas braille e *softwares* de leitura de tela, outros relataram que não houve adaptações, com alguns funcionários trabalhando remotamente e com pouca interação com a equipe. Essa realidade aponta para a disparidade na implementação de medidas de inclusão e a falta de um suporte mais consistente para promover a inserção efetiva de pessoas com deficiência visual no ambiente de trabalho.

**A inserção profissional dos ex-alunos** com deficiência visual foi descrita como um processo difícil e limitado pelas condições impostas pelas empresas. Gestores do mercado de trabalho relataram que, em muitos casos, a contratação dessas pessoas é feita apenas para cumprir a cota legal, sem oferecer um suporte efetivo para que possam desenvolver plenamente suas habilidades. As adaptações e oportunidades de crescimento para esses funcionários ainda são escassas e, muitas vezes, as funções oferecidas não correspondem ao potencial desses profissionais, refletindo uma inclusão formal, mas pouco significativa.

Os ex-alunos relataram dificuldades em conseguir trabalho e, em muitos casos, dependem das políticas de cotas para obter uma colocação. Mesmo assim, essas oportunidades não garantem que os funcionários sejam incluídos de maneira produtiva no ambiente de trabalho. Muitos gestores indicaram a necessidade de capacitar a equipe e de fazer adaptações,

mas poucos investem efetivamente nessas ações, o que demonstra a persistência de barreiras para a inclusão profissional significativa de pessoas com deficiência visual.

A colaboração entre professores, alunos, famílias e gestores apareceu de forma variada nas diferentes instituições e contextos. Nas escolas regulares, gestores e professores relataram dificuldades na colaboração entre a equipe pedagógica e na inclusão dos alunos com deficiência visual nas atividades escolares. Por outro lado, nas escolas especiais, a integração e a colaboração são vistas como pontos fortes, com um maior envolvimento das famílias e uma relação mais próxima entre os professores e os alunos. Essa colaboração é essencial para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor, onde todos os alunos se sintam valorizados e parte integrante da comunidade.

No mercado de trabalho, a integração social dos funcionários com deficiência visual também enfrenta desafios. Em muitas empresas, os gestores relataram existir baixa interação entre os funcionários com deficiência e a equipe, devido à falta de iniciativas que promovam a inclusão ativa e a colaboração. A falta de treinamento e sensibilização dos demais funcionários para lidar com a diversidade contribui para a manutenção de barreiras sociais e culturais, que dificultam a plena integração dos funcionários com deficiência visual no ambiente corporativo.

A análise de conteúdo dos questionários aplicados a gestores escolares, especialistas, professores, ex-alunos e gestores do mercado de trabalho revela que, apesar das políticas públicas de inclusão e da legislação voltadas para garantir direitos das pessoas com deficiência visual, ainda há uma disparidade significativa entre o que está previsto nas leis e a realidade prática. As escolas especiais se destacam por oferecer um ambiente mais adequado e preparado, enquanto as escolas regulares enfrentam sérios desafios para atender plenamente às necessidades dos alunos com deficiência visual.

No mercado de trabalho, a inserção ainda é limitada, com empresas cumprindo apenas as exigências legais de cotas, mas sem promover uma inclusão que valorize as capacidades e ofereça oportunidades de desenvolvimento para esses profissionais. A falta de treinamento, adaptação e integração social são barreiras que precisam ser superadas para garantir que as pessoas com deficiência visual tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento profissional.

Para avançar na inclusão plena, é necessário um esforço conjunto das escolas, empresas e do Estado, visando garantir uma formação continuada adequada para os professores, adaptações necessárias no ambiente escolar e de trabalho, e um compromisso com a valorização das potencialidades dos indivíduos com deficiência visual, transformando a cidadania proclamada em uma cidadania vivida e ativa.

#### **4.4 Análise da percepção das políticas públicas de educação especial na preparação para o mercado de trabalho de alunos com deficiência visual em escolas regulares inclusivas e escolas especiais.**

De acordo com Carvalho (2001), a cidadania no Brasil historicamente se caracteriza por uma "cidadania proclamada" que nem sempre é vivida de forma plena pelos cidadãos, sobretudo os grupos marginalizados. Ele enfatiza que, embora os direitos estejam formalmente assegurados, muitas vezes esses não são traduzidos em ações concretas que permitam o exercício real e ativo da cidadania (Carvalho, 2002). Ainda para Carvalho (2001), cidadania parte da ideia de coexistência e parte de uma sociedade em que prevalecem os direitos civis, políticos e sociais. Por isso, a cidadania apenas é contemplada por uma sociedade quando há a articulação desses três direitos.

Nos questionários analisados, é evidente que as políticas públicas de educação especial proclamam o direito de alunos com deficiência visual à educação inclusiva e à preparação para o mercado de trabalho. Contudo, a vivência plena desse direito ainda encontra diversas barreiras. Nas escolas regulares, gestores, professores e ex-alunos indicaram uma falta significativa de recursos, adaptação curricular, formação adequada dos professores e suporte contínuo, fatores que dificultam a efetividade dessas políticas. Dessa forma, o direito à educação inclusiva, formalmente proclamado, não se traduz em uma cidadania ativa para muitos alunos com deficiência visual, que se sentem despreparados para o mercado de trabalho e excluídos das oportunidades educativas.

Por outro lado, nas escolas especiais, a infraestrutura mais adaptada e a formação contínua dos professores facilitam o desenvolvimento de uma cidadania mais ativa para os alunos com deficiência visual. Esses alunos relataram ter acesso a recursos como braille, tecnologias assistivas, e um ambiente que promove a autonomia e o desenvolvimento de habilidades sociais e profissionais. A teoria de Carvalho sugere que o Estado deve assegurar não apenas o acesso formal a esses direitos, mas também os meios necessários para que esses direitos sejam vividos em sua totalidade, algo que parece ser mais próximo da realidade nas escolas especiais do que nas regulares.

##### ***4.4.1 Formação para o Mercado de Trabalho e Cidadania Ativa***

Carvalho (2001) discute que a cidadania ativa envolve não apenas o acesso aos direitos, mas também a capacidade dos cidadãos de exercerem suas responsabilidades e serem participantes ativos na sociedade. Esse conceito se aplica diretamente à inserção profissional dos alunos com deficiência visual, que representa um dos principais meios de exercer a cidadania de maneira plena (Carvalho, 2001).

Os questionários dos gestores do mercado de trabalho e dos ex-alunos indicam que, embora as políticas públicas garantam formalmente o acesso ao emprego por meio de programas de cotas, a preparação oferecida pelas escolas regulares para o mercado de trabalho é insuficiente. Gestores do mercado de trabalho relataram que muitos funcionários são contratados apenas para cumprir a cota e que há uma falta de adaptação das funções e oportunidades de crescimento, o que compromete a inserção produtiva e ativa desses profissionais. Sem uma formação adequada e uma integração efetiva no ambiente de trabalho, os ex-alunos não conseguem desenvolver suas capacidades e exercer plenamente a cidadania ativa que as políticas públicas deveriam promover.

Por outro lado, os alunos que frequentaram escolas especiais relataram uma experiência mais positiva em termos de preparação para o mercado de trabalho. Nessas escolas, cursos de capacitação e orientação profissional foram oferecidos, proporcionando confiança para a inserção no mundo do trabalho e aumentando as chances de uma participação ativa na sociedade. Esses relatos se alinham à visão de Carvalho de que uma cidadania ativa deve ser promovida por meio do acesso a direitos sociais, que capacitem os indivíduos a serem participantes ativos e contribuam para a sociedade em condições de igualdade.

#### ***4.4.2 Desafios na Implementação das Políticas Públicas e Inclusão***

Segundo Carvalho (2001), a cidadania no Brasil é marcada pela desigualdade no acesso aos direitos sociais e pela implementação desigual das políticas públicas (Carvalho, 2001). Essa análise está presente nos questionários dos gestores escolares, que mencionaram que, embora as políticas de inclusão estejam formalmente previstas, a falta de capacitação de professores, de infraestrutura adequada e de recursos tecnológicos resultam em uma experiência de cidadania incompleta para muitos alunos. A cidadania, como proclamada pela legislação, não é vivida de forma plena, pois os alunos enfrentam dificuldades para obter uma formação de qualidade e para se inserir no mercado de trabalho em igualdade de condições com seus pares sem deficiência.

A análise dos questionários sugere que as políticas públicas de educação especial no Brasil têm um papel importante na promoção da cidadania, mas ainda enfrentam grandes desafios para garantir que a cidadania proclamada se torne cidadania vivida para alunos com deficiência visual. De acordo com Carvalho (2001), é fundamental que as políticas públicas promovam não apenas o acesso formal aos direitos, mas também as condições para que esses direitos possam ser exercidos de forma plena e ativa. Isso implica investir em formação de professores, infraestrutura escolar, tecnologias assistivas e uma integração efetiva no mercado de trabalho.

As escolas especiais, de maneira geral, parecem estar mais alinhadas com a visão de cidadania ativa de Carvalho, proporcionando uma formação que capacita os alunos para participar da sociedade de maneira autônoma e produtiva. Por outro lado, as escolas regulares e as empresas ainda enfrentam desafios significativos para oferecer um ambiente que promova uma verdadeira inclusão, tanto no âmbito educacional quanto no mercado de trabalho. A superação dessas barreiras é essencial para garantir uma cidadania plena e inclusiva para todos os cidadãos, como idealizado por José Murilo de Carvalho em sua obra *"Cidadania no Brasil: O longo caminho"* (2001).

#### **4.5 Análise das políticas públicas de educação especial relacionadas à preparação para o mercado de trabalho de alunos com deficiência visual, tanto em escolas regulares com inclusão, quanto em escolas especiais.**

Para realizar a abordagem sobre as políticas públicas de inclusão, torna-se relevante enfatizar que este paradigma tem buscado, ao longo dos anos, promover a não exclusão das pessoas com deficiência. Dessa forma, traz como proposta o desenvolvimento de ações que assegurem tanto o fácil acesso quanto à permanência de pessoas com deficiência nas escolas regulares de ensino, na sociedade, mercado de trabalho e outros, evidenciando que a inclusão não é apenas educacional. Com base nesse exposto, os professores responderam à seguinte pergunta: Como você avalia as políticas públicas atuais em relação à educação de alunos com deficiência visual?

PR1 – Eu tenho uma posição muito crítica em relação às políticas públicas. As políticas públicas, atualmente, elas servem como marketing governamental. Então existem políticas públicas? Existem. Existe investimento do poder público? Existe, existe.

Então, é bonito no papel. Porque a política pública, ela está pautada em uma lei (Dados da Pesquisa, 2024).

Os gestores, assim como os professores, têm uma formação muito básica que não disponibiliza o conhecimento necessário para saber quais os recursos devem ser adquiridos. Cada um deve buscar, fazer aquisição, onde destinar essa verba. Então, segundo PR1, o que se vê é que as políticas públicas existem, mas elas são puro marketing, elas não são efetivadas nas ações. Para PR2 e PSR1:

PR2 - Eu vejo que, falando da minha parte, eu acho que falta um pouquinho de pessoas que possam nos orientar melhor, a Secretaria de Educação talvez voltada mais para essa área da inclusão, os alunos ter mais, disponibilizar mais materiais para a gente usar com a aluna, mas até certo ponto, eu acho que é até bom, no caso, a gente tem alguns recursos que dá para trabalhar, mas que poderia melhorar, a gente vê que dá para melhorar também.

PSR1 - Então, sobre políticas públicas, eu acredito muito que o Estado, ele buscando uma linha de determinação, de capacitação, eu acho que é bacana. Na criação da lei vigente como eu falei, ela poderia ser complementar à outra, mas ela é uma legislação, uma resolução muito clara e que, se colocada em prática, a gente consegue, sim, fazer uma escola inclusiva, agora, no modelo amplo, né? (Dados da Pesquisa, 2024).

Ainda, de acordo com PSR1, tem algo positivo que é uma demanda, barreiras orçamentárias, estruturais, mas que muita coisa já tem sido feita, talvez não tenha sido bem aplicada, mas existe um norte muito bom. Quanto aos demais entrevistados:

PSR2 - Ao meu ver, deficiente.

PEE1 - Não, eu acho que o suporte é insuficiente, eu não vou dizer que o suporte é inexistente porque existe certo suporte, mas ainda insuficiente.

PEE2 - Levar a educação especial para escolas regulares é uma grande falha das atuais políticas públicas, principalmente, na sua origem.

PA1 - Eu acredito que, embora tenha lei, tem a lei brasileira de inclusão, ela é atualizada sempre, mas andar junto com a realidade falta muito ainda, é um trabalho de formiguinha mesmo, de conscientização, tanto familiar, escolar e social.

PA2 - Ainda não, ainda falta muito, tem muito que crescer ainda.

PA PEE - Olha, política pública existe, ela precisa ser cumprida (Dados da Pesquisa, 2024).

Observe que todos os entrevistados foram taxativos em afirmar que as políticas públicas atuais em relação à educação de alunos com deficiência visual são deficientes, lentas e existem apenas no papel e não na prática.

#### ***4.5.1 Preparação para o mercado de trabalho: escolas regulares com Inclusão***

Nas escolas regulares com inclusão, a preparação dos alunos com deficiência visual para o mercado de trabalho enfrenta desafios significativos, conforme destacado pelos gestores escolares, professores e ex-alunos. Uma das principais dificuldades relatadas foi a ausência de suporte adequado e de recursos adaptados para atender às necessidades dos alunos. Gestores de escolas regulares mencionaram a falta de tecnologias assistivas, como *softwares* leitores de tela e impressoras em braille, e a inadequação das adaptações físicas, que muitas vezes foram implementadas de forma incompleta ou improvisada.

Os professores das escolas regulares também destacaram a falta de formação específica e de capacitação contínua para atender aos alunos com deficiência visual. Essa falta de preparo influencia diretamente a capacidade de promover a autonomia dos alunos e desenvolver habilidades necessárias para a inserção no mercado de trabalho. PR1 relatou sentir-se "angustiado" pela falta de recursos e orientação para atender às necessidades de seus alunos com deficiência visual, o que compromete a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas.

Os ex-alunos que frequentaram escolas regulares mencionaram as dificuldades enfrentadas devido à falta de apoio especializado e recursos adaptados, o que limitou sua formação. Muitos relataram que não se sentiram preparados para o mercado de trabalho, pois as adaptações pedagógicas eram insuficientes e a preparação para o trabalho, quase inexistente. REA2, por exemplo, relatou que, sem o suporte necessário na escola regular, não conseguia acompanhar adequadamente os conteúdos, o que impactou sua trajetória educacional e suas perspectivas profissionais.

O direito social, conforme Carvalho (2001), inclui, dentre outros direitos, a educação, devendo o Estado oferecer escola pública de qualidade para todos, sem exclusão. Buscando corroborar com o proposto por Carvalho (2001), ao se analisar os questionários respondidos pelos ex-alunos, a escola regular exerce um papel importante na socialização de alunos com deficiência visual. A presença desses alunos em um ambiente escolar inclusivo, junto aos

colegas sem deficiência, favorece a interação social, a convivência com a diversidade e a construção de relações sociais mais amplas. Essa convivência ajuda não apenas no desenvolvimento de habilidades sociais dos alunos com deficiência, mas também na conscientização e na formação de atitudes mais inclusivas por parte dos colegas.

REA5 - A Educação Especial foi importante para minha vida profissional, me sentia incluído e foi responsável pelo desenvolvimento de algumas habilidades que tenho hoje. A escola regular é um importante instrumento de socialização.

REA7 - De certa maneira sim, a especial ajudou na minha qualificação e a regular na socialização.

REA8 - O que sou hoje profissionalmente devo à escola especial, a escola regular é importante para socialização (Dados da Pesquisa, 2024).

Professores de apoio e especialistas ressaltaram que, apesar de a escola regular ter um grande potencial para promover a inclusão, a falta de infraestrutura adequada e de formação dos profissionais muitas vezes cria barreiras para a plena participação dos alunos com deficiência visual nas atividades escolares.

Portanto, a socialização na escola regular é vista como um ponto positivo e importante, mas o sucesso desse processo depende da implementação de políticas inclusivas, da adaptação do ambiente escolar e do envolvimento dos professores e gestores para garantir um espaço verdadeiramente inclusivo.

#### ***4.5.2 Preparação para o mercado de trabalho: escolas especiais***

As escolas especiais apresentaram um cenário mais favorável para a preparação dos alunos com deficiência visual para o mercado de trabalho. Os questionários dos gestores das escolas especiais e dos ex-alunos indicaram que as escolas especiais estão mais preparadas para oferecer um ambiente adaptado e recursos adequados para o desenvolvimento acadêmico e profissional desses alunos. Os gestores relataram que as escolas contam com tecnologias assistivas, como computadores adaptados e materiais em braille, e oferecem cursos específicos de orientação e mobilidade para promover a autonomia dos alunos. Buscando apoio na literatura, ao se analisar a obra de Carvalho (2001), nota-se que para ele, os direitos sociais incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, mas tudo depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo.

Os ex-alunos que frequentaram escolas especiais relataram uma experiência mais positiva em comparação às escolas regulares. Eles tiveram acesso a professores capacitados e recursos que favoreceram o desenvolvimento de habilidades necessárias para o mercado de trabalho. REA5 destacou que a escola especial proporcionou uma formação pessoal e profissional completa, que incluiu o desenvolvimento de habilidades de empreendedorismo e autonomia. Essa abordagem permitiu que os alunos fossem melhor preparados para o ambiente de trabalho e que pudessem participar de cursos e oficinas de capacitação profissional.

Os professores das escolas especiais também relataram maior disponibilidade de recursos e um envolvimento mais próximo no desenvolvimento dos alunos, o que facilita a preparação para o mercado de trabalho. Eles destacaram a importância do planejamento individualizado e da adaptação das atividades para atender às necessidades específicas de cada aluno, garantindo uma formação mais personalizada e eficaz para promover sua autonomia e inserção social.

#### ***4.5.3 Desafios e percepções dos gestores do mercado de trabalho***

Os gestores do mercado de trabalho que contrataram pessoas com deficiência visual também compartilharam suas percepções sobre a adequação da formação e a preparação desses profissionais para o ambiente de trabalho. Muitos gestores relataram que a contratação muitas vezes acontece apenas para cumprir a Lei de Cotas, e que o ambiente de trabalho não está adequadamente preparado para receber esses profissionais. Nesse momento, Ribas (2005) corrobora ter sido esta Lei a efetivar projetos e programas em empresas no Brasil para a inclusão de profissionais com deficiência no mercado de trabalho. Aqui, é possível uma conversa com Carvalho (2001) por afirmar que o trabalho constitui os direitos sociais de todo cidadão. Assim, a falta de adaptação no local de trabalho e a ausência de treinamento específico para os demais funcionários dificultam a integração e limitam as oportunidades de crescimento profissional dos funcionários com deficiência visual.

GTM2, por exemplo, mencionou que, embora a empresa disponibilize algumas tecnologias assistivas, como linha braille e leitores de tela, as adaptações são limitadas e não atendem plenamente às necessidades dos funcionários. Além disso, a falta de integração e de treinamentos adequados para todos os colaboradores impacta a inserção produtiva e significativa dos funcionários com deficiência visual no ambiente de trabalho, dificultando o desenvolvimento de uma cidadania ativa e plena.

Portanto, a análise dos questionários revela que as políticas públicas de educação especial, embora importantes, ainda enfrentam desafios consideráveis para garantir uma formação de qualidade e preparar os alunos com deficiência visual para o mercado de trabalho. As escolas regulares enfrentam barreiras significativas, como a falta de infraestrutura adequada, capacitação dos professores e adaptação curricular, que limitam a efetividade das práticas inclusivas. Isso contribui para a manutenção de uma cidadania passiva, na qual os direitos são reconhecidos formalmente, mas não são completamente efetivados, conforme descrito pela teoria de José Murilo de Carvalho.

Por outro lado, as escolas especiais oferecem um ambiente mais adaptado, com recursos adequados e professores capacitados, que proporcionam uma preparação mais eficiente para o mercado de trabalho. Essa diferença na implementação das políticas públicas reflete a desigualdade de oportunidades enfrentada por alunos com deficiência visual em diferentes contextos educacionais. Para promover uma cidadania ativa e inclusiva, é fundamental que as políticas públicas sejam reforçadas para garantir recursos, formação e suporte adequados tanto nas escolas regulares quanto nas especiais, proporcionando condições reais para a autonomia e inserção dos alunos no mercado de trabalho.

A inclusão no mercado de trabalho é um ponto crítico para garantir que os direitos proclamados pelas políticas públicas se tornem efetivamente vividos. Os relatos dos gestores do mercado de trabalho indicam que, apesar do avanço das políticas de cotas, a inserção significativa e produtiva das pessoas com deficiência visual ainda é um desafio. É preciso mais do que cumprir cotas: é necessário que haja um compromisso com a adaptação do ambiente de trabalho e a promoção de uma cultura inclusiva, onde esses profissionais possam desenvolver todo o seu potencial e se tornar cidadãos ativos e autônomos na sociedade.

#### **4.6 Principais desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual na transição da educação para o mercado de trabalho, bem como as estratégias de superação desses desafios**

A partir da análise dos questionários aplicados aos gestores escolares, professores, ex-alunos e gestores do mercado de trabalho, foi possível identificar alguns desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual na transição da educação para o mercado de trabalho. Esses desafios variam de acordo com o contexto educacional, em escolas regulares inclusivas ou em escolas especiais, e têm um impacto significativo na efetividade da preparação para o mercado de trabalho e na inclusão social desses alunos.

#### ***4.6.1 Contexto das escolas regulares***

Nas escolas regulares, os principais desafios identificados estão relacionados à falta de infraestrutura adequada, à ausência de formação específica dos professores e à falta de apoio especializado, como tecnologias assistivas e professores de apoio. Os gestores das escolas regulares indicaram que as adaptações estruturais, como materiais em braille e computadores com *softwares* específicos, são escassas ou inexistentes. Isso faz com que o aprendizado dos alunos seja prejudicado, tornando difícil o desenvolvimento de habilidades que os preparem para o mercado de trabalho. Aqui, cabe a abordagem de Carvalho (2001) sobre educação, ao explicar que a educação popular é um direito social que, historicamente é um pré-requisito para a expansão dos outros direitos.

A falta de orientação profissional, capacitação e a oferta de oficinas e cursos nas escolas regulares são fatores que comprometem significativamente a preparação dos alunos com deficiência visual para o mercado de trabalho. Diferente das escolas especiais, que possuem uma estrutura mais direcionada para o desenvolvimento de habilidades práticas e profissionais, as escolas regulares geralmente não oferecem suporte especializado nem programas de capacitação voltados para o contexto do trabalho.

Sem orientação profissional, os alunos não têm acesso às informações sobre possibilidades de carreira, desenvolvimento de competências específicas e preparação para os desafios do ambiente de trabalho. A ausência de oficinas e cursos que abordem habilidades práticas e de atividades que promovam a autonomia resultam em uma formação que é, muitas vezes, mais teórica e menos voltada para a inclusão social e profissional efetiva. Isso cria um cenário no qual os alunos com deficiência visual se encontram em desvantagem ao tentar ingressar no mercado de trabalho, sem o suporte necessário para desenvolverem seu potencial pleno.

#### ***4.6.2 Contexto das escolas especiais***

Nas escolas especiais, os desafios são diferentes, com um foco maior nas questões de infraestrutura e na adaptação dos alunos para a convivência no mercado de trabalho. Embora as escolas especiais ofereçam uma formação mais estruturada, ex-alunos de escolas especiais relataram dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Muitos deles dependeram da Lei de Cotas para serem contratados, mas enfrentam desafios na adaptação às funções e na aceitação

pelos empregadores. Dos respondentes, dois disseram ter ingressado no mercado de trabalho por meio de concursos, mas, por outro lado, um respondeu ter sido por meio da Lei de Cotas.

REA1 - Por meio de concursos públicos.

REA2 - A minha inserção no mercado de trabalho foi por meio de concurso.

REA6 - No meu caso, foi graças à lei de cotas. Porque se não tivesse a lei de cotas, eu acho que eu não teria conseguido um emprego. Precisa de adaptação e aí as empresas não querem fazer essa adaptação, entendem que é como se fosse um problema, mais um problema que elas tivessem para resolver. Então eu entrei no mercado de trabalho depois da lei de cotas, foi a forma que eu consegui me inserir no mercado de trabalho (Dados da Pesquisa, 2024).

A análise dos depoimentos dos ex-alunos revela que a maioria deles ingressou no mercado de trabalho por meio de concursos públicos, o que aponta para uma limitação nas oportunidades de trabalho no setor privado. Para muitos, como REA6, a Lei de Cotas foi fundamental para a sua inserção profissional, pois as empresas geralmente não estão dispostas a adaptar o ambiente de trabalho, tratando essas adaptações como problemas adicionais. Essa resistência em adaptar o ambiente demonstra uma falta de comprometimento com a inclusão verdadeira, o que reforça a importância da Lei de Cotas como uma das poucas formas de garantir o acesso ao trabalho para pessoas com deficiência visual.

Falta de continuidade no suporte: mesmo após receberem um ensino mais adequado nas escolas especiais, muitos alunos relataram que não encontraram continuidade no suporte após deixarem o ambiente escolar. Isso se traduz em dificuldades na inserção profissional, uma vez que a transição não é acompanhada por políticas públicas que garantam o apoio necessário no contexto laboral.

Outra dificuldade das escolas especiais é ausência de diversidade. As escolas têm dificuldades de preparar para vida em sociedade, acabam criando uma bolha. O instituto exclusivo para deficientes visuais, era uma escola onde os alunos ficavam em tempo integral, dormiam na instituição e aqueles que passaram por essa experiência tem mais dificuldades de relacionamento.

#### ***4.6.3 Lei de Cotas***

A Lei de Cotas, estabelece a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência para empresas com mais de 100 funcionários, mas apresenta uma falha significativa ao não definir parâmetros claros sobre a jornada de trabalho desses funcionários. Essa lacuna permite que algumas empresas adotem práticas questionáveis, contratando pessoas com deficiência, como deficientes visuais, em regimes de jornada de trabalho reduzida e com salários inferiores ao salário mínimo, sem que haja a exigência de comparecimento ou a necessidade de realizar qualquer atividade efetiva. Dessa forma, as empresas evitam os custos associados à adaptação do ambiente de trabalho, como acessibilidade e tecnologias assistivas e, sobre o exposto, Laraia (2009) descreve ser a Lei de Cotas um instrumento de inclusão que ainda precisa percorrer um longo caminho para ser efetivada quanto a igualdade e dignidade do empregado com deficiência visual.

O relato dos ex-alunos REA1, REA3 e REA4 revela que eles já passaram por esse tipo de experiência, sendo contratados para "compor o quadro de funcionários" e apenas cumprir a cota estabelecida por lei, recebendo cerca de um terço do salário mínimo. Isso demonstra como a falta de regulamentação adequada sobre a jornada e as condições de trabalho dentro da Lei de Cotas facilita a criação de um cenário em que a inclusão é apenas formal, não contribuindo para a cidadania ativa e a autonomia desses profissionais.

Além disso, o depoimento de quatro empresas, cada uma com um número de funcionários entre 100 e 300, que adotam a mesma estratégia de contratação com jornada reduzida, reforça a percepção de que essa prática é comum. Essas empresas, ao se recusarem a participar das entrevistas, deixam claro seu desconforto com o tema, evidenciando que a prática de contratação, embora cumpra formalmente a legislação, não se traduz em uma inserção efetiva dos funcionários com deficiência no mercado de trabalho.

A prática descrita vai contra o princípio da inclusão e da cidadania ativa, conforme discutido por José Murilo de Carvalho (2001), que aponta que, no Brasil, os direitos frequentemente são "proclamados", mas não se convertem em cidadania plena e vivida. A falha na Lei de Cotas, ao não regulamentar de forma mais rigorosa as condições de trabalho, acaba permitindo que a inclusão de algumas pessoas com deficiência no mercado seja apenas simbólica, sem proporcionar os direitos e as oportunidades reais que deveriam promover autonomia e participação ativa na sociedade.

Gestores relataram que a contratação de pessoas com deficiência visual muitas vezes ocorre apenas para atender às exigências da Lei de Cotas, e não como parte de uma estratégia de inclusão genuína dentro da organização. Essa motivação limitada faz com que essas contratações sejam frequentemente simbólicas, com os funcionários alocados em funções que

não aproveitam todo o seu potencial, resultando em subutilização de suas habilidades. Além disso, há uma clara falta de oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional, o que impede esses colaboradores de progredirem na carreira e de exercerem uma participação ativa e significativa no ambiente de trabalho.

Portanto, é fundamental que a Lei de Cotas seja revisada e aprimorada, estabelecendo critérios claros sobre a jornada e as condições de trabalho das pessoas com deficiência, além de mecanismos para fiscalizar e garantir que as empresas não estejam apenas cumprindo uma exigência formal, mas realmente contribuindo para uma inclusão justa e equitativa no mercado de trabalho.

#### ***4.6.4 Estratégias de Superação dos Desafios***

Para superar os desafios identificados, diferentes estratégias foram mencionadas, variando de práticas adotadas por escolas a sugestões dos próprios gestores e professores.

**Capacitação e formação continuada:** Os professores e gestores apontaram que a formação continuada, adaptada à realidade escolar e que contemple práticas inclusivas reais, é uma estratégia fundamental para melhorar o atendimento aos alunos com deficiência visual. A formação deveria incluir metodologias específicas para o ensino de pessoas com deficiência visual, bem como treinamento em tecnologias assistivas.

**Infraestrutura e recursos tecnológicos:** A adequação da infraestrutura das escolas regulares para atender às necessidades dos alunos com deficiência visual foi outra estratégia mencionada. Isso inclui a disponibilização de computadores com leitores de tela, impressoras em braille, e outras tecnologias assistivas que possam contribuir para o desenvolvimento das habilidades necessárias para o mercado de trabalho.

**Integração e acompanhamento no mercado de trabalho:** Os gestores do mercado de trabalho sugeriram a criação de programas internos de capacitação e de sensibilização para que os demais funcionários entendam a importância da inclusão e como lidar com as necessidades dos colegas com deficiência visual. Além disso, a criação de programas de mentorias para auxiliar na integração e desenvolvimento profissional de pessoas com deficiência visual foi indicada como uma estratégia importante para superar as dificuldades de inclusão no ambiente de trabalho.

**Suporte pós-escolar:** Outra estratégia essencial é a implementação de programas de suporte contínuo para alunos que se formam nas escolas especiais. Esses programas poderiam incluir consultoria profissional, orientação para empregabilidade e apoio contínuo em

habilidades práticas necessárias para a vida laboral, garantindo uma transição mais suave para o mercado de trabalho.

Os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual na transição da educação para o mercado de trabalho são profundos e envolvem questões estruturais, pedagógicas e sociais. Embora as escolas especiais apresentem melhores condições para preparar esses alunos em comparação às escolas regulares, ainda há um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito à integração efetiva no mercado de trabalho e à promoção de uma cidadania ativa e inclusiva.

#### ***4.6.5 Princípio da adaptação razoável e a empregabilidade das pessoas com deficiência***

A contextualização dos questionários respondidos com o Princípio da Adaptação Razoável e a empregabilidade das pessoas com deficiência revela como as práticas educacionais e laborais precisam evoluir para promover uma inclusão mais efetiva e garantir os direitos fundamentais à acessibilidade e equidade de oportunidades. O princípio da adaptação razoável, conforme apontado por Sasaki (2017), visa garantir que pessoas com deficiência tenham pleno e seguro acesso a ambientes, serviços e informações, promovendo a autonomia e a igualdade de direitos. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 2015) reforça esse compromisso, exigindo que a sociedade se adapte de forma razoável, ou seja, sem ônus desproporcional, para eliminar barreiras que dificultem o acesso de pessoas com deficiência.

De acordo com os questionários aplicados a gestores escolares, professores e ex-alunos, observou-se que as escolas regulares enfrentam grandes desafios na implementação de adaptações razoáveis para alunos com deficiência visual. Muitos professores relataram a falta de materiais adaptados, como livros em braille e *softwares* de leitura de tela, além da insuficiência na formação específica para trabalhar com esses alunos. Esses aspectos evidenciam que o princípio da adaptação razoável não está sendo plenamente cumprido nas escolas regulares, onde o direito à acessibilidade é garantido de forma limitada, o que prejudica o desenvolvimento e a autonomia dos alunos com deficiência visual.

Os questionários também revelam a dificuldade de empregabilidade das pessoas com deficiência visual, um desafio que está diretamente ligado à falta de cumprimento do princípio da adaptação razoável no ambiente de trabalho. Muitos ex-alunos relataram que ingressaram no mercado de trabalho por meio da Lei de Cotas, mas que enfrentaram limitações no que diz respeito às adaptações necessárias para desempenhar suas funções de maneira autônoma e segura. Conforme descrito pelo gestor GTM3, as empresas frequentemente contratam pessoas

com deficiência visual apenas para cumprir a cota exigida, sem realizar as adaptações necessárias no ambiente de trabalho, o que vai contra os princípios de acessibilidade defendidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência e pela Lei nº 13.146 de 2015.

Conforme Santos (2014), a empregabilidade de pessoas com deficiência ainda é limitada por questões que vão além da falta de tecnologia assistiva ou acessibilidade física; envolve também o preparo inadequado dos próprios indivíduos, que muitas vezes não têm acesso a uma formação adequada e programas de capacitação que os preparem para o mercado de trabalho. Nos questionários, foi evidenciado que muitos ex-alunos só conseguiram um emprego formal por meio de concursos públicos, uma vez que as empresas privadas ainda relutam em realizar adaptações e em considerar esses profissionais como membros produtivos de suas equipes.

Para que o princípio da adaptação razoável seja verdadeiramente implementado, é necessário que tanto o sistema educacional quanto o mercado de trabalho assumam o compromisso de promover condições de acessibilidade que garantam a autonomia e a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. Essa adaptação não pode ser considerada um "ônus desproporcional", mas, sim, um direito fundamental que visa promover a inclusão social efetiva.

Nos questionários, os relatos de gestores e ex-alunos demonstram que as barreiras enfrentadas na educação e no trabalho não são apenas físicas ou tecnológicas, mas também culturais. A recusa de algumas escolas particulares em aceitar alunos com deficiência visual, como relatado por ex-alunos e pelo gestor GTM3, é um exemplo claro da falta de entendimento sobre o princípio da adaptação razoável e da resistência em promover uma educação realmente inclusiva. Essa prática vai contra a ideia de inclusão defendida por Santos (2014), que ressalta a importância de uma aplicação rigorosa das leis de inclusão para garantir que pessoas com deficiência possam exercer plenamente seus direitos.

A triangulação dos dados dos questionários com o referencial teórico e os princípios jurídicos de adaptação razoável revela que, embora existam avanços em termos de legislação e políticas públicas, a implementação prática ainda deixa muito a desejar. Tanto nas escolas regulares quanto no mercado de trabalho, o direito à acessibilidade não é garantido de maneira equitativa, resultando em uma inclusão apenas formal, sem proporcionar a verdadeira autonomia e participação ativa de pessoas com deficiência visual na sociedade.

#### **4.7 Práticas pedagógicas e os resultados educacionais de alunos com deficiência em escolas regulares com educação inclusiva e escolas especiais**

A comparação entre as práticas pedagógicas e os resultados educacionais de alunos com deficiência em escolas regulares com educação inclusiva e escolas especiais evidencia diferenças substanciais em três aspectos principais: adaptação curricular, disponibilidade de recursos e formação de habilidades para a inclusão social e profissional. Essas diferenças impactam diretamente a qualidade do ensino e o desenvolvimento das habilidades dos alunos com deficiência.

**Adaptação Curricular:** nas escolas regulares inclusivas, a adaptação curricular muitas vezes depende do esforço individual dos professores e da sua capacidade de adaptar o conteúdo para atender as necessidades dos alunos com deficiência. O conteúdo muitas vezes não é adequadamente modificado, e os professores relatam falta de orientação e formação específica para fazer essas adaptações de forma eficaz. Isso resulta em uma integração limitada, onde os alunos têm dificuldades em acompanhar o conteúdo programático junto com seus colegas sem deficiência.

Por outro lado, nas escolas especiais, a adaptação curricular é mais formalizada e estruturada, com o desenvolvimento de planos de ensino específicos que se alinham com as habilidades e necessidades dos alunos com deficiência. Professores nessas escolas têm formação especializada e um enfoque maior na utilização de estratégias pedagógicas que atendam ao ritmo e às especificidades de cada aluno. A personalização do currículo, que inclui atividades práticas e sensoriais, é um ponto forte das escolas especiais, proporcionando um aprendizado mais acessível e efetivo para os alunos.

**Disponibilidade de recursos:** as escolas regulares inclusivas frequentemente enfrentam limitações significativas. Muitos professores relataram a ausência de materiais adaptados, como livros em braille, leitores de tela, e outras tecnologias assistivas essenciais para o aprendizado dos alunos com deficiência visual. Além disso, a infraestrutura física das escolas nem sempre é adequada, dificultando a mobilidade e a acessibilidade dos alunos.

Nas escolas especiais, os recursos são mais adequados às necessidades dos alunos com deficiência. Há uma maior disponibilidade de tecnologias assistivas, como máquinas de braille, lupas eletrônicas e *softwares* de leitura, além de materiais didáticos adaptados e espaços físicos acessíveis. Essas escolas também possuem salas de recursos multifuncionais, o que permite o

desenvolvimento de atividades que contribuem para o aprendizado e a autonomia dos alunos com deficiência.

Formação de habilidades para a inclusão social e profissional: também varia significativamente entre os dois contextos educacionais. Nas escolas regulares, o foco principal é a socialização com os demais alunos, proporcionando uma convivência que pode favorecer a inclusão social. Contudo, a falta de apoio especializado e de práticas pedagógicas adaptadas prejudicam o desenvolvimento de habilidades específicas que são importantes para a autonomia e a preparação para o mercado de trabalho.

Nas escolas especiais, o desenvolvimento de habilidades é mais focado em promover a autonomia dos alunos, com ênfase em atividades que buscam prepará-los para a vida independente e para a inserção no mercado de trabalho. Essas escolas frequentemente incluem em seus currículos oficinas e programas de orientação vocacional, que ajudam os alunos a desenvolver habilidades específicas voltadas para o mundo do trabalho, além de promover atividades que estimulem a independência pessoal, como orientação e mobilidade, uso de tecnologias assistivas e empreendedorismo.

As práticas pedagógicas em escolas regulares com educação inclusiva e em escolas especiais refletem abordagens distintas para a educação de alunos com deficiência. Escolas regulares têm o mérito de promover um ambiente social inclusivo, onde os alunos podem interagir com seus pares sem deficiência, mas enfrentam limitações em termos de adaptação curricular, disponibilidade de recursos e capacitação dos professores, o que compromete a qualidade do ensino e o desenvolvimento pleno das habilidades desses alunos.

Por outro lado, as escolas especiais se destacam por oferecer uma estrutura adequada às necessidades dos alunos com deficiência, garantindo uma adaptação curricular mais personalizada, recursos tecnológicos e físicos mais preparados e um enfoque no desenvolvimento de habilidades que promovam a autonomia e a inclusão social e profissional. Contudo, a convivência social mais restrita com alunos sem deficiência pode limitar algumas experiências de interação social, um aspecto importante para a formação cidadã plena.

Portanto, a escolha entre uma escola regular inclusiva e uma escola especial depende das necessidades individuais de cada aluno e dos objetivos educacionais e de vida que se pretende alcançar. A combinação dos pontos fortes de cada modelo poderia criar um cenário ideal, no qual o desenvolvimento acadêmico, a interação social e a preparação para a vida autônoma e profissional se complementam de forma harmoniosa.

#### **4.8 Como a inclusão de alunos com deficiência visual nas escolas impacta a construção da cidadania e autonomia desses indivíduos**

A análise dos questionários dos diferentes grupos envolvidos possibilita uma avaliação sobre o impacto da inclusão de alunos com deficiência visual nas escolas na construção da cidadania e autonomia, conforme a teoria de José Murilo de Carvalho. Segundo Carvalho (2001), a construção da cidadania no Brasil é marcada por um processo desigual, em que os direitos, embora formalmente proclamados, muitas vezes não são transformados em práticas concretas que garantam uma cidadania ativa e plena.

Impacto na construção da cidadania e autonomia: nas escolas regulares inclusivas, a inclusão dos alunos com deficiência visual enfrenta desafios substanciais, como falta de infraestrutura adequada, escassez de formação específica dos professores e ausência de suporte especializado. Os relatos dos professores e gestores indicam que, embora os alunos sejam formalmente aceitos nas turmas regulares, eles não recebem o apoio necessário para participar de forma plena e autônoma das atividades escolares. Esse cenário limita as oportunidades desses alunos para desenvolver habilidades que poderiam contribuir para sua cidadania ativa, resultando em uma "cidadania proclamada" que, na prática, não é vivida de maneira igualitária.

Os ex-alunos das escolas regulares relataram dificuldades significativas, como a falta de adaptação curricular e a ausência de materiais acessíveis, o que prejudicou seu aprendizado e contribuiu para sentimentos de exclusão. De acordo com Carvalho (2001), a cidadania deve ser mais do que apenas um direito assegurado formalmente; ela deve ser um direito vivido, que permita ao indivíduo exercer plenamente sua participação na sociedade. No caso dos alunos com deficiência visual nas escolas regulares, a ausência de suporte adequado impossibilita o exercício pleno desses direitos, o que resulta em uma cidadania limitada e passiva.

Em contrapartida, nas escolas especiais, a inclusão se mostra mais efetiva no que diz respeito à promoção da cidadania ativa e da autonomia dos alunos com deficiência visual. Nesses ambientes, a adaptação curricular é mais adequada, e há maior disponibilidade de recursos tecnológicos e professores capacitados. Os ex-alunos dessas instituições relataram que a experiência foi mais positiva e que tiveram acesso a materiais adaptados, apoio pedagógico contínuo e um ambiente escolar que valorizou suas potencialidades. Dessa forma, nas escolas especiais, a inclusão promove uma cidadania mais ativa, pois os alunos têm acesso a uma formação que os capacita a exercerem seus direitos e a participarem da sociedade de forma mais igualitária (Carvalho, 2001).

Políticas públicas e cidadania plena: os questionários também revelaram falhas na implementação das políticas públicas vigentes, que deveriam garantir uma cidadania plena e igualitária para os alunos com deficiência visual. Em muitos casos, as políticas de inclusão são implementadas de forma incompleta ou desigual, dependendo do contexto educacional. Nas escolas regulares, por exemplo, a falta de recursos e a insuficiência na formação dos professores indicam que as políticas públicas não são suficientemente robustas para garantir uma inclusão verdadeira. Segundo Carvalho (2001), a cidadania plena depende de políticas públicas que assegurem não apenas o direito formal, mas também as condições para que esse direito seja exercido de maneira equitativa e significativa.

Nos relatos dos gestores do mercado de trabalho, foi possível observar como as lacunas na formação educacional afetam diretamente a inserção dos ex-alunos com deficiência visual no mercado de trabalho. Muitos gestores mencionaram que a contratação de pessoas com deficiência ocorre apenas para cumprir a cota legal, e que não há um esforço genuíno para integrá-los plenamente no ambiente corporativo. Essa prática evidencia que, mesmo no mercado de trabalho, as políticas de inclusão estão mais voltadas para atender a formalidades do que para promover uma cidadania ativa e produtiva. A teoria de Carvalho (2001) sugere que a cidadania só é efetiva quando há oportunidades reais de participação e desenvolvimento, o que ainda não ocorre de forma igualitária para pessoas com deficiência visual, especialmente no ambiente de trabalho.

### Quadro 1

*Comparação entre escola regular e escola especial*

<b>Análise comparativa</b>		
	<b>Escolas regulares</b>	<b>Escolas especiais</b>
Adaptações Pedagógicas	Resistência em adaptar as atividades	A colaboração é mais integrada, com uma equipe que trabalha constantemente para adaptar atividades e apoiar os professores
Colaboração da Equipe Pedagógica	Depende da iniciativa dos professores regentes e da colaboração com o Instituto de Educação Especial para a produção de materiais em braille	O ambiente está mais estruturado, oferecendo adaptações completas para os alunos com deficiência visual, incluindo materiais e atividades
Formação dos Professores	Os cursos de capacitação são oferecidos pela Secretaria de Educação,	Internamente, com treinamentos regulares promovidos pela equipe de Atendimento Educacional Especializado (AEE)

<b>Análise comparativa</b>		
	<b>Escolas regulares</b>	<b>Escolas especiais</b>
	mas a adesão dos professores é limitada devido à resistência ou à falta de flexibilidade dos horários dos cursos	
Tecnologias Assistivas	Limitações na disponibilidade de recursos tecnológicos específicos para alunos com deficiência visual	Ampla gama de tecnologias, como salas de recursos e computadores adaptados
Desafios e Barreiras	A ausência de professores de apoio, a falta de capacitação específica e a resistência dos professores	Alta taxa de faltas dos alunos e na necessidade de mais recursos para formação profissional dos docentes
Integração dos Alunos	Depende, muitas vezes, da boa vontade e do entrosamento entre os alunos	Mais planejada e específica
Avaliação do Progresso dos Estudantes	Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)	Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)
Implementação das Políticas Públicas	É insuficiente e marcada por desafios significativos. Há uma falta de suporte para garantir a presença de professores de apoio e de tecnologias assistivas adequadas	Mais recursos disponíveis para lidar com a deficiência visual.
Adaptações Estruturais das Escolas	São parciais ou incompletas	São contínuas, com a presença de salas de atendimento educacional especializado (AEE) e um ambiente focado na inclusão total dos alunos em todas as atividades escolares.
Capacitação Profissional	A adesão dos professores é baixa devido à falta de tempo e sobrecarga de trabalho	Todos os professores contratados já têm formação e habilitação para trabalhar com deficiência visual e há apoio constante da equipe AEE
Colaboração da Família	Sensação de desamparo	Atendimento personalizado e onde as famílias estão frequentemente envolvidas nas atividades escolares
Desafios	Falta de acessibilidade, a ausência de professores de apoio, a escassez de tecnologias	Falta de frequência dos alunos, que muitas vezes não comparecem às aulas, dificultando o acompanhamento do seu desenvolvimento

<b>Análise comparativa</b>		
	<b>Escolas regulares</b>	<b>Escolas especiais</b>
	assistivas e a falta de formação adequada dos profissionais.	
Orientação vocacional	Palestras e atividades voltadas para a questão do trabalho	Programas mais consistentes para desenvolver habilidades profissionais
Experiência Escolar	Não estão preparadas para atender às suas necessidades específicas, tanto em termos de infraestrutura quanto de apoio pedagógico	Ambiente mais adequado ao seu aprendizado, com materiais adaptados e professores especializados
Desafios enfrentados na educação básica	Falta de materiais adaptados, como livros em braille ou materiais ampliados, além da ausência de professores capacitados para lidar com a deficiência visual	Ambiente mais estruturado, com professores capacitados, tecnologias assistivas disponíveis e um ambiente social inclusivo
Recursos e tecnologias assistivas	Praticamente inexistentes	Infraestrutura mais adequada, incluindo acesso às bengalas, computadores adaptados e outros recursos essenciais para o aprendizado dos alunos com deficiência visual
Suporte dos professores e integração com os colegas de classe	Deficitário	Adequado
Inserção no mercado de trabalho		Facilitada pela lei de cotas

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A triangulação de dados entre o referencial teórico, as estatísticas do IBGE e as respostas dos questionários aplicados permitem uma análise robusta e multifacetada da inclusão de alunos com deficiência visual na educação e sua preparação para o mercado de trabalho. Essa abordagem traz percepções mais profundas sobre como as políticas públicas se traduzem na prática e quais são os resultados em termos de cidadania e autonomia.

José Murilo de Carvalho, em *"Cidadania no Brasil: O longo caminho"* (2001), argumenta que a cidadania no Brasil tem sido caracterizada por uma "cidadania proclamada", onde os direitos são formalmente garantidos, mas não são vividos na prática pela maioria da população. A cidadania plena, segundo Carvalho, implica uma participação ativa e as políticas públicas deveriam promover o acesso formal aos direitos e condições necessárias para que esses direitos sejam exercidos de maneira significativa.

As estatísticas do IBGE sobre inclusão escolar e mercado de trabalho refletem as desigualdades enfrentadas por pessoas com deficiência. Segundo o Censo Escolar e os dados do IBGE, a maior parte dos alunos com deficiência está matriculada em escolas regulares inclusivas, o que, teoricamente, aponta para um avanço na inclusão. No entanto, esses dados quantitativos precisam ser analisados em conjunto com a realidade relatada nos questionários para compreender o contexto real dessas inclusões.

No mercado de trabalho, os dados do IBGE indicam que a taxa de desemprego entre pessoas com deficiência é significativamente mais alta do que entre a população sem deficiência. A Lei de Cotas garante um percentual mínimo de pessoas com deficiência empregadas em empresas com mais de 100 funcionários, mas não há garantias sobre a qualidade da inclusão e as condições de trabalho desses indivíduos.

Os questionários aplicados aos gestores, professores, ex-alunos e gestores do mercado de trabalho fornecem evidências qualitativas que permitem compreender as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência visual em cada etapa, da educação à inserção no mercado de trabalho.

- **Inclusão Escolar:** Os questionários dos gestores escolares e dos professores revelam que, apesar de a inclusão formal estar em prática, há grandes limitações em termos de infraestrutura e formação dos profissionais. Nas escolas regulares, muitos alunos não têm acesso a materiais adaptados e apoio pedagógico adequado, o que corrobora a crítica

de Carvalho sobre a "cidadania proclamada", pois, embora o direito à educação esteja garantido, ele não é vivido plenamente pelos alunos com deficiência visual.

- **Inserção no Mercado de Trabalho:** Os ex-alunos relataram que sua inserção no mercado de trabalho depende, em grande parte, da Lei de Cotas e de concursos públicos, evidenciando a falta de iniciativas proativas do setor privado para promover uma verdadeira inclusão. Muitos gestores do mercado de trabalho indicaram que a contratação de pessoas com deficiência é feita apenas para cumprir as exigências legais, sem esforços significativos para garantir condições de trabalho adequadas ou perspectivas de crescimento profissional. Assim, a cidadania desses indivíduos continua sendo limitada ao cumprimento formal de direitos, sem a possibilidade de participação ativa e produtiva, como idealizado por Carvalho.
- **Diferenças entre Escolas Regulares e Especiais:** Enquanto as escolas especiais conseguem oferecer um suporte mais individualizado, com infraestrutura adequada e um currículo adaptado às necessidades dos alunos, as escolas regulares enfrentam desafios significativos para atender esses alunos. Os ex-alunos de escolas especiais relataram maior desenvolvimento de habilidades e uma preparação mais sólida para o mercado de trabalho, o que demonstra como o ambiente escolar impacta diretamente a capacidade de exercer uma cidadania ativa e autônoma.

A triangulação dos dados permite identificar uma lacuna crítica entre as estatísticas oficiais e a realidade vivida por pessoas com deficiência visual, conforme descrito nos questionários, e a crítica teórica de José Murilo de Carvalho sobre a cidadania no Brasil. Embora as políticas públicas e as leis garantam direitos formais, como acesso à educação e ao trabalho, essas garantias não se traduzem em uma cidadania plena e ativa para muitas pessoas com deficiência visual.

As estatísticas do IBGE indicam um avanço quantitativo na inclusão, mas os dados qualitativos dos questionários mostram que a implementação dessas políticas enfrenta obstáculos significativos. Esses desafios resultam em barreiras no desenvolvimento de habilidades e na preparação adequada para o mercado de trabalho, criando uma exclusão disfarçada de inclusão.

De acordo com José Murilo de Carvalho, essa discrepância entre os direitos proclamados e os direitos vividos é o principal entrave para a construção de uma sociedade igualitária. Os dados dos questionários reforçam que, embora exista um arcabouço legal que

garanta direitos, ele não é suficiente para garantir uma cidadania vivida, na qual os indivíduos possam participar ativamente e com igualdade na sociedade.

Para alcançar uma cidadania plena e igualitária, conforme a teoria de Carvalho, é essencial que as políticas públicas não apenas garantam a matrícula de alunos com deficiência visual em escolas regulares, mas que promovam adaptações reais, capacitação contínua de professores e oportunidades concretas no mercado de trabalho. Assim, a cidadania ativa desses indivíduos deixará de ser um ideal distante e se tornará uma realidade vivida em suas vidas cotidianas.

### **5.1 Contribuições da Pesquisa**

As contribuições desta pesquisa são significativas para o campo da educação especial, das políticas públicas de inclusão e da formação e inserção profissional de pessoas com deficiência visual. A pesquisa oferece uma análise comparativa entre o contexto de escolas regulares com inclusão e escolas especiais, contribuindo para o entendimento das práticas pedagógicas, dos desafios enfrentados e dos resultados obtidos em cada cenário, fornecendo subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas mais efetivas.

Uma das principais contribuições é a reflexão crítica sobre a eficácia das políticas públicas de inclusão. A pesquisa demonstra que, embora as leis e políticas proclamem direitos à educação e ao trabalho para pessoas com deficiência visual, a implementação prática ainda apresenta falhas que limitam a participação plena e a autonomia desses indivíduos. Ao evidenciar as lacunas entre a cidadania proclamada e a cidadania vivida, conforme descrito por José Murilo de Carvalho (2001), a pesquisa contribui para um debate sobre a necessidade de aperfeiçoar essas políticas, visando garantir uma inclusão mais significativa e uma verdadeira cidadania ativa.

A comparação entre as práticas pedagógicas em escolas regulares e especiais evidencia os pontos fortes e fracos de cada abordagem, contribuindo para a discussão sobre qual modelo é mais eficaz para atender às necessidades dos alunos com deficiência visual. Essa análise fornece subsídios para que gestores educacionais, formuladores de políticas e pesquisadores possam repensar as práticas de inclusão e propor melhorias que tornem as escolas regulares mais preparadas para atender a todos os alunos, independentemente de suas necessidades.

Outro ponto relevante da pesquisa é a identificação dos principais desafios enfrentados na transição dos alunos com deficiência visual para o mercado de trabalho. A análise dos depoimentos dos ex-alunos e dos gestores do mercado de trabalho aponta como a Lei de Cotas,

embora necessária, não é suficiente para garantir uma inserção profissional de qualidade. A pesquisa evidencia a necessidade de um suporte mais efetivo, como programas de capacitação e orientação profissional, além de adaptações no ambiente de trabalho. Essa contribuição é fundamental para direcionar ações que possam tornar a inclusão no mercado de trabalho mais significativa e menos voltada apenas para o cumprimento de cotas.

A pesquisa também contribui ao propor estratégias de melhoria para a inclusão educacional e profissional de pessoas com deficiência visual. Entre essas estratégias estão a capacitação contínua de professores, o aprimoramento das adaptações curriculares e físicas nas escolas regulares, e a criação de programas de suporte pós-escolar, que ajudem a garantir uma transição mais eficaz para o mercado de trabalho. Essas recomendações têm o potencial de influenciar a prática pedagógica e a formulação de políticas públicas mais inclusivas e efetivas.

Por fim, a pesquisa enriquece o debate sobre cidadania e inclusão, ao trazer à tona a importância de promover não apenas a presença física de alunos com deficiência visual nas escolas e no mercado de trabalho, mas promover também sua participação ativa e produtiva. Ao dialogar com a teoria de José Murilo de Carvalho sobre cidadania, a pesquisa reforça a importância de transformar a inclusão formal em uma inclusão vivida e significativa, que promova autonomia, igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade.

Essas contribuições oferecem uma base sólida para reflexões e ações que visem melhorar a inclusão e a qualidade de vida das pessoas com deficiência visual. A pesquisa sugere que a inclusão verdadeira exige mais do que simplesmente colocar alunos e profissionais em espaços físicos. Requer o desenvolvimento de condições reais e suporte adequado para que as pessoas possam exercer plenamente seus direitos, atingir seu potencial e participar ativamente da sociedade.

## **5.2 Lacunas da pesquisa**

A pesquisa realizada apresentou algumas lacunas que precisam ser reconhecidas e discutidas para futuras melhorias. Embora tenha contribuído de forma significativa para a compreensão dos desafios e das práticas de inclusão de alunos com deficiência visual, há limitações que impactam a abrangência e a profundidade dos resultados encontrados.

A primeira lacuna é a limitação da amostra utilizada. Os questionários foram aplicados a um grupo relativamente restrito de gestores, professores, ex-alunos e gestores do mercado de trabalho. Essa amostra não é representativa de toda a diversidade existente entre as escolas

regulares, escolas especiais e empresas em diferentes contextos regionais e socioeconômicos do Brasil. A falta de diversidade geográfica na coleta de dados pode ter influenciado a visão dos desafios e práticas educacionais e laborais observados, limitando a generalização dos resultados.

A pesquisa apresenta também uma lacuna em termos de análise longitudinal. O estudo foi baseado em um recorte pontual, e não acompanhou a trajetória dos alunos com deficiência visual ao longo do tempo. De acordo com Bryman (2016), uma análise longitudinal teria permitido entender melhor como as práticas educacionais e as políticas públicas impactam a vida dos alunos de forma contínua, acompanhando desde o momento da escolarização até a inserção e permanência no mercado de trabalho. Esse acompanhamento poderia trazer *insights* importantes sobre como os desafios e as estratégias de superação se desenvolvem ao longo do tempo e se as políticas de inclusão têm efeitos duradouros.

Embora a pesquisa tenha adotado uma abordagem qualitativa rica para compreender os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual, faltou uma análise mais detalhada dos aspectos quantitativos que pudessem complementar e fortalecer os resultados obtidos. A inclusão de dados quantitativos adicionais, como taxas de evasão escolar de alunos com deficiência visual em escolas regulares *versus* escolas especiais, ou o impacto financeiro das adaptações em empresas que contratam pessoas com deficiência, poderia ter proporcionado uma visão mais ampla e integrada dos contextos analisados.

Outra lacuna significativa está na ausência do ponto de vista dos pais e responsáveis pelos alunos com deficiência visual. Os pais desempenham um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento educacional e na transição dos alunos para a vida adulta e para o mercado de trabalho. A inclusão de suas perspectivas teria proporcionado uma visão mais abrangente sobre as barreiras enfrentadas pelos alunos e as estratégias que as famílias adotam para superar esses desafios. Esse ponto de vista é crucial para entender como as políticas de inclusão impactam não apenas os alunos, mas também suas famílias.

A avaliação das políticas públicas de inclusão também poderia ter se beneficiado de uma análise mais detalhada em termos regionais e locais. As condições de infraestrutura, acesso a recursos e aplicação das políticas variam significativamente em diferentes regiões do Brasil. No entanto, a pesquisa não explorou suficientemente as diferenças regionais na implementação das políticas de educação especial e inclusão. Isso poderia ter destacado desigualdades ainda mais profundas na efetivação das políticas, dependendo do contexto socioeconômico e geográfico.

Essas lacunas apontam para a necessidade de aprofundar a pesquisa no futuro, com uma amostra mais diversificada e abrangente, a inclusão de métodos de observação direta, análise longitudinal dos resultados, maior combinação de métodos qualitativos e quantitativos, e a inclusão de novas perspectivas, como as dos pais e responsáveis. Além disso, uma análise mais aprofundada das políticas regionais poderia ajudar a identificar as desigualdades na implementação das políticas públicas de inclusão e sugerir melhorias que possam garantir uma cidadania mais ativa e igualitária para todos os alunos com deficiência visual, conforme idealizado por José Murilo de Carvalho.

Outra lacuna identificada na pesquisa refere-se às escolas particulares, que não foram incluídas nas entrevistas realizadas. Durante as entrevistas com os ex-alunos e com o gestor GTM3, ficou evidente que muitas escolas particulares recusam a matrícula de alunos com deficiência visual, justificando que não estão preparadas para recebê-los. O gestor GTM3 relatou que sua filha, que é deficiente visual, teve sua matrícula recusada por diversas instituições particulares, que alegaram que atender alunos com deficiência visual era algo novo para elas e que não possuíam os recursos físicos e pedagógicos necessários para efetuar a matrícula.

Os ex-alunos REA1, REA5 e REA6 também mencionaram dificuldades enfrentadas por amigos com deficiência visual que tentaram se matricular em escolas particulares, mas encontraram resistência e falta de suporte adequado. Esse cenário evidencia uma barreira significativa para o acesso igualitário à educação, demonstrando que, apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão, a realidade nas instituições particulares ainda está distante de alcançar uma verdadeira integração para alunos com deficiência visual. Essa situação reforça a necessidade de uma maior fiscalização e incentivo para que as escolas particulares se adequem e assumam seu papel na promoção de uma educação inclusiva, conforme os princípios da cidadania plena.

Assim, ao abordar essas lacunas, futuras pesquisas poderão contribuir de maneira ainda mais significativa para a compreensão dos processos de inclusão e para a formulação de políticas públicas mais efetivas, garantindo uma cidadania verdadeiramente ativa e inclusiva.

### **5.3 Conclusão**

A análise dos dados dos questionários, combinada com as estatísticas do IBGE e o referencial teórico, destaca que, apesar dos avanços nas políticas públicas e das garantias legais,

há uma grande lacuna entre os direitos proclamados e a experiência real de inclusão vivida pelos alunos com deficiência visual.

Nas escolas regulares inclusivas, a falta de recursos adaptados, a insuficiência na formação dos professores e a ausência de suporte especializado mostram que o modelo de inclusão, embora bem intencionado, não é efetivo em proporcionar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência visual. Essas limitações acabam prejudicando a construção de uma cidadania ativa, conforme defendida por Carvalho (2001), que enfatiza a necessidade de garantir não apenas o direito formal, mas também as condições reais para que esses direitos possam ser exercidos. Dessa forma, a cidadania dos alunos com deficiência visual permanece, em grande parte, como uma "cidadania passiva", marcada pela exclusão disfarçada de inclusão.

Por outro lado, as escolas especiais se mostram mais adequadas para atender as necessidades específicas desses alunos, proporcionando um ambiente escolar que valoriza o desenvolvimento individual e oferece recursos adaptados e apoio contínuo. No entanto, ainda existem desafios quanto à integração dos alunos no mercado de trabalho e à construção de uma inclusão mais ampla, que vá além do ambiente escolar e permita uma participação ativa na sociedade.

No mercado de trabalho, a Lei de Cotas tem se mostrado fundamental para a inserção de pessoas com deficiência visual. No entanto, os relatos dos ex-alunos e dos gestores do mercado de trabalho indicam que, muitas vezes, essa inserção é formal, sem que haja um esforço para promover um ambiente inclusivo e garantir oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional. A falta de adaptação do ambiente de trabalho e o uso da contratação apenas para o cumprimento das cotas indicam que, mesmo no âmbito laboral, a cidadania ativa ainda não é vivida por esses indivíduos, conforme esperado pelas políticas públicas.

Diante desse contexto, é possível concluir que, embora existam avanços importantes, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir a cidadania plena e igualitária para alunos com deficiência visual. A superação dos desafios identificados requer uma ação conjunta dos diversos atores envolvidos: Estado, escolas, professores, famílias e empresas, no sentido de aprimorar as políticas públicas, garantir a formação contínua dos professores, promover adaptações adequadas nas escolas e nos locais de trabalho, e desenvolver uma cultura de inclusão genuína, que valorize as capacidades dos indivíduos e lhes permita participar ativamente na sociedade.

Assim, o compromisso com a promoção de uma cidadania ativa, conforme idealizado por José Murilo de Carvalho, passa por uma revisão e aprimoramento das políticas de inclusão,

visando não apenas garantir o direito formal, mas também assegurar que esse direito seja efetivamente vivido e experimentado de forma significativa por todos os cidadãos. A inclusão plena deve ir além da simples presença física, buscando promover autonomia, igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva.

Com base nos resultados obtidos, a contribuição gerencial dessa dissertação para a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais é mostrar a deficiência das escolas regulares no atendimento aos alunos com deficiência visual, de modo a estimular a implantação de políticas públicas que possam de fato mudar essa realidade.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, J. & Friedrich, D.L.P. (2021). O papel do professor na educação inclusiva. *Revista Faculdade FAMEN - REFFEN*, 2(1).
- Amâncio, D.L.P & Mendes, D.C. (2023). Pessoas com Deficiência e Ambiente de Trabalho: uma Revisão Sistemática. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Corumbá, 29(140);161-180.
- Araujo, D.S; *et al.* (2014). Políticas públicas de inclusão: o trabalho como instrumento efetivador da dignidade. *Revista de C. Humanas, Viçosa*, 14(1);191-206.
- Assis, S.M.B & Silva, M.V.B. (2016). *Inclusão no trabalho: caminhos para avaliação da capacidade funcional da pessoa com deficiência*. São Paulo: Editora Memnon.
- Avila-Vitor, M.R.C. & Carvalho-Freitas, M.N. (2012). Valores organizacionais e concepções de deficiência: a percepção de pessoas incluídas. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, 32(4);792-807.
- Bahia, M.S. & Santos, E.M. (2007). A Inclusão Profissional de Pessoas com Deficiência no Brasil por meio de Ações das Organizações do Terceiro Setor: O Caso da Associação Amigos Metroviários Excepcionais (AME). VI Conferencia Regional De Istr Para América Latina Y El Caribe. **Anais...** 8 al 11 novembro de 2007, Salvador de Bahía, Brasil. Organizan: ISTR y CIAGS/UFBA.
- Bardin, L. (2015). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 LDA.
- Bengali, A.S.M. (2015). Função social da empresa e inclusão da pessoa com deficiência no trabalho: uma análise sob a perspectiva de Brasil e Argentina. *RJLB*, 1(5);105-128.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Secretária-geral Subchefia para Assuntos Jurídicos, 07 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em 22 maio 2024.
- Brasil. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Plano de Benefícios da Previdência Social. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 15 set. 2023.
- Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394 de 1996. (1996). Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 abr 2024.
- Bruno, M.M.G. & Nascimento, R.A.L. (2019). Política de Acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual. *Educação & Realidade*, 44(1);1-15.
- Bryman, A. (2016). *Social research methods*. Oxford university press.

- Camargo, E.P. (2017). Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciênc. Educ.*, Bauru, 23(1);1-6.
- Caran, G.M. (2008). Comportamento de busca da informação na web por pessoas com deficiência visual. Monografia. Belo Horizonte: PUC/MG.
- Carmo, P.S. (1992). *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna.
- Carvalho, J. M. (2001). *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Casagrande, S.C. & Mainardes, J. (2021). O campo acadêmico da educação especial no Brasil. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 7(132);119-138.
- Cassol, S.F.C; & Bondezan, A.N. (2016). O papel do pedagogo como mediador do processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola: Respeitando as diferenças. *Cadernos PDE* 1(1): 2-19.
- Costa, A.C.A; & Chalhub, T. (2021). O uso das tecnologias assistivas na mediação da informação em biblioteca escolar: acessibilidade para alunos com deficiência visual. *Bibl. Esc. em R.*, 7(2):1-16.
- Costa, S.M.B. (2000). *Inserção no mercado de trabalho da pessoa com deficiência: eficácia normativa*. São Paulo: LTR.
- Da Silva, L. M. (2023). *Desafios na prestação de contas na educação: estudo das percepções dos profissionais envolvidos nos processos*. Deficiente On Line. Deficiência visual. 2023. Disponível em: <[http://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-visual-classificacao-e-definicao\\_\\_14.html](http://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-visual-classificacao-e-definicao__14.html)>. Acesso em: junho de 2023.
- Eloy, A. C. M., & Coutinho, L. C. S. (2020). O direito à educação na perspectiva da pedagogia histórico-crítica e a educação especial. *Revista Educação Especial*, 36, 1-20.
- Entschev, B. (2016). Inclusão de deficientes torna ambiente corporativo mais saudável. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/inclus%C3%A3o-de-deficientes-torna-ambiente-corporativo-mais-entschev/>>. Acesso em: junho de 2023.
- Figueiredo, N. M. A.; Souza, S.R.G. (2008). *Como Elaborar Projetos, Monografias, Dissertações e Teses: da redação científica à apresentação do texto final*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Franco, R.M.S. & Gomes, C. (2020). Educação inclusiva para além da educação especial: Uma revisão parcial das produções nacionais. *Rev. Psicopedagogia*, 37(113): 194-207.
- Freitas, M.C. (2023). Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. *Cad. Pesqui.*, 53;1-16.
- Garcia, F.M. & Braz, A.T.A.M. (2020). Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 28(108);622-641.

- Gauthier, J. H. M.; Tyrrell, M. A. R.; Cabral, I. E.; Santos, I.; Tavares, C. M. M. (1998). O objeto do estudo e a abordagem de pesquisa qualitativa. Pesquisa em Enfermagem, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Gil, A.C. (2019). Como elaborar projetos de pesquisas. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.
- Goldfarb, C.L. (2009). Pessoas portadoras de deficiência e relação de emprego: o sistema de cotas no Brasil. Curitiba: Juruá.
- Gosdal, T. C. (2007). Dignidade do trabalhador: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra. 195f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- Hage, S. (2018). Educação Inclusiva no Brasil: Avanços, Desafios e Perspectivas. Revista Brasileira de Educação Especial, 24(2), 277-292.
- Hupe, P., & Hill, M. (2007). Street-Level bureaucracy and public accountability. Public administration, 85(2), 279-299.
- I.Social. (2018). Expectativas e percepções sobre o mercado de trabalho para pessoas com deficiência. Disponível em: [http://isocial.com.br/download/Pesquisa\\_iSocial-Expectativas\\_e\\_Percepcoes\\_sobre\\_o\\_Mercado\\_de\\_Trabalho\\_para\\_Pessoas\\_com\\_Deficiencia-2017-2018-RH.pdf](http://isocial.com.br/download/Pesquisa_iSocial-Expectativas_e_Percepcoes_sobre_o_Mercado_de_Trabalho_para_Pessoas_com_Deficiencia-2017-2018-RH.pdf). Acesso em: junho de 2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. (2020). Sinopse Estatística da Educação Básica- 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b478-4c5d-ae17-7d55ced4c37d?version=1.0>. Acesso em junho 2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas da Educação Básica. 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: junho 2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023). Sinopses Estatísticas da Educação Básica. 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em junho 2023.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2017). Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes.html>. Acesso em junho 2023.

- Larentis, F., Antonello, C. S. & Slongo, L. A. (2018). Cultura organizacional e marketing de relacionamento: uma perspectiva Inter organizacional. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 20(1), 37-56.
- Lasswell, H. (1950). *Politics: Who Gets What, When, How*. Nova York: McGraw-Hill.
- Leão Junior, W & Gatti, G.C.V. (2016). História de uma instituição educacional para o deficiente visual: o instituto de cegos do Brasil central de Uberaba (Minas Gerais, Brasil, 1942-1959). *Hist. Educ.*, Santa Maria, 20(50);389-409.
- Lima, M.M, et al. (2021). Um panorama do mercado de trabalho da pessoa com deficiência visual na cidade do Rio de Janeiro. *Interações*, 22(1);211-223.
- Lindblom, C. (2018). The science of “muddling through”. In *Classic readings in urban planning* (pp. 31-40). Routledge.
- Magnabosco, M.B.; Souza, L.L. (2018). Educação inclusiva e as representações dos estudantes sobre seus pares com deficiência. *Psicologia: Ciência e Profissão* 22(1): 115-122.
- Mantoan, M.T.H. (1997). *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: Senac.
- Mantoan, M.T.E. (1998). *Integração X inclusão: escola (de qualidade) para todos*. Monografia. Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Mantoan, M.H.E. 2006. Prieto, R.G. 2006. *Inclusão Escolar*. Summus, São Paulo, SP, Brasil.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Summus Editorial.
- Mantoan, M. T. E. (2017). *Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições*. *Inclusão Social*, 10(2).
- Mello, S. L. (2024). Políticas públicas em Educação: uma agenda necessária para moldar o nosso futuro. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 32(124), e0241241.
- Morgan, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 2005.
- Nina, K.C.F, et al. (2022). Autoeficácia docente na educação inclusiva e características do contexto de ensino. *Ciências Psicológicas*, 16(1).
- Nunes, M.L.F. & Neira, M.G. (2014). Processos de inclusão excludente presentes no ensino superior privado. *Educ. Real.*, Porto Alegre, 39(4);1209-1228.
- Oliva, D.V. (2016). Raízes sociais e psicodinâmicas do preconceito e suas implicações na educação inclusiva. *Psicologia: Ciência e Profissão* 20(2): 349-356.
- ONU – Organização das Nações Unidas. (1968). *Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Pessoas Com Deficiência*. Disponível em: [http://www.ampid.org.br/ampid/Docs\\_PD/Convencoes\\_ONU\\_PD.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Docs_PD/Convencoes_ONU_PD.php). Acesso em: abril de 2023.

- Organização Mundial da Saúde. Relatório Mundial sobre a Deficiência. Genebra: OMS, 2011.  
Disponível em: [https://www.who.int/disabilities/world\\_report/2011/report.pdf](https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf)
- Porto, A. C., & de Araújo, J. M. (2020, November). A DESCONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ANTE A NOVA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO: UMA NOVA ERA DE PRECARIZAÇÃO. In *Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social* (Vol. 2, No. 4, pp. 127-133).
- Quevedo, E. C. S., & Botezini, N. A. (2022). A História do Brasil através dos olhares de Boris Fausto, Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho.
- Ribas, J.B.C. (2005). **Por** que empregar pessoas com deficiência? Brasília: CORDE.
- Rodrigues, P.S. & Pereira, E.L. (2021). A percepção das pessoas com deficiência. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 31(1).
- Saldanha, P. M., & Araujo, L. A. D. (2020). PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ATUAÇÃO PROCESSUAL: O EXERCÍCIO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, 25(3), 258-282.
- Salis, A.C.A. (2013). Projeto gerência de trabalho e inclusão social de usuários de saúde mental. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, 33(3);758-771.
- Santana, G.S, Costa, F.M. & Oliveira, R.P. (2022). Produção Científica Brasileira sobre Pessoas com Deficiência Visual em Contextos de Trabalho. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Bauru, 28(74);57-70.
- Santos, A.G.; Souza, R.M.; Fontes, G.G.S. (2017). Educação Inclusiva e a Psicopedagogia. *Enfoque, Encontro Internacional de Formação de Professores*, 1(4):1-9.
- Santos, E., de Jesus Bertolino, L. M., & Monteiro, A. C. (2021). ENTRE A CIDADANIA PROCLAMADA E A VIVIDA, EM TEMPOS DE PANDEMIA
- Sasaki, R.K. (2017). Considerações sobre adaptações razoáveis no local de trabalho. Disponível em: <http://www.portalacesse.com/2017/08/29/consideracoes-sobre-adaptacoes-razoaveis-no-local-de-trabalho/>> Acesso em junho de 2023.
- Schafhauzer, L.M.B. & Silva, C.M. (2023). Inclusão de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho: uma revisão. *Diversitas Journal*, 8(3);3088-31-04.
- ilva, P.F.R; Nogueira, U.S. (2023). As novas tecnologias de informação e comunicação na educação inclusiva de alunos com deficiência visual: Um olhar sobre desafios e potencialidades. *Id on Line Rev. Psic.* 17(66);370-383.
- Simonellia, A.P., et al. (2020). Enquadramento da temática da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho em *Jornal de grande circulação do estado do Paraná de 1991 a 2006*. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(2), 452-466.

- Tedesco, L.M; Molari, M. (2017). A Escola Regular e o Aluno Autista: Desafios e Possibilidades. *Revista de Ensino, Educação e Ciência Humana*. 18(4): 432-436.
- Tummers, L. L., Bekkers, V., Vink, E., & Musheno, M. (2015). Coping during public service delivery: A conceptualization and systematic review of the literature. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 25(4), 1099-1126.
- Trajano, A.R. (2002). Trabalho e identidade em novas configurações sócio produtivas: autogestão, autonomia e solidariedade em construção. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Triviños, A.N.S. (1992). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. Atlas, São Paulo.
- Vergara, S.C. (2006). Projetos e relatórios de pesquisa em administração. Atlas, São Paulo.
- Villela, F. (2015). IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia>> Acesso em junho de 2023.
- Weber, M. (2000). Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: UnB.
- Ziesmann, C. I., & Thomas, I. F. (2020). Processos formativos dos professores inclusivos: práticas pedagógicas dos docentes na educação básica. *Revista Triângulo*, 13(3), 97-110.

## **ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

### **Para gestores das escolas regulares:**

- 1- Qual sua formação profissional e experiência na área educacional?
- 2- Como a escola implementa as políticas públicas voltadas para a educação de alunos com deficiência visual?
- 3- Quais adaptações estruturais e pedagógicas foram realizadas para atender esses alunos?
- 4- A escola dispõe de recursos adequados, como materiais e tecnologias assistivas, para apoiar alunos com deficiência visual?
- 5- Que tipo de treinamento contínuo é oferecido aos professores e funcionários para lidar com as necessidades desses alunos?
- 6- A escola tem parcerias com outras instituições ou ONGs que apoiam a educação de alunos com deficiência visual?
- 7- Como é a colaboração entre professores, pais e especialistas para garantir o sucesso acadêmico desses alunos?
- 8- Como a escola promove a inclusão de alunos com deficiência visual nas atividades escolares e sociais?
- 9- Como é monitorado o progresso acadêmico dos alunos com deficiência visual?
- 10- Quais são os principais desafios enfrentados pela escola ao educar alunos com deficiência visual?
- 11- Existe algum programa específico de orientação profissional para esses alunos?

### **Para gestores de escolas especiais:**

- 1- Como a escola implementa as políticas públicas voltadas para a educação de alunos com deficiência visual?
- 2- Quais adaptações estruturais e pedagógicas foram realizadas para atender esses alunos?
- 3- A escola dispõe de recursos adequados, como materiais e tecnologias assistivas, para apoiar alunos com deficiência visual?
- 4- Que tipo de treinamento contínuo é oferecido aos professores e funcionários para lidar com as necessidades desses alunos?
- 5- A escola tem parcerias com outras instituições ou ONGs que apoiam a educação de alunos com deficiência visual?

- 6- Como é a colaboração entre professores, pais e especialistas para garantir o sucesso acadêmico desses alunos?
- 7- Como a escola promove a inclusão de alunos com deficiência visual nas atividades escolares e sociais?
- 8- Como é monitorado o progresso acadêmico dos alunos com deficiência visual?
- 9- Quais são os principais desafios enfrentados pela escola ao educar alunos com deficiência visual?
- 10- Existe algum programa específico de orientação profissional para esses alunos?
- 11- Gostaria de acrescentar algo?
- 12- Vocês também prestam um serviço de assessoria para as escolas regulares que têm deficiência visual?

**Para especialistas:**

- 1- Qual sua formação profissional e experiência na área educacional?
- 2- Quais são as principais adaptações pedagógicas que a escola oferece para alunos com deficiência visual?
- 3- Como a equipe pedagógica colabora com os professores para garantir a inclusão desses alunos?
- 4- A escola oferece treinamentos específicos para os professores sobre como trabalhar com alunos com deficiência visual?
- 5- Quais são as principais dificuldades que os professores enfrentam no ensino de alunos com deficiência visual?
- 6- Quais tecnologias assistivas a escola utiliza para apoiar o aprendizado de alunos com deficiência visual?
- 7- Como você avalia o impacto dessas tecnologias no desempenho escolar desses alunos?
- 8- Como a escola promove a inclusão dos alunos com deficiência visual nas atividades curriculares e extracurriculares?
- 9- Há integração adequada entre alunos com deficiência visual e seus colegas nas classes regulares?
- 10- Quais são os maiores desafios na implementação de uma educação inclusiva eficaz para alunos com deficiência visual?
- 11- De que maneira a escola tem superado essas barreiras e oferecido oportunidades educacionais para esses alunos?

12- Como a escola avalia o progresso dos alunos com deficiência visual em relação aos seus pares sem deficiência?

**Para ex-alunos:**

- 1- Como foi a sua experiência escolar enquanto aluno com deficiência visual?
- 2- Quais foram os principais desafios que você enfrentou durante sua educação básica?
- 3- Quais recursos ou tecnologias assistivas estavam disponíveis para você na escola?
- 4- Como você avalia o suporte oferecido pelos professores e pela escola?
- 5- Como foi a sua integração com os colegas de classe?
- 6- A escola promoveu atividades de inclusão? Como você se sentiu em relação a elas?
- 7- Que melhorias você sugeriria para a educação de alunos com deficiência visual nas escolas?
- 8- Como foi o seu processo de inserção no mercado de trabalho após a conclusão dos estudos?
- 9- A empresa onde você trabalha fez adaptações para facilitar sua atuação? Quais foram elas?
- 10- Como você avalia sua experiência profissional até o momento?
- 11- Descreva as tarefas que você realiza no atual emprego?
- 12- Você acredita que as suas habilidades e potencial estão sendo plenamente utilizados no ambiente de trabalho?
- 13- Você acredita que a sua educação preparou adequadamente para os desafios do mercado de trabalho?

**Para professores regentes:**

- 1- Qual é a sua formação e experiência em trabalhar com alunos com deficiência visual?
- 2- Que tipos de treinamentos específicos você recebeu para apoiar esses alunos?
- 3- Quais são os maiores desafios que você enfrenta ao ensinar alunos com deficiência visual?
- 4- Que estratégias pedagógicas você utiliza para adaptar o conteúdo às necessidades desses alunos?
- 5- Quais tecnologias assistivas você usa em sala de aula? Elas têm sido eficazes?
- 6- Como você promove a interação e a inclusão dos alunos com deficiência visual com os demais alunos?
- 7- Quais são as reações dos outros alunos e como eles contribuem para a inclusão dos colegas com deficiência visual?

- 8- Como você avalia as políticas públicas atuais em relação à educação de alunos com deficiência visual?
- 9- Como você avalia o progresso acadêmico dos alunos com deficiência visual ao longo do tempo?
- 10- Na sua opinião, como a educação que os alunos com deficiência visual recebem está preparando-os para o mercado de trabalho?
- 11- Como é a participação da família no processo da educacional do seu aluno com deficiência visual?

**Para gestores do mercado de trabalho:**

- 1- Como foi o processo de contratação de funcionários com deficiência visual na sua empresa?
- 2- Quais ajustes e modificações foram feitos no ambiente de trabalho para acomodar as necessidades dos funcionários com deficiência visual?
- 3- A empresa utiliza tecnologias assistivas para facilitar o desempenho desses funcionários?
- 4- A empresa oferece algum tipo de treinamento específico para colaboradores com deficiência visual?
- 5- Os gestores e colegas de trabalho recebem orientação sobre como trabalhar de forma colaborativa com esses funcionários?
- 6- Como você avalia o desempenho dos funcionários com deficiência visual em relação às expectativas da empresa?
- 7- Existem métricas ou processos de avaliação diferenciados para esses colaboradores?
- 8- Quais foram os principais desafios encontrados ao integrar funcionários com deficiência visual na sua equipe?

## **ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

### **Dados de identificação**

Título do Projeto: **IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA INSERÇÃO PROFISSIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: uma análise comparativa entre escolas regulares e escolas especiais.**

Pesquisador Responsável: Eder Evaristo de Paula

Nome do participante:

Data de nascimento:

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa de **IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA INSERÇÃO PROFISSIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: uma análise comparativa entre escolas regulares e escolas especiais**, de responsabilidade do(a) pesquisador Eder Evaristo de Paula.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao(a) pesquisador(a) responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

### **Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:**

1. O trabalho tem por objetivo de analisar o impacto das políticas públicas de educação especial na inserção profissional de alunos com deficiência visual, por meio de uma comparação entre escolas regulares com inclusão e escolas especiais, visando compreender as diferenças nas práticas e resultados de preparação para o mercado de trabalho em cada contexto educacional. Para tanto, a pesquisa será realizada com gestores, pedagogos, professores e ex-alunos adultos.

2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a algumas questões sobre Educação Especial em Escolas Regulares e Especiais. Poderão ser utilizadas imagens, trazidas pelos entrevistados, desde que sejam de domínio público (revistas, livro, internet, entre outros) durante a condução das entrevistas. Haverá o registro de áudio das entrevistas. Os áudios serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa e ficarão em posse do(a) pesquisador(a). Na apresentação dos resultados da pesquisa os entrevistados não serão identificados. Não haverá qualquer mecanismo de registro de imagem dos entrevistados, como câmeras ou o uso do celular.

3. A coleta de dados será realizada em escolas públicas da Rede Estadual de Minas Gerais.

4. O(a) pesquisador(a) poderá utilizar um roteiro, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unihorizontes, para a condução da entrevista.

5. A pesquisa não apresenta riscos inerentes a saúde, física ou mental, bem como a integridade dos participantes. Contudo, fui informado que se desejar posso retirar, a qualquer momento, minha participação.

6. Ao participar desse trabalho contribuirei com minhas percepções sobre educação especial em escolas regulares e especiais.

1. A minha participação neste projeto deverá ter a duração da entrevista, que poderá variar entre 40 a 80 minutos e os questionários estruturados entre 10 a 20 minutos.

8. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

9. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

10. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

11. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados com fins acadêmicos.

12. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Eder Evaristo de Paula pesquisador responsável pela pesquisa, telefone: (31)991751725, e-mail: [eder.paula@educacao.mg.gov.br](mailto:eder.paula@educacao.mg.gov.br)

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

**Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.**

---

**Assinatura do(a) participante**

---

**Assinatura do responsável por obter o consentimento**

### **ANEXO 3 - TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO PARA USO, GUARDA E DIVULGAÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS DE PESQUISA**

**Governo de Minas Gerais Secretaria de Estado de Educação Assessoria de Ensino Superior**

**TÍTULO DO PROJETO: Impacto das Políticas Públicas de Educação Especial na Inserção Profissional de Alunos com Deficiência Visual: Uma Análise Comparativa entre Escolas Regulares e Escolas Especiais**

**NOME COMPLETO DO SOLICITANTE/PESQUISADOR: Eder Evaristo de Paula**

**RG: MG 7678955 CPF: 05188893606**

**ENDEREÇO: Rua José Gomes N°.:220**

**BAIRRO: Cidade Nova MUNICÍPIO: Igarapé**

**CEP: 32900000 UF: MG PAÍS: Brasil**

**LOCAL A SER PESQUISADO: Instituto São Rafael**

O solicitante/pesquisador responsável, retro qualificado, se declara ciente e de acordo:

a) De todos os termos do presente instrumento, assumindo toda e qualquer responsabilidade por quaisquer condutas, ações ou omissões que importem na inobservação do presente e consequente violação de quaisquer das cláusulas abaixo descritas bem como por outras normas previstas em lei, aqui não especificadas, respondendo de forma ilimitada, irretroatável, irrevogável e absoluta perante a fornecedora dos dados e arquivos em eventuais ações regressivas, bem como perante terceiros eventualmente prejudicados por sua não observação.

De que os dados e arquivos a ele fornecidos deverão ser usados, guardados e preservados em sigilo e que eventual divulgação dos dados deverá ser feita em estrita observação aos princípios éticos de pesquisa, resguardando-se ainda aos termos da Constituição Federal de 1988, especialmente no tocante ao direito à intimidade e a privacidade dos consultados, sejam eles pacientes ou não; a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); bem como as resoluções do Conselho Nacional de Saúde Resolução 466 de 12 dezembro de 2012 e a Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, que tratam das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

**Governo de Minas Gerais Secretaria de Estado de Educação Assessoria de Ensino Superior**

b) De que as informações constantes nos dados ou arquivos a ele disponibilizados deverão ser utilizados apenas e tão somente para a execução e pesquisa do projeto acima descrito, sendo vedado o uso em outro projeto, seja a que título for, salvo expressa autorização em contrário do responsável devidamente habilitado do setor.

c) De que eventuais informações a serem divulgadas, serão única e exclusivamente para fins de pesquisa científica, sendo vedado uso das informações para publicação em quaisquer meios de comunicação de massa que não guardem compromisso ou relação científica, tais como televisão, jornais, periódicos e revistas não científicas, entre outros aqui não especificados, exceto os resultados da pesquisa que poderão, a critério do pesquisador serem amplamente divulgados.

d) De que ao término da pesquisa e do trabalho acadêmico os mesmos serão disponibilizados à Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais para uso interno em ações pedagógicas, de gestão, entre outras e publicadas no site da Secretaria, se necessário, com as devidas citações.

e) Sendo pertinente, a Secretaria Estadual de Educação poderá disponibilizar em materiais de divulgação sob a sua supervisão a pesquisa ou trabalho acadêmico.

Igarapé, 26 de agosto de 2024

Nome e assinatura do pesquisador responsável

Eder Evaristo de Paula

Nome, e assinatura do orientador

Dr. Hudson Fernandes Amaral

**Governo de Minas Gerais Secretaria de Estado de Educação Assessoria de Ensino Superior**

## ANEXO 4 – TERMO DE ANUÊNCIA

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

#### Secretaria de Estado de Educação

#### Assessoria de Ensino Superior - Políticas e Programas de Educação Superior

Termo de Anuência -  
SEE/ASU/PESQUISA/EXTENSÃO

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2024.

#### TERMO DE ANUÊNCIA

A Assessoria de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, após análise da documentação encaminhada, referente ao Projeto de Pesquisa **IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA INSERÇÃO PROFISSIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ESCOLAS REGULARES E ESCOLAS ESPECIAIS**, que será conduzido pelo pesquisador **EDER EVARISTO DE PAULA** sob orientação do Prof. Dr. **HUDSON FERNANDES AMARAL**, vinculados ao **CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES**, manifesta-se **ciente** à realização da pesquisa, destacando ser importante a avaliação ética e os aspectos protocolares e normativos definidos pelo Sistema CEP/CONEP, sendo de responsabilidade do pesquisador, bem como da Instituição de Ensino Superior à qual esteja vinculada, a observância de tais aspectos normativos, protocolares e orientadores.

Esta Assessoria de Ensino Superior recomenda e destaca a importância de se observar os Protocolos de Pesquisa de acordo com os normativos.

Compreendemos não ser de responsabilidade da Rede Estadual de Ensino a verificação/solicitação do Protocolo de avaliação do Sistema CEP/CONEP.

Todos os dados, arquivos, informações disponibilizadas, deverão ser preservados em sigilo, sendo que a eventual utilização científica e manipulação deverão observar as prerrogativas da Constituição da República Federativa de 1988, especialmente, no que tange ao direito da intimidade e a privacidade dos seres humanos; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - que Regula o acesso à informação; Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 - que estabelece o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências; Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira; a Resolução CNS nº 466, de 12 dezembro de 2012 - que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016 - que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis, ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana; Resolução CNS nº 674, de 06 de maio de 2022; ofício Circular nº 12/2023/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS; Norma Operacional CNS nº 001/2013, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP; os princípios éticos para o desenvolvimento da pesquisa das Instituições de Ensino Superior à qual o(a) pesquisador(a) esteja

vinculado, da Rede Estadual de Educação, entre outros normativos que regem a ética na pesquisa, o envolvimento com seres humanos e o tratamento dos dados.

A identidade dos envolvidos na pesquisa deverá ser mantida em sigilo, de acordo com os normativos legais e avaliação ética da pesquisa.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, as Instituições de Ensino, setores envolvidos e os colaboradores da pesquisa da Rede Estadual não terão nenhum tipo de ônus.

As informações constantes nos dados, arquivos disponibilizados ou observados poderão ser utilizadas especificamente para fins científicos e acadêmicos, produzidos com essa finalidade, sendo vedado o uso desses dados, arquivos ou informações em outros projetos e estudos.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa são exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo vedado o uso dessas informações em quaisquer meios de mídia (jornais, televisão, rádio, cinema, Internet, entre outros aqui não especificados), salvo os resultados da pesquisa que, com a ciência do orientador da Instituição ao qual se vincula o (a) pesquisador(a), poderão ser cientificamente veiculadas.

Destacamos a necessidade de o(a) pesquisador(a) realizar os contatos prévios em articulação com os responsáveis dos Setores e/ou Superintendências Regionais de Ensino, direção das escolas, entre outros colaboradores da pesquisa, apresentando a proposta metodológica e as necessidades da pesquisa. É importante que o (a) pesquisador(a) verifique o interesse dos profissionais em participarem, bem como, a disponibilidade dos mesmos respeitando: os que optarem por não participarem; a confidencialidade das informações, tratamento e veiculação dos dados, a não exposição das escolas e profissionais, de acordo com os normativos legais, que regem a ética na pesquisa, entre outros documentos legais.

Os trabalhos e interação do(a) pesquisador(a) não poderão afetar as atividades e/ou rotinas das escolas e dos setores.

A Emissão deste Termo não garante ao(à) pesquisador(a) acesso automático aos dados e documentos. Dessa forma, as solicitações de dados, poderão ser encaminhadas, diretamente pelo(a) pesquisador(a) para os setores responsáveis que promovam e/ou detenham esses dados e informações, que analisará a solicitação de acordo com normativos legais e orientações necessárias, considerando a classificação dessas informações. É importante registrar que muitos desses dados e/ou documentos já se encontram disponibilizados nas redes de forma aberta. Como as informações não estão centralizadas normalmente em apenas um local (setor), cada setor e/ou departamento apreciará o fornecimento das informações que estejam em sua guarda ou produzidos por estes. Para isso será necessário que a solicitação para obtenção de dados e informações sejam dirigidas a esses setores/departamentos diretamente pelo interessado(a).

A gestão dos documentos produzidos ou analisados, quanto à sua guarda, preservação, manuseio e descarte, deve observar os normativos legais e éticos sobre a gestão de documentos públicos e demais normativos éticos da Pesquisa.

As pesquisas que envolvem a participação de seres humanos devem respeitar os princípios éticos de dignidade, liberdade e autonomia. Assim, a pesquisa deverá prever o processo de consentimento livre e esclarecido para sua realização. O (A) pesquisador(a) deve esclarecer ao participante sobre a pesquisa, em local adequado, com a devida preparação, conceder o tempo necessário para a decisão sobre a participação na pesquisa, obter o consentimento e registrá-lo por meio de um documento que se denomina Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com os normativos citados neste termo e outros normativos legais e suas alterações. No caso da participação de menores ou incapazes, além do processo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) dos pais ou responsáveis, autorizando quem está sob sua tutela, também é necessário realizar o processo de assentimento livre e esclarecido, com a elaboração de um documento que se denomina Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), de acordo com os normativos citados neste termo e outros normativos legais.

A SEE/MG, caso julgue pertinência, poderá disponibilizar, criar, promover, aprimorar, aperfeiçoar políticas públicas, programas e ações, utilizando-se dos decorrentes dados e/ou dos resultados e estudos publicados.

A emissão deste termo está em consonância com o termo de responsabilidade assinado pelo(a) pesquisador(a) no que tange à concordância de todos os normativos legais mencionados, entre outros que regem o tema e orientações posteriores.

Esta Anuência refere-se às Escolas Estaduais e Setores jurisdicionados à **Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B - MG**.

Leandra F. Martins

**Assessoria de Ensino Superior**

**Secretaria de Estado de Educação do Estado de Minas Gerais**



Documento assinado eletronicamente por **Leandra Felicia Martins, Assessora Chefe**, em 18/09/2024, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_org\\_ao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_org_ao_acesso_externo=0), informando o código verificador **97482918** e o código CRC **FA7BE1E5**.

---

---

**Referência:** Processo nº 1260.01.0165488/2024-05